

FRANCISCO AMARO GOMES DE ALENCAR

SEGREDOS ÍNTIMOS

A GESTÃO NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA
AGRÁRIA

FORTALEZA
1998

FRANCISCO AMARO GOMES DE ALENCAR
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

SEGREDOS ÍNTIMOS

A GESTÃO NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA
AGRÁRIA

Dissertação apresentada à banca examinadora como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente, sob a orientação do Prof. Dr. César Barreira.

FORTALEZA
1998

Esta dissertação foi submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE, outorgado pela Universidade Federal do Ceará, e encontra-se à disposição dos interessados, na Biblioteca Central desta Universidade.

A citação de qualquer trecho desta dissertação é permitida, desde que seja feita de conformidade com as normas da ética científica.

Francisco Amaro Gomes de Alencar

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 02 DE MARÇO DE 1998

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. César Barreira
Orientador

Prof. Dr. José Borzacchiello da Silva

Prof. PhD. Luís Antonio Maciel de Paula

A todos aqueles que sofrem com um processo de reforma agrária e com o assentamento: os que odeiam, os que amam, os que são indiferentes, os que não acreditam, os que acreditam. Este estudo é dedicado a todos eles na esperança e na fé de que o homem encontre o caminho da emancipação política, econômica, social, da liberdade, da fraternidade.

AGRADECIMENTOS

Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.

Guimarães Rosa.

Ao concluir esta travessia, que começou há algum tempo, não poderia deixar de citar nominalmente os amigos que cooperaram, para a feitura desta dissertação, num compartilhamento de forma e intensidade diversa. Esta colaboração, apesar da sua variedade, foi importante, indispensável na travessia para conquista dos objetivos de um trabalho como este. Assim sendo, neste momento histórico de minha vida intelectual, não poderia deixar de lembrar os “meus companheiros” de caminhada, com apreço e desvelo.

Ao prof. Dr. César Barreira, que antes e durante o Curso de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, foi um amigo e orientador, preocupado, presente, nos momentos de confusão teórico-metodológica, com paciência, segurança e estímulo possibilitou o avanço e aprofundamento deste estudo.

Aos professores do Curso de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, sob cuja orientação desenvolvi os programas de suas disciplinas, pela atenção e empenho acadêmico, o meu muito obrigado: Prof. Dr. César Barreira, Prof. Dr. José Borzacchiello da Silva, Profa. Dra. Maria Geralda de Almeida, Prof. Dr. Manoel Domingos Neto, Profa. Dra. Zenilde Baima Amora, Profa. Ms. Maria Magnólia Lima Guerra, Profa. Dra.

Maria Irles de Oliveira Mayorga, Prof. Dr. Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes e Prof. Dr. José Gerardo Beserra de Oliveira.

A Dra. Maria Júlia Mendez e ao Dr. Jesus Enrique Tinoco por terem em mim despertado a temática, sempre me incentivando a entender os assentamentos/assentados dentro de uma práxis transformadora.

Ao Prof. Dr. José Borzacchiello da Silva meu primeiro orientador de pesquisa científica, que continua a estimular e contribuir na minha caminhada investigativa.

Aos professores Ms. Maria Albanita Leitão, Tercia Cavalcante Levi Furtado Sampaio e Timóteo Sérgio Ferreira Lima por terem sempre acreditado, estimulado e me orientado na trajetória como professor.

Aos professores do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará que, durante o meu afastamento, supriram as necessidades produzidas pela minha ausência.

Aos colegas do mestrado, que enriqueceram a minha história docente e contribuíram estimulando, cooperando e criticando no aprofundamento deste estudo.

Aos geógrafos “agraristas” Luciano Bezerra e Edenilo Baltazar pela valiosa colaboração quando da efetivação da pesquisa de campo.

À profa. Ms. Silvia Maria de Freitas e ao estudante de estatística José Edvaldo Barbosa (Laboratório de Estatística e Matemática Aplicada – LEMA), pela tabulação dos dados.

À geógrafa Maria Célia Jatahy pela elaboração dos mapas.

Aos primeiros e ainda hoje amigos da construção de um processo de reforma agrária, pelo carinho, estímulo e confiança irrestrita

sempre depositado em mim: Marcos Castro, Antonio Pompeu Rubens Braga, Mônica Martins, Wilson Brandão, Castro Junior e Marcus Moura (*In memoriam*).

Aos colegas de trabalho do Setor de Assentamento do INCRA e do IDACE, por estarem sempre disponíveis para prestar informações.

À Comissão Pastoral da Terra – CE (CPT) e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – CE (MST), meus interlocutores constantes e atenciosos.

Aos assentados de Vitória e Cachoeira Cercada, sujeitos deste estudo, pela confiança, generosidade e o espírito de ajudar, que tornaram este trabalho agradável e produtivo.

A minha irmã-mãe, Aglair Setúbal, pelas críticas amáveis, paciência e incentivo na busca de um trabalho de qualidade científica.

Ao Wagner Setúbal, cunhado, amigo, sempre presente e solidário em todos os momentos.

A minha Mãe, Maria Hortência, pela preocupação, orações constante e apoio para a realização deste ensaio.

A minha mulher Silvia Sampaio, e ao meu filho Davi Alencar, que, pela dedicação, incentivo, compreensão e carinho constante, tornaram esta pesquisa uma produção prazerosa.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS E TABELAS	x
LISTA DE FIGURAS	xii
RESUMO	xiii
ABSTRACT	xiv
1. INTRODUÇÃO	1
2. ASSENTAMENTOS E DEVANEIOS DA GESTÃO ...	13
3. A (RE)CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA: UM OLHAR INVESTIGATIVO SOBRE OS ASSENTAMENTOS CACHOEIRA CERCADA E VITÓRIA	
3.1. Introdução	57
3.2. Os Devaneios por uma Terra de Trabalho	60
3.3 Conhecendo a População	80
3.4. Aprendendo e Ensinando a Construir a Organização	88
3.5. Entendendo a Natureza	97
4. DESVENDANDO OS SEGREDOS ÍNTIMOS DOS ASSENTAMENTOS	
4.1. Introdução	107
4.2. Construindo o Assentamento	109
4.3. Consolidando o Assentamento	120
4.3.1 Gestão	121

4.4. Revelando os Segredos Íntimos da Gestão num Assentamento	126
5. DESCONSTRUINDO E (RE)CONSTRUINDO A GESTÃO DOS E NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA	148
CONSIDERAÇÕES FINAIS	167
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	173
ANEXOS	190

RESUMO

Segredos íntimos — a gestão nos assentamentos de reforma agrária é resultado de um trabalho de experiência e reflexões por mim vivido nestes últimos doze anos na qualidade de geógrafo, inicialmente desenvolvendo as funções de técnico e, posteriormente, como professor universitário. Este saber foi construído juntamente com os assentados, com uma prática que busca trazer para a teoria mecanismos que envolvem a construção de um conhecimento nesse terreno. Trata-se de uma pesquisa rigorosa, sistemática e crítica, e o seu conteúdo se justifica, em virtude da maneira como foi elaborada teoricamente a realidade, através de aproximações sucessivas do sujeito pesquisado: assentado / assentamento. Os resultados aqui apresentados não são conclusivos, nem definitivos, pois “as obras duradouras, ainda não estão completadas”. Assim sendo, começo fazendo uma análise sobre o entendimento das categorias: assentamento em área de reforma agrária, gestão, lugar, espaço e território. Em seguida, (re)interpreto a história do sujeito da pesquisa, tendo como estudo de caso os assentamentos Vitória e Cachoeira Cercada, para, a partir daí, demonstrar a relação entre um “assentamento exitoso, com sucesso”, econômico, social, político, ambiental, e aquele que não obteve “sucesso”. Por último, proponho um caminho a ser seguindo, a fim de que os assentados consigam fazer a gestão do território, e não fiquem “eternamente” a fazer uma gestão do espaço ou do lugar.

ABSTRACT

“Intimate secrets – the management of agrarian reform settlements” is result of my reflections and experience working during the last twelve years as geographer, firstly as a technician and lately as an university professor. This knowledge was built along with the settlers, using an approach that searches to bring to the theory mechanisms that involve the construction of knowledge in this field. This is a rigorous, systematic, and critic research. Its content is justified through the successive approximations of the studied subject: settler / settlement due to the way that the reality was historically formulated. The results are neither conclusive nor definitive because “durable works are not finished yet”. Therefore, I begin analyzing the understanding of the categories: settlement in agrarian reform areas, management, place, space, and territory. In following, I (re)interpret the history of the studied subject, having as case study the settlements Vitória and Cachoeira Cercada, in order to demonstrate from this standpoint the relationship between a successful settlement and another one that did not achieve “success”. Finally, I propose a way to be followed so that the settlers succeed in managing the territory, instead of keeping managing the space or the place “forever”.

1. INTRODUÇÃO

... é preciso aprender a aprender com os outros, em vez de reinventar a roda.

Ladisdau Dowbor

O objeto de estudo desta investigação surgiu nos seis primeiros anos (1985 – 1991) em que trabalhei nos dois assentamentos estaduais (Caiçara e Vitória/Cachoeira Cercada) como assessor e como instrutor de Cursos do Programa de Capacitação Técnica INCRA/PNUD/SUDENE (Gestão em Áreas de Reforma Agrária e Elaboração de Projetos em Áreas de Assentamentos) nos Estados da Paraíba, Alagoas e Ceará.

Este trabalho é uma forma de retribuição dos anos de aprendizagem mútua do pesquisador e dos assentados, resultante do processo concretizado na interação dos mundos desses sujeitos. Como pesquisador, levei uma bagagem organizada a partir de um saber acadêmico, escolar e do movimento estudantil. Nos assentamentos, aprendi um saber do camponês pobre, que como diz Milton Santos (1997, p.24).

é único ator social hoje no Brasil com que se pode aprender algo de verdadeiro. É sábio porque tem a sabedoria da escassez. A escassez ajuda a descobrir minha posição no mundo, eu acabo sabendo quem sou, minhas limitações, minhas impossibilidades. Este é um elemento importante na produção da consciência.

Comungando com essa compreensão, foi que tive o cuidado de, nos momentos iniciais do Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente discutir sobre a pesquisa que ora apresento.

Desde o momento inicial deste trabalho, assumi o compromisso, não só acadêmico mas também político, de fazer um estudo que fosse importante tanto para minha formação, ao responder em parte as minhas indagações, como para os assentados, ao contribuir para a compreensão da questão e para a sua instrumentalização na busca de soluções, dentro de uma práxis transformadora.

Foi o que resultou das minhas discussões e dos assentados: a proposta de realizar uma investigação sobre **a gestão nos assentamentos de reforma agrária**. A amplitude dessa temática fez com que buscasse apreender “o sucesso e o fracasso” de alguns assentamentos, ou seja, qual modelo de gestão dever ser implementado nos assentamentos, levando-se em consideração as mudanças nos processos de produção num mundo globalizado.

Como pensar um “modelo de gestão” que atenda aos interesses dos assentados na perspectiva de uma sociedade sustentável econômica, social, política, ambiental e cultural a longo prazo?

Como pode ser administrado o assentamento a fim de que o assentado não seja somente um gerenciador de lugar, ou um administrador de espaço? Ou seja mais do que isso, faça a gestão do seu território? Para que isso ocorra, é necessário um “novo tipo” de gerir os assentamentos de reforma agrária. Um modelo que contemple os assentados não somente pelo viés economicista ou social. Não. Tem que ser um modelo que vá além, que compreenda os assentados/assentamentos a partir de uma totalidade concreta e histórica.

Essa minha preocupação sobre a gestão social do território pela classe trabalhadora era também de alguns socialistas utópicos como Owen, Fourier, Blanc, Proudhon, bem como em Marx, apud Bottomore (1993, 23 e 24), quando diz que

a emancipação humana só será completa quando o indivíduo [...] tiver reconhecidos e organizados seus próprios poderes sociais, de tal como que não mais separe dele próprio esse poder social como poder político.

Este é o desafio da maioria dos assentamentos rurais de reforma agrária no Ceará, quer sejam eles vinculados aos Governos Estadual ou Federal: fazer a gestão do território. A natureza da administração dos assentamentos é a gestão do lugar e quando muito, poucos conseguem fazer uma gestão do espaço. Desconheço dentre os assentamentos do Ceará, quiçá do Brasil, um que faça a gestão do território, uma vez que os assentamentos hoje representam uma extensão de um Estado “desenvolvimentista conservador”, e funcionando muito mais como uma unidade jurídica ainda dependente do Estado, do que como uma unidade de produção gerenciada pelo e para os assentados.

Para tanto, é preciso que os assentamentos sejam compreendidos como unidades de produção, que precisam gerar excedente econômico e que, além deste componente, têm que ser contemplados os aspectos sociais, políticos, ambientais, culturais. Que os assentados exerçam a gestão do seu território nos moldes de uma empresa social capitalista e não da forma como os assentamentos no Brasil são pensados: como unidade de produção, sem fins lucrativos.

Com essa preocupação do estudo do tema, a escolha recaiu sobre os assentamentos Vitória (Itatira) e Cachoeira Cercada (Canindé), localizados em uma região típica do Ceará, no sertão no semi - árido, por vários fatores: os dois assentamentos são do mesmo período Plano Nacional de Reforma de Agrária (PNRA) e Plano Regional de Reforma Agrária do Ceará (PRRA-CE); têm terras contínuas; um assentamento era o exemplo do que “deu certo” enquanto o outro, do que “não deu”.

Além da questão acadêmica da pesquisa, não poderia deixar de negar a paixão em trabalhar com assentado/assentamento, em conviver com o assentado. Foi a partir deste convívio, desta paixão, de uma relação concreta, que a metodologia adotada deveria contemplar na pesquisa dois sujeitos: o pesquisador e o pesquisado.

Encontrei na **pesquisa-ação**¹ a resposta a estas indagações. A metodologia da pesquisa-ação possibilitou olhar de perto o real, o concreto. Como afirma Marx (1983, p.11) “é necessário partir do concreto para atingir o abstrato e, uma vez claramente estabelecidos os conceitos, regressar ao concreto para se enriquecer com a complexidade das suas determinações”. Desta forma, foi viabilizado adentrar a “cultura do silêncio” dos assentados e eles deixaram adentrar o que não foi dito, ou esquecido, ou reprimido.

Ao compreender a pesquisa-ação, como Thiollent (1988, p.14),

um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estrita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo,

é que identifico as características comuns entre essa e as pretendidas neste estudo, como as que seguem:

- A escolha do problema a ser pesquisado é de interesse do sujeito-pesquisador e do sujeito-pesquisado. Este problema, desde 1986, é motivo de reflexões e de discussões do

¹ Para um maior aprofundamento sobre o tema, ver dentre outros: THIOLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-Ação. São Paulo. Cortez Editora, 1988; BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). Repensando a Pesquisa Participante. São Paulo. Brasiliense, 1985; BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). Pesquisa Participante. São Paulo. Brasiliense, 1990 ; ARGUMEDO, Manuel Alberto. Apoio à Organização dos trabalhadores Rurais uma Proposta Metodológica. Fortaleza. SEPLA/CEPA – CE, IICA, 1987. CASTRO,

pesquisador, dos assentados e técnicos do Estado. São discussões e questionamentos entre professor, alunos e assentados quando da realização das aulas de campo da disciplina Geografia Agrária². O problema foi (re)discutido, em assembléias, com o objetivo específico de elaborar a presente pesquisa³.

- Existe uma interação do pesquisador com os assentamentos/assentados que remonta ao início do processo de desapropriação dos imóveis, em novembro de 1985.
- Esta pesquisa é também uma de ação educativa para o pesquisador, ao agregar novos conhecimentos acerca do tema em tela; também para os assentados, por possibilitar a participação efetiva no processo de pesquisa, não só como informantes, mas também como sujeitos críticos das situações identificadas neste estudo sobre assentamentos de trabalhadores rurais⁴.

Guillermo Williamson. Guia para Capacitadores em Apoio à Organização de Pequenos Produtores Rurais. Recife. INCRA/ PNUD, 1992.

² Disciplina ofertada, semestralmente, pelo Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC).

³ Foram marcadas antecipadamente duas assembléias para se discutir sobre a proposta de pesquisa. A primeira aconteceu dia 16 de maio de 1996, no assentamento Vitória. A assembléia de Cachoeira Cercada, estava marcada para o dia seguinte; não foi possível realizar, dadas as dificuldades do acesso, só tendo sido possível acontecer em 19 de setembro de 1996. Apesar de não ter sido possível realizar a assembléia, foi mantido contato, no dia 17 de setembro, com o presidente e o vice da Associação de Cachoeira Cercada, Nevelone e Zé do Gado, na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canindé, quando se discute sobre a proposta da pesquisa.

⁴ Após o pré-teste dos questionários, foi realizada uma assembléia no assentamento Vitória, em 19 de setembro de 1996. O objetivo foi explicar detalhadamente o questionário, o que se pretendia com a aplicação desse instrumento e, conseqüentemente, com cada questão, e discutir sobre os locais da aplicação. Resultou destas discussões a determinação da amostra que ficou assim constituída: a) a participação de trinta assentados; b) dentro da representação, teria a participação também de filhos de assentados que constituíram famílias na localidade e tornaram-se assentados; c) dois membros do assentamento participaram como entrevistadores; d) no caso de Vitória, como as habitações estão dispersas ao longo dos três setores do

- Este estudo tem como objetivo ser instrumento de capacitação, organização dos assentados na construção de uma “modelo alternativo” de gestão autônoma e democrática.
- Temos clareza em compreender e valorizar os saberes: o acadêmico, da ciência geográfica e a sua modesta contribuição ao problema, e o saber empírico dos assentados.
- O compromisso ético, político, profissional do pesquisador para com a reforma agrária, com o sucesso absoluto dos assentados.

Apesar de alguns metodólogos da pesquisa não estabelecerem diferença entre método de pesquisa e método de interpretação, assim os destaco, com o propósito exclusivo de apresentá-los como momentos distintos, que, porém, se concretizam em íntima

relação. Para que essa diferenciação fique evidenciada no contexto deste trabalho, considero como método de pesquisa o procedimento que utiliza vários mecanismos e / ou técnicas, de forma articulada, a fim de gerarem condições satisfatórias para execução do trabalho científico. Em outras palavras, são os instrumentos operacionalizadores da pesquisa.

Quanto ao método de interpretação, e aqui procuro apoio em Moraes e Costa (1984,p. 27), é concebido como o olhar inquisidor, olhar interrogativo do pesquisador. É a forma filosófica, lógica e ideológica de

assentamento (Mato Grosso, Arisco e Bandeira) ficando relativamente distante uma das outras, foi escolhida para cada setor uma casa como ponto de encontro para a realização da entrevista, de acordo com os horários estabelecidos; f) os assentados para entrevista foram escolhidos dentre os presentes à assembléia, mas que tivessem uma representatividade, e detivessem as informações necessárias; g) a assembléia assumiu a responsabilidade para que nem um assentado se sentisse excluído ou marginalizado,

perceber e analisar as múltiplas facetas constitutivas do real. Assim sendo, não tem como atribuir à pesquisa o caráter de neutralidade. Com isso, torna-se impossível abstrair a influência dos diferentes sujeitos (pesquisador / pesquisado) envolvidos no processo investigativo.

Procuro analisar os sujeitos pesquisados dentro do processo histórico de seu desenvolvimento, ao tempo que os considero como um evento em formação e não como um fato.

O sujeito da pesquisa, no caso o assentado, não é uma construção abstrata. Pelo contrário, **ele** é uma existência da realidade concreta que, ao ser pesquisado, se apresenta como uma aproximação do real, que flui sistematicamente da realidade para esta dissertação.

Nesta metodologia, prática e teoria se relacionam complementando-se e se negando. A teoria é a história da prática, com suas limitações, deturpações e particularidades. A teoria é utópica e muitas vezes considerada universal e, por isso, algumas vezes não funciona. Não assumo tal entendimento pois ao tempo que enfatizo a teoria, ressalto a importância da prática — “não há nada mais prático do que uma boa teoria” — uma vez que a interrelação de ambas possibilita a construção de um conhecimento novo, de uma *praxis* transformadora.

Como não estou interessado em indicar culpados, nem em identificar as causas que levam à (de)formação dos assentamentos, mas, pelo contrário, procuro apreender o processo, e, conseqüentemente, as múltiplas determinações configuradoras de uma gestão sustentável para

em não participar das entrevistas. Esta mesma discussão ocorreu no dia seguinte, na Cachoeira Cercada, com resultado semelhante.

os assentados, é que concebo o assentamento como um “objeto” que deve ser definido concretamente⁵

O método desta pesquisa foi constituído de instrumentos e técnicas convencionais e de instrumentos e técnicas com características mais qualitativas. Dentre os convencionais, foram utilizados por ocasião da aproximação empírica à realidade estudada, os seguintes:

- a) levantamento e sistematização do material escrito (jornais, revistas, relatórios de campo, projetos de financiamento das áreas em questão);
- b) a aplicação de um questionário com 60% (sessenta por cento) da população de cada assentamento, constituída de trinta assentados de Vitória e dezesseis de Cachoeira Cercada⁶.
- c) a realização de entrevistas com setores/pessoas específicas: presidentes das associações, representantes de comissões de trabalho e de instituição financeira — Banco do Nordeste (agência de Canindé) e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Canindé⁷

Recorri, também, a técnicas de história de vida, análise de conteúdo das atas de reuniões, além do suporte instrumental fornecido pelo caderno de campo. As entrevistas decorreram de forma “livre”, apesar de terem um fio temático condutor, e foram realizadas com

⁵ Como geógrafo para que o objeto assentamento/assentado seja definido na sua concretude, convém que eu considere as categorias de análise: **lugar, espaço e território.**

⁶ Influenciado, inicialmente pelos trabalhos de D'Incão e Roy (1995) e Thiollent (1988), desejei aplicar os questionários no universo dos assentados, sendo cinquenta assentados de Vitória e vinte e seis da Cachoeira Cercada.

⁷ Apoiando-se nos dados dos questionários que foram tabulados, estudados foi pensado um pré-roteiro de entrevista semi-estruturadas, que foi realizada com pessoas específicas.

pessoas de representatividade, por deterem informações sobre o assunto em tela.

O tratamento estatístico das informações dos questionários⁸ foi feito separadamente, por assentamento, o que me levou, numa primeira análise, a verificar a existência de algumas diferenças entre as áreas.

O período estudado dos assentamentos é de 1987 a 1997. Este tempo corresponde, historicamente, à existência dos assentamentos. Neste período, tenho uma relação mais direta com os assentamentos. Esse decurso temporal é composto de dois momentos: o primeiro quando fui assessor de projetos de assentamentos, como técnico, e às vezes, ficava até vinte dias por mês nos assentamentos; o segundo momento ocorreu quando eu já era professor universitário, continuando a visitar os assentamentos para realizar aula de campo.

Ao fazer este corte temporal, reconheço o problema que toda periodização envolve, e, como afirma Thompson, apud Medeiros et al (1994, p.15),

a adoção de quaisquer marcos temporais coloca questões acerca de que acontecimentos e que relações de causa e efeito, continuidade e descontinuidade a partir daí se estabelecem [...] visto que toda narrativa tem que começar de algum ponto, a tendência é que vejamos apenas as coisas novas. As datas muitas vezes aparecem como marco fundador, obscurecendo as continuidades dos processos.

⁸ O questionário estruturou-se em seis partes; a primeira, composta por dados gerais; a segunda com informações sobre os aspectos organizacionais; a terceira com dados relacionados ao processo produtivo, meio ambiente; a quarta parte com informações dos serviços prestados pelo Estado no plano da políticas públicas; a quinta com questões que permitem a aproximação do entendimento do sujeito da pesquisa em relação às categorias lugar, espaço e território. Por último, levantei informações sobre a inserção desses, como sujeitos da história nos movimentos sociais, como sindicatos, igrejas etc. Ao todo, foram oitenta e seis questões, sendo quarenta e seis abertas, dezessete de múltipla escolha e vinte e três fechadas, com uma única opção.

Ainda de acordo com Medeiros et al (1994, p.15) “em se tratando de ações de luta por terra e políticas governamentais referentes à questão agrária e assentamentos, essa observação é mais do que oportuna”.

Feitas estas observações iniciais, cabe agora apresentar a estrutura desta dissertação.

No primeiro capítulo, trato da política de assentamento a partir do Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), do entendimento dessa política por parte do Estado e da forma como foi implementada. É no contexto dessa reflexão que emergem os termos co-gestão e gestão, estas, compreendidas como forma de gerenciamento e administração dos assentamentos. Avanço na reflexão à medida que questiono sobre o modo de pensar os assentamentos, rejeitando, conseqüentemente, a hipótese formulada de que os assentamentos são unidades de produção familiar, gerenciadas e / ou administradas, sem fins lucrativo. Não restam dúvidas de que o olhar para os assentamentos como empresas, donde na sua gestão devem conter, além dos elementos tradicionais (planejamentos, organização, direção e controle), o associativismo, uma democracia interna e uma participação nos lucros de acordo com a sua inserção no assentamento, é uma opção que busca articulações capazes de possibilitar a sustentabilidade econômica, social e ambiental, entre outras.

No segundo capítulo — A (Re)construção da História: um Olhar Investigativo sobre os Assentamentos Vitória e Cachoeira Cercada — analiso os devaneios por uma terra de trabalho, aventurando-me a refletir sobre a história, de forma contextualizada, da luta da terra destes assentamentos. Nesta empreitada investigativa, tenho como suporte teórico José de Souza Martins. Em seguida, faço uma análise das características da população, quanto ao número de pessoas por sexo e

idade, nível de escolaridade, população economicamente ativa e inativa, e, condições de moradia entre outras variáveis. Trabalho ainda neste capítulo com a organização dos camponeses assentados e o novo modelo de organização para atender à nova realidade — o assentamento. Por último, descrevo as características ambientais dos imóveis rurais, abrangendo solos, clima, vegetação e recursos hídricos.

No terceiro capítulo, denominado Desvendando os Segredos Íntimos dos Assentamentos, trato da construção, da consolidação e dos segredos íntimos do assentamentos Vitória e Cachoeira Cercada como estudo de caso.

No quarto capítulo, proponho repensar a prática extensionista na perspectiva de capacitação das pessoas envolvidas, técnicos e assentados, em áreas de reforma agrária.

Sobre o título, *Segredos Íntimos*, acho necessário fazer duas considerações. Primeiro, inspirei-me em Marx, quando este filósofo orienta no sentido de que, ao se estudar uma sociedade, se procure nela as relações dos “segredos íntimos” dos aspectos sociais de produção, das relações sociais de produção, quem, como e por que detém o poder. Segundo, reconheço que estes dois termos, segredos e íntimos, soam como um pleonasma, uma vez que segredo significa sigilo, confissão, logo, algo íntimo, pessoal. E íntimo é aquilo que se passa no interior, é pessoal, particular.

A minha idéia com este título, além da alusão a Marx, é revelar a confissão dos amigos assentados, a fim de que se possa com isso ajudar, cooperar com outros assentados, a compreender o que se passa no âmago de uma gestão sustentável em uma área de reforma agrária. E os segredos íntimos tornem-se “os segredos de Polichinelo”.

Por último, faço uma observação especial, no sentido de que escrever esta dissertação de mestrado, cujo objetivo não é puramente o acadêmico, a produção de conhecimento científico ou a obtenção do título de mestre; mas, considero tão importante quanto produzir saber e obter o título é o esclarecimento e o desvendamento, conjuntamente com os assentados, da situação problematizada. Após isso, indicar rumos a seguir, intervindo na situação problematizada, numa perspectiva de transformação.

Com tal postura, essa dissertação é fruto representativo do resultado da reflexão e do compromisso de retribuir e de retornar o saber, construindo coletivamente a gestão dos assentamento rurais de reforma agrária, e de maneira particular, Vitória e Cachoeira Cercada.

2. ASSENTAMENTOS E DEVANEIOS DA GESTÃO

Um intelectual, por exemplo, acha fácil opor-se (no plano das idéias) a certos poderes políticos. Mas raramente ele, na busca da verdade, se atreve a desmentir os intelectuais de renome. Ele se curva ante o discurso do prestígio que, para ele, é a força.

Simone Weil

Existem algumas questões que me acompanham há algum tempo. Entre elas, a que mais me intriga ao observar os sertões de Crateús e Independência, no Ceará, é por que alguns proprietários de terra acumulam riqueza, enquanto outros, simplesmente sobrevivem, reproduzem-se...? Mas, as minhas inquietações não param por aí, pois, com freqüência tomava conhecimento de histórias relativas a brigas por terras, pessoas que matam, que morrem por “um palmo de terra”, discórdias que passam de geração a geração envolvendo famílias inteiras por herança de terra, relatos de grilagem, expulsão, expropriação de trabalhadores rurais, camponeses, posseiros e de pequenos proprietários.

Convivi sempre com os problemas relativos à questão agrária e agrícola. Porém, é com a formação universitária que me integro, como geógrafo, ao mercado de trabalho, passando a exercer a profissão, a partir de 1986, no Instituto de Terras do Ceará (ITERCE), órgão responsável pela política fundiária no Estado. No ano de 1987, inicio o trabalho de assessoria técnica de duas áreas de reforma agrária (assentamentos Caiçara e Vitória/Cachoeira Cercada). É, sem dúvidas, o

meu (re)encontro com a história do meu passado. Agora, passado e presente se fundem. Passado enriquecido pelo presente, por ser o hoje mais complexo do que o ontem.

Ora, se antes, quando tinha uma visão apenas empírico-positivista⁹ da questão agrária e da agrícola, estas já me eram intrigantes, hoje, elas se apresentam simultaneamente, intrigantes, angustiantes e até apaixonantes. Isso motiva o meu olhar e curiosidade investigativa, que se voltam para o desejo de desvendar a conjunção de problemas que envolve os assentamentos de trabalhadores rurais em áreas de reforma agrária.

Em 1985, quando a reforma agrária era a “palavra de ordem” e estava na pauta do dia da sociedade civil organizada, através das entidades representativas de classes, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Ceará (FETRAECE), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Comissão Pastoral da Terra (CPT), dentre vários

outros¹⁰, percebi que a minha paixão (re)acendia.

⁹ Chamo a atenção para esta compreensão empírico-positivista, em virtude de no solo da arrancada da reflexão sobre o passado que também é presente, onde desnudo a minha vida, a percebo como resultante de uma educação formal, Aglair Alencar Setubal (1993, p. 6) em seu trabalho *Re-Pensar para que?* “...é forjada e desenvolvida sobre a influência da corrente positivista e das implicações do modelo de capitalismo vigente na sociedade brasileira. [...] Esta é uma constatação que se processa com base na observação crítica da trajetória profissional permeada por contradições provocadas pela influência e a apreensão de duas perspectivas teóricas antagonicamente construídas, a positivista e a materialista dialético-histórica”.

¹⁰ Vários acontecimentos tornaram a idéia de reforma agrária como algo necessário e comum para alguns setores urbanos, como, por exemplo: “A Campanha Nacional pela Reforma Agrária”, que, no caso do Ceará, realizou uma caminhada percorrendo o centro de Fortaleza. Foi uma das maiores mobilizações já ocorrida no Ceará. Contou com

Discutia-se, nos vários setores da sociedade civil organizada, o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e os Planos Regionais de Reforma Agrária (PRRA) dos diferentes estados brasileiros. Nestes debates, estava em pauta a administração dos imóveis reformados, que passaram por desapropriação. Cito como pontos de questionamento a viabilização econômica, social e política das áreas de reforma agrária, bem como os tipos de administração, e metodologia a empregar nos trabalhos de campo pelos órgãos envolvidos. Emergiram desses debates indagações sobre o papel do técnico, a caracterização do assentado como uma categoria diferenciada.

Diante da complexidade do tema em estudo, fico a me perguntar, como fazer uma leitura do assentado/assentamento à luz de paradigmas clássicos da questão agrária, como por exemplo Lênin, Chayanov, Kautsky?

Esse e outros pontos de indagações me parecem importantes, uma vez que a política de distribuição de terras, de regularização fundiária, de colonização não alcançou os objetivos propostos¹¹.

Antes do PNRA, criado com pelo Decreto nº.91.766 de 10 de

participação da ABRA, FETRAECE, CPT, CNBB, dentre outras entidades. No mesmo período, 25 a 30 de maio de 1985, realiza-se em Brasília o 4º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, promovido pela CONTAG, onde se fazem presentes o Presidente do Brasil, na época, José Sarney, e o Ministro da Reforma Agrária, Nelson Ribeiro. Pela primeira vez na história deste País, um Presidente da República compareceu a um evento da classe trabalhadora rural e assumiu publicamente o compromisso da elaboração de um PNRA. Outro fato que considero importante ressaltar é a ocupação da presidência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) por José Gomes da Silva, um dos símbolos nacionais da questão agrária. Para se contrapor à mobilização do trabalhador rural, nasce, também, em maio do mesmo ano, a União Democrática Ruralista (UDR) entidade que reúne os grandes proprietários de terra que se contrapõem a qualquer proposta de mudança da estrutura fundiária do campo brasileiro.

¹¹Dentre os que apontam as falhas do processo de distribuição antes do PNRA, encontra-se o Governo Federal que reconhece como erros cometidos: critérios paternalistas, deficiência das atividades complementares, ausência de integração e coresponsabilidade entre órgãos e beneficiários (Política de Assentamentos, Brasília, 1987,

outubro de 1985, e do PRRA CE, regulamentado pelo Decreto nº. 92.617 de 02 de maio de 1986, o Ceará carregava (ou ainda carrega?) um fardo de 290 (duzentos e noventa) áreas que foram desapropriadas/compradas / doadas. Nessas áreas, constituídas por 320.793 ha¹², foram assentadas 4.183 famílias. O conhecimento dessa experiência nos ensinou como implementar uma política de distribuição de terras, uma política de colonização¹³. Outras áreas que foram “laboratórios”, como os assentamentos: “Saco do Belém”, no Município de Santa Quitéria, que tem 257 (duzentos e cinquenta e sete) famílias, em 20.010,54 ha; o assentamento Japuaara, no Município de Canindé, com 51 (cinquenta e uma) famílias em 1.863,00 ha¹⁴, o assentamento Monte Castelo, em Choró, com 83 (oitenta e três) famílias em 3.469,87 ha¹⁵.

São várias as experiências frustrantes que nos ensinaram a repensar a teoria e a prática da colonização, redistribuição, compra e venda de terra e dos assentamentos de reforma agrária. Naquele momento de discussão, foi possível a troca de experiências e idéias com outros países que haviam vivenciado o processo de reforma agrária¹⁶,

p. 5 e 6). Ver também, Bergamasco e Norder, “O que são Assentamentos Rurais”, Brasiliense, 1996.

¹²Áreas do PROTERRA, Projeto Ceará, Projeto INCRA, que foram compradas, desapropriadas, doadas até 1985, isto é, antes do PNRA. Fonte MIRAD/INCRA/SR (02)-Demonstrativo das Áreas Redistribuídas e Assentamentos Realizados, Fortaleza-CE, junho de 1987.

¹³Ver Marcel Bursztyn em *O Poder dos Donos*, Vozes, 1985, que faz uma análise crítica dos programas governamentais da década de 70.

¹⁴Esse assentamento foi o primeiro imóvel rural, no Ceará, a enfrentar o regime militar e a conseguir desapropriação para reforma agrária.

¹⁵Acerca dos assentamentos Japuaara e Monte Castelo, ver BARREIRA, César. *Trilhas e Atalhos do Poder: Conflitos Sociais no Sertão*; Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992. Espaço de Contestação Camponesa: uma história não linear. Sobre Monte Castelo ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de, et al “Anteprojeto de Assentamento da Fazenda Monte Castelo, Quixadá-Ceará (versão preliminar) Fortaleza-CETREDE, 1986. Para o Assentamento Saco do Belém, vide 2º. Curso de Planejamento Físico para Colonização de Terras; Convênio BNB / SUDENE / INCRA / ISRAEL, Fortaleza, 1982.

¹⁶No Ceará, foi firmado um Convênio entre INCRA/BNB/SUDENE/CETREDE (UFC), na segunda metade da década de 80, pelo que foram realizados vários cursos de capacitação sobre a questão agrária/agrícola. Participam deste convênio, dentre outros, os chilenos Raul Patrício Acuán, Raul Ortiz Saraiva, César Williams Fuentes, Angel

como também com intelectuais militantes e militantes intelectuais brasileiros que estavam de volta ao País¹⁷.

Os problemas identificados, as discussões e trocas de experiências realizadas nos apontavam para várias questões, dentre as quais cito como administrar as terras, como deve ser implementada a gestão dos assentamentos a fim de possibilitar uma sustentabilidade econômica, social, ambiental e política dessa nova categoria e qual a função que deve ter uma área reformada para a sociedade brasileira.

Da implementação do PNRA/PRRA, em 1985/1986 até abril de 1997, o Estado do Ceará, de acordo com o Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE), através dos instrumentos de arrecadação, compra e venda, desapropriação, doação, tem sob sua responsabilidade 30 (trinta) projetos estaduais de assentamento, numa área de 25.278,28 ha, com 708 famílias assentadas (ver, figura nº.1 — Mapa Número de Projetos de Assentamentos por Município do Governo do Estado do Ceará, página 19). Já o Governo Federal, por intermédio do INCRA/ SR 02 — Superintendência Regional do Ceará desapropriou 166 (cento e sessenta e seis) imóveis rurais, para reforma agrária, assentou 12.672 (doze mil seiscentos e setenta e duas) famílias em 427.154,91 ha (ver figura nº 2, página 21).

Gabriel Vivaldo Pinare e Alberto Argumedo; o peruano Jayme Loyosa e a argentina-peruana Maria Julia Mendez.

¹⁷ Dentre os intelectuais brasileiros, encontravam-se alguns com experiências em outros países.

FIGURA Nº 1

Mapa Número de Projetos de Assentamento
por Município do Governo do Estado do Ceará.

P. A DO IDACE - MAPA

FIGURA Nº 2

Mapa Número De Projetos De Assentamentos Do Governo Federal No Ceará.

Ao todo o Ceará tem 196 (cento e noventa e seis) assentamentos, numa área de 452.432,00 ha, com 13.380 (treze mil e trezentas e oitenta) famílias assentadas.

Como a questão política e social está imbricada no problema da luta no campo, e esta não se resume e nem se limita à posse e uso da terra (Martins, 1986), pergunta-se: deste total, quantas áreas hoje têm condições de viabilizar uma vida, com qualidade, aos seus assentados, a médio e / ou longo prazo? Quantos assentados têm condições de

enfrentar um ano de seca? Qual o nível de organização destes assentamentos? Que tipo de gestão realizaram e realizam? Quantos assentamentos comercializam os seus produtos e conseguem obter lucro? Quais os assentamentos que possuem uma estrutura produtiva adequada? Que tipo de desenvolvimento sustentável se pensa para estes assentamentos? Ao serem elaborados os projetos de desenvolvimento/financiamento para o processo produtivo dos assentamentos, quer seja pelo Estado, quer seja pelo setor privado, será que são feitos EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto do Meio Ambiente)?

Essas preocupações e várias outras têm acompanhado e provavelmente acompanharão os assentados e os estudiosos dessa temática. Esta preocupação se reflete no lema do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que, a princípio, se preocupava somente em ocupar e depois incorporou as palavras resistir e produzir. Sendo de interesse da nossa análise o produzir, convém fazer referência a um texto da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) (1985, p.6) no seu 6º (sexto) Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em Brasília em maio de 1985:

Os projetos de assentamentos são fundamentais para consolidação do processo de reforma agrária dentro de uma estratégia de promoção da agricultura familiar, que assegura ao núcleo familiar renda e condições de vida e trabalho dignos, adaptando-se a dinâmica econômica com preservação do meio ambiente, garantindo crédito, assistência técnica, comercialização.

Conforme Abramovay (1997, p.30) no Brasil: “cerca de 30% dos assentamentos são um sucesso absoluto [...] outros 30% conseguem apenas garantir a sobrevivência da família. Os 40% restantes tendem a

vender a terra e abandonar o campo”.

Este fato me leva a concluir a partir dos percentuais de Abromovay que o País tem 76.045 famílias de assentados representando “o sucesso absoluto”, e que 76.045 famílias de ex-trabalhadores rurais sem terra conseguem sobreviver nos assentamentos rurais. No entanto, 101.393 famílias assentadas abandonarão os assentamentos e tomarão o rumo das grandes cidades.

No Ceará, é reduzido o número de assentamentos¹⁸ que após a imissão da posse da terra conseguiram realizar uma gestão eficiente, eficaz, dentro de uma perspectiva de desenvolver uma produção agrícola e pecuária que possibilite aos seus assentados gerar excedente, lucro¹⁹ e uma sustentabilidade social, ambiental e política²⁰. Este número corresponde a aproximadamente 10% (dez por cento) do número de imóveis reformados, conforme o quadro sinóptico nº 1 na página seguinte.

¹⁸ Analisei somente os assentamentos referentes ao processo de reforma agrária a partir do PNRA / PRRA - CE, e vinculados ao INCRA e ao IDACE. Os demais projetos, resultantes da intervenção estatal ou não no setor rural, não fazem parte deste estudo, tais como os doze projetos de irrigação do DNOCS no Ceará.

¹⁹ Para Rudy Van den Hoven, “as despesas necessárias à vida não se referem a algum tipo de mínimo biológico, mas a despesas relacionadas a uma certa maneira de participar na vida social e cultural, à possibilidade de viver conforme um padrão cultural, na altura aceita na Holanda, e de conformar-se aos padrões correntes de comportamento”. (O sistema de segurança social holandês e a renda mínima; In: Renda Mínima e Crise Mundial; 1997; p. 59 - 84).

²⁰ A primeira pesquisa nacional que aborda os aspectos econômicos dos assentamentos de reforma agrária foi realizada pela FAO em 1992: “ Principais indicadores sócio-econômicos dos assentamentos de reforma agrária”, sendo pesquisados em todo o País 44 assentamentos e entrevistadas 828 famílias. No Ceará, os 4 (quatro) assentamentos que participaram foram: Fazenda Macaco (Itapipoca) Ipueira da Vaca, Fazendas Suíça e Cacimba de Dentro/Três Irmãos (Canindé) e, foram entrevistadas 377 famílias. Mas, nesta pesquisa , os problemas da gestão com a abordagem que aqui se busca não foram contemplados. Também se realizou no Ceará dois Censos dos assentamentos. O primeiro em 1995 e o segundo em 1996. Poderíamos dizer que é “ Reforma Agrária em números”, números, porém, de uma riqueza ainda carente de um trabalho acadêmico, de estudo científico...Ver, também, como estudo de caso: Assentamentos à resposta econômica da reforma agrária; GORGEN, Frei Sérgio e STÉDILLE, João Pedro (org.); Vozes, 1991, Petrópolis.

Quadro nº 1 — Assentamentos com gestão do espaço no Estado do Ceará*.

<i>nº de ordem</i>	<i>Nome do Projeto</i>	<i>Município</i>	<i>Área ha</i>	<i>nº de Famílias</i>
1	Barra do Feijão	Tabuleiro do Norte	4.076,2	167
2	Buriti	Ubajara	300,3	40
3	Califórnia	Quixadá	1.198,7	61
4	Contendas - Boqueirão	Massapê	915,4	68
5	Grossos - Santana	Santa Quitéria	1.857,3	60
6	Guriú	Cruz	5.111,2	239
7	Jucá Grosso	Morada Nova	1.239,2	63
8	Lagoa do Mineiro	Itarema	5.796,2	143
9	Maceió	Itapipoca	5.844,7	462
10	Morgado	Massapê	562,0	27
11	Morrinhos	Santa Quitéria	3.460,3	35
12	Mulungu	Tururu	1.176,0	82
13	Riacho Seco / Bela Vista	Alto Santo	1.884,2	140
14	Recreio	Quixeramobim	2.878,8	59
15	Santana / Serra das	Monsenhor Tabosa	3.213,4	65

16	Bestas Valparaíso	Tianguá	1.984,1	41
		SUB TOTAL 01 – INCRA	41.490,3	1.752
17	Coió	Baturité	79,0	08
18	Córrego dos Tanques	Itapipoca	1.355,7	41
19	Dez de Abril	Crato	1.322,6	34
20	Oiticica I	Baturité	758,3	53
21	São Manoel	Tamboril	707,9	19
22	Vitória	Itatira	2.669,0	50
		SUB TOTAL 02 – IDACE	6.891,9	205
		TOTAL GERAL	48.389,2	1.957

*Fonte: Quadro elaborado pelo autor, que considera com possibilidades de ter uma gestão, com perspectiva de uma viabilização econômica e social a médio prazo, montado empiricamente a partir do conhecimento sobre os assentamentos do Ceará, após ouvir os técnicos do Estado, que trabalham nos assentamentos, e a Coordenação Estadual do Ceará do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Comissão Pastoral da Terra (CPT).

De acordo com o quadro nº 2, constata-se que em termos de área, o País consegue implementar somente 2,01 %, assentando 5,50% das famílias previstas no PNRA; o Estado do Ceará consegue realizar 8,66% da área e assentar 6,38 % do número de famílias programado no PRRA-CE, com isso foi o estado brasileiro que relativamente mais “êxito” conseguiu, durante a vigência do PNRA/PRRA, no tocante ao processo de redistribuição de terras/número de assentamentos previstos nestes planos.

Quadro nº 2. Metas alcançadas pelo PNRA/PRRA (1985-1989) *

Metas	Brasil		Nordeste		Ceará	
	Área ha	nº de Famílias	Área ha	nº de Famílias	Área ha	nº de Famílias
Programado	15370000	140000 0	18900000	630000	1500000	50111
Executado	309283	77019	722780	19387	129875	3196
Percentual	2,01	5,50	3,82	3,08	8,66	6,38

*Fonte: INCRA/ junho de 89; IN: MARTINS, Mônica. Desafios da Cooperação Agrícola nos Assentamentos de Reforma Agrária do Ceará, p.26, BNB, Fortaleza, 1994.

Provavelmente, o mesmo já não se pode dizer da gestão destes assentamentos rurais, no Estado do Ceará, embora, desde 1985, tenha o projeto de assentamento uma importância estratégica na reforma agrária, ou redistribuição de terras dos assentamentos de trabalhadores em áreas reformadas e de ter sido e ser uma “preocupação” que consta dos vários programas do governo federal para a reforma agrária. Se não, vejamos:

- Governo José Sarney — PNRA (1985-1989) prevê na “Estratégia de Ação para execução da reforma agrária que “o programa básico, definidor e configurador do processo de transformação das relações de propriedades e das melhorias de condições de acesso à terra, é o Programa de Assentamentos de Trabalhadores Rurais”(p.31). Em 1987”, é adotado como documento orientador metodológico acerca dos assentamentos uma publicação do MIRAD/INCRA/ Diretoria de Assentamento “Política de Assentamento”. E, no caso específico do Ceará, o PRRA-CE, de 02 de maio de 1986-1989, no item IV “Programa de Ação”, no sub-item 4.1 “Programa Básico Assentamentos de Trabalhadores Rurais (p. 03).
- Governo Collor de Mello — Programa da Terra (1992) — ao abordar a estratégia para viabilizar a reforma agrária “...será concedida com ênfase prioritária aos segmentos produtivos dos projetos de colonização e assentamentos...”(p. 25)
- Governo Itamar Franco — Programa Emergencial de Reforma Agrária (1993/1994) — no capítulo III, item C. “Programa de Ação”, o projeto de assentamento é

considerado como o “Caminho da autonomia dos trabalhadores” e “que terão o apoio institucional para resgatar e reforçar a comprovada viabilidade do assentamento enquanto unidade produtiva / empreendimento empresarial” (p. 14 - 17).

- Governo Fernando Henrique — Diretrizes para o Programa Nacional de Reforma Agrária (versão preliminar - 1995) — ao longo de todo o documento, é realçada a importância dos assentamentos, porém, é explicitado no item 4.3.“Linhas de Ação”, no sub-item 4.3.2. Assentamentos de Trabalhadores Rurais que, em linhas gerais, propõe: redefinir a política de assentamentos; destinar maior quantidade de recursos do orçamento da União e dos Fundos constitucionais para o PROCERA; implementar uma política de capacitação dos trabalhadores rurais (p.25). Recentemente, foi lançado o

Projeto LUMIAR, janeiro de 1997²¹, que é um projeto de “assistência técnica nos assentamentos integrante do programa de qualidade e produtividade nos assentamentos de reforma agrária”. Este programa, *grosso modo*, tem como objetivo geral “viabilizar os assentamentos, tornando-os unidade de produção estruturadas, inseridas de competitividade no processo de produção, voltados para o mercado, integrados à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional”(Projeto LUMIAR - Diretrizes Gerais, p. 27, Brasília, 1997)

²¹ Antecedeu ao Projeto LUMIAR, o Programa CONTACAP — Conta Cooperativa de Capacitação, cujo objetivo era apoiar a gestão, assistência técnica e capacitação de pequenos produtores rurais. Este programa resultou de um convênio de cooperação

A necessidade desta orientação está clara quando, no Ceará, a maioria absoluta, em torno de 80% das áreas reformadas são na realidade unidades jurídicas do Estado, uma vez que são constituídas de um pedaço de terra entregue aos trabalhadores rurais pelo Estado para posse e uso. As formas de organizações decorrem, exclusivamente, do modelo clássico de associativismo²², herdado historicamente do período da luta dos trabalhadores rurais pela posse e uso da terra de trabalho, que, nesta investigação, é representativo o caso dos assentamentos Cachoeira Cercada e Vitória, ocorridos na década de 80, e da política do Estado para o setor reformado.

A compreensão do Estado sobre a gestão dos assentamentos rurais em áreas de reforma agrária está expressa em documentos, como por exemplo, no PNRA (1985, p.20), quando aborda a organização dos beneficiários:

De maneira geral, a organização dos beneficiários deverá encaminhar-se para duas direções que se projetam em nível dos programas de assentamentos. A primeira, diz respeito aos sistemas de posse e uso da terra; a segunda, relaciona-se com a mobilização e a organização sócio econômica dos beneficiários com vistas à promoção e/ou organização de um sistema de produção e comercialização de acordo com os interesses e a vontade dos assentados.

entre BNB/INCRA/ MAARA/DENACOOP/IICA e tinha como região de abrangência o Nordeste do Brasil.

²² O modelo clássico de associação é aquele que de acordo com o primeiro artigo do seu estatuto, diz ser uma entidade sem fins lucrativos, e que se compõe simplesmente de uma diretoria e um conselho fiscal. Tal modelo é reproduzido nacionalmente de maneira mecanicista e grosseira, semelhante às associações de bairro, como se os assentamentos/assentados fossem todos iguais, não carregassem consigo a história de vida, de luta pela terra de trabalho. Não havendo, absolutamente, nada que surgira ser uma entidade com fins lucrativos e de geração de bens, ou que retrate ser uma unidade de produção, que entenda o assentamento como uma sociedade sustentável.

A organização sócio econômica dos beneficiários poderá contemplar, também, a formação de cooperativas e outras formas de associativismo, para cuja concretização deverá haver estágios intermediários, que possibilitarão, de forma progressiva, chegar-se às estruturas mais complexas, como as Cooperativas Integrais de Reforma Agrária(PNRA, 1985, p. 21).

As diretrizes governamentais propostas nestes programas se expressam de maneira vaga, sem confiança e convicção sobre a viabilidade dos assentamentos. Apesar do assentamento de trabalhadores rurais está como programa básico de reforma agrária no PNRA e nos PRRAs de cada estado, somente terá uma metodologia e uma política para o setor após dois anos da implementação do PNRA (1987). O documento, de caráter político e metodológico, denominado “Política de Assentamento”, é fundante da utilização da palavra gestão como substituta de administração. O item 5 deste documento tem como título ADMINISTRAÇÃO, porém, expressa-se com a palavra gestão ao longo de todo texto:

A forma de **gestão** a ser adotada deve atender à sistemática que varia da **co-gestão**, onde instituições e **parceiros** (através de representação) formulem alternativas, discutem analiticamente, decidem, realizam e **responsabilizam-se pelos resultados**, e até a **autogestão**, em que os agricultores, pela sua entidade, assumem e conduzem **as atividades de interesse comunitário** em seus aspectos econômico-financeiros e administrativos” (p.12, grifos meus).

Nesses programas há linhas gerais da política de assentamento e do modelo de gestão. Não há um entendimento explícito do que deve ser a gestão para os assentados, sequer para o Estado, levando o termo gestão a ter uma compreensão polissêmica. Além dessa

nebulosidade terminológica, a proposta de co-gestão²³ se apresenta como perversa e míope. Atribuo esses adjetivos para a co-gestão porque esta apresenta na prática duas características: a) quando os resultados são positivos, o Estado se intitula co-autor, recebendo, com isso, os benefícios de eficiência, de competência; b) quando os resultados são negativos, a partir dos aspectos econômico, financeiro, social e político, a culpa é atribuída única e exclusivamente aos assentados. Insisto em afirmar que, no caso de prejuízo de ordem econômica, como por exemplo, contrair empréstimos junto às instituições financeiras (bancos) e não pagá-los, quer seja em decorrência de problemas climáticos ou de elaboração do projeto, a responsabilidade recai somente sobre os assentados. Daí, pergunto: onde está a **co-gestão**?

Outro ponto a ser destacado deste documento, e da administração dos assentamentos, é ainda denominar os assentados de parceiros. São estas categorias distintas, não são sinônimos e, principalmente, são palavras que carregam forte carga ideológica. O termo parceiro é derivado de parcela, que significa divisão, separação, e historicamente, no Brasil, está vinculado ao fracasso da política de distribuição de terras e colonização, dos anos 60 até meados dos anos 80. Parceiro, segundo Andrade (1989, p.60), é uma “denominação dada pelo INCRA aos trabalhadores rurais que obtêm lotes dentro dos projetos de colonização da entidade”.

²³ Sobre este tema, ver TRAGTENBERG, Maurício. Administração, poder e ideologia. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1989. Este autor afirma que “a co-gestão e o particionismo ou Alice no país das maravilhas”, significa “...ceder um pouco de poder aos trabalhadores pode ser um dos melhores meios de aumentar sua sujeição, se essa lhes dá a impressão de influir sobre as coisas”(p.15).

Trata-se de modelos que não atendem, hoje, após luta pela posse da terra, à produção eficiente e lucrativa. Acredito que essa relação é uma das determinações que colaboram para que os assentamentos, na grande maioria, se resumam e limitam à configuração de uma simples organização reivindicatória ou um espaço de reivindicação.

Todas as questões até aqui levantadas, com a sua complexidade, serviram-me de motivação para o estudo e aprofundamento teórico e busca de soluções a partir da praxis transformadora. Seu caráter prático necessita de um tratamento teórico-científico com substância em uma teoria crítica, que permita uma compreensão do objeto de estudo a partir do real.

Com essas reflexões, sinto a necessidade de trabalhar a gestão dos assentamentos rurais das áreas de reforma agrária na perspectiva dos assentado. Nesse sentido, é preciso aprofundar e ampliar o seu entendimento, procurar apreendê-lo a partir das características que lhes são particulares e diferenciadas, como é o caso da gestão nos assentamentos rurais. Para tanto, é mister ver a gestão como um processo que viabiliza o gerenciamento dos assentamentos rurais da reforma agrária, numa perspectiva de empresa associativa rural, posta num grande contexto, não é isolada, recebendo e exercendo influências.

Por isso, a exemplo de Mendez e Tinoco (1990, p.13), entendo a gestão como “um conjunto de elementos que são postos em prática para obtenção de determinados resultados que, por sua vez, são esperados em função dos objetivos mais gerais do assentamento”.

Com base nesse entendimento, percebo que as áreas de assentamentos rurais precisam ser vistas, analisadas, dialeticamente, de dentro para fora e vice versa, e principalmente, trabalhadas como unidade empresarial associativa, que necessita de mercado (consumidor /

comprador) para subsistir, gerar excedente econômico, renda, crescer e se desenvolver econômica, social e politicamente²⁴.

Torna-se necessário esclarecer qual a compreensão que tenho de unidade empresarial associativa, a partir dos termos que a constituem. Assim sendo, evoco o sentido etimológico da palavra **empresa** derivada do latim prehensa, deprehendere = tomar, (século XVIII) que significa, por extensão diacrônica do latim, empreendimento, sociedade (Cunha, 1994, p.294). São contudo, conceitos comuns, que não me satisfazem. Usarei, a princípio, uma conceituação geral de empresa como

uma “organização econômica e social que, reunindo capital, trabalho e direção, se propõe a produzir bens ou serviços na expectativa de lucros” (Souza et al, 1988, p.23)²⁵.

Além dos elementos comuns (terra, capital e trabalho) a uma empresa capitalista qualquer, existem os que são específicos dos assentamentos rurais de reforma agrária. Isso porque os assentados / assentamentos são frutos de um processo histórico conhecido como luta pela posse e uso da terra de trabalho. Como tal, é a concretização do engajamento dos trabalhos rurais, camponeses, posseiros, rendeiros nos

²⁴ Acerca deste assunto, DOWBOR, Ladisdau. Ciência, vivência, consciência. 1997. P.12 (mimeo) assim se expressa: “... as discussões sobre o processo de estatização então empreendido, sobre a busca de alternativas de gestão, ficou-me a convicção de que o tempo das soluções simples havia passado. Havíamos constatado isto no final do governo de Allende: de que adianta socializar a propriedade das empresas, se de qualquer maneira elas devem entrar na lógica da interdependência internacional? O conceito tão importante de socialização dos meios de produção precisava ser repensado”.

²⁵ AMIR, Samir; e VERGOPOULOS, Kostas. A questão agrária e capitalismo. 1986. P.11, acerca deste tema afirmam que: “Infelizmente, contentamo-nos muito freqüentemente com uma aproximação banal e fortemente marcada pelo empirismo. Sabemos todos, pela experiência cotidiana imediata, o que é uma empresa capitalista: uma unidade de produção autônoma, objeto de uma apropriação privada definida e equipada de meios de produção importantes, postos em funcionamento por trabalhadores assalariados. Reduziremos o capitalismo ao conjunto dessas empresas

movimentos sociais do campo. Os seus objetivos não se esgotam única e exclusivamente na geração de lucros, excedente econômico, uma vez que têm objetivos sociais, políticos e ambientais, como também, os meios de produção, os instrumentos de trabalho são de propriedade privada, só que dessa feita dos assentados. As relações sociais do processo produtivo constituem uma relação entre iguais, de fraternidade, e de cooperação. A apropriação do lucro será compartilhada de maneira homogênea, equivalente, e os componentes sociais — como educação, saúde, lazer, habitação, saneamento — estão dialeticamente imbricados nos componentes econômicos. Dessa configuração é que se perfaz a **unidade empresarial social**.

Refletir acerca das áreas reformadas como unidade econômica (empresa rural ou cooperativa rural) tendo clareza e segurança que é preciso ter lucro, gerar excedentes econômico, se faz necessário para a garantia do êxito da gestão e da reforma agrária. Para mim, o espaço reflete as formas de organização social, e os assentamentos rurais são considerados como forma de produção espacial de uma determinada formação econômica e social.

Logo, não há como ter uma postura teórica-metodológica crítica, uma praxis transformadora de emancipação, libertação dos assentados com uma perspectiva de territorialidade dos assentamentos, se não considerarmos o funcionamento das atividades agrícola, pecuária e de serviços para e com as leis contraditórias da formação social capitalista. Além do mais, não se pode escamotear este problema, pois há o fator **renda da terra**. Afinal de contas, o solo do assentamento é agora reprivatizado, reapropriado, pelas famílias assentadas. Conforme, Samir e Vergopoulos (1986, p.43),

capitalistas. A unidade de produção na agricultura será capitalista, por analogia, se puser em funcionamento equipamento importante e mão de obra assalariada”.

Pode-se ser disforme não apenas em relação a um modelo exterior regular, mas também em relação a si mesmo. É o esquema de identidade que a disformidade destrói. A pureza revela-se, ao mesmo tempo, impossível e inútil: o movimento do real implica no seu abastardamento contínuo, tanto em situações presentes quanto - e principalmente - ao nível das “leis tendênciais do sistema”.

Para que haja o fortalecimento e eficácia dessa empresa, é preciso que sejam acionados os mecanismos que compõem o conjunto dos elementos da gestão, que, de acordo com Mendez e Tinoco (1990), são:

- planejamento — como processo permanente de pensamento sobre o futuro, desenvolvido para estabelecer estados e objetivos desejados (fins) e avaliar cursos de ação opcionais (meios);
- organização — como um processo para estabelecer uma estrutura interna do assentamento (uma divisão do trabalho) que assegure o cumprimento dos planos aprovados;
- direção — como forma viabilizadora de execução dos planos é um conjunto de funções específicas dentro da estrutura, que responderá, em última instância, pelos resultados da gestão. Chamo atenção, para o fato de que existem dois tipos de direções no assentamento; a direção associativa, que responde / representa o assentamento num contexto macro, como um todo; e a direção executiva, que é responsável pela operacionalização / execução do que foi planejado;
- controle — como forma de regular o uso dos recursos e estabelecer mecanismos para verificar na realidade prática o

cumprimento dos planos, através dos instrumentos de controle, isto é, avaliar o assentamento.

Estes quatro elementos são comuns a qualquer gestão. Todavia, as áreas de reforma agrária não podem e não devem ser administradas na vala do comum. O assentamento resultante de um decurso de luta pela posse e uso da terra de trabalho é uma categoria singular, e, como tal, é diferenciado. Por isso, reafirmo que estas características particulares, por isso, diferenciadas, dos aspectos constitutivos da unidade empresarial social, do setor reformado, terá os objetivos articulados aos aspectos econômico, produtivos, mediatizados pelas condições social / política / cultural / ecológica dos assentados. Com isso, espera-se que alguns dos falsos dilemas sejam evitados, como por exemplo: “deve se organizar primeiro os produtores ou a produção? Ou a prioridade cabe aos aspectos ligados às questões de ordem econômica ou social?”

As perguntas levantadas não são exclusivamente minhas, pois, ao verificar as reflexões marxianas, Marx já as levantava, quando da construção do seu trabalho *Contribuição à Crítica da Economia Política*, em que ensina:

...na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre o qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que

determina o seu ser; é o seu ser social que inversamente, determina a sua consciência (Marx, 1983, p.24)

Ao defender a tese de que o excedente econômico, o lucro, não é unidade de produção familiar²⁶, o que é uma opção, esta escolha é um equívoco, pois, todo o processo produtivo a partir do que plantar, como, onde, quando, por quê, a comercialização é de responsabilidade da família. Logo acarretará um isolamento dentro do assentamento, uma diferenciação social / econômica interna, e, principalmente o assentamento não funcionará como empresa, mas sim reproduzirá a pequena produção familiar tradicional, uma vez que a unidade de produção econômica será a família. Isso, me remete a pensar como Abramovay [S.d.] (v.12, p.2)

Os assentamentos do Nordeste, sob todos os aspectos, mostram situação mais precária que os das outras regiões. A fertilidade dos solos ali é menor, os problemas com a água são mais graves, a renda é mais baixa e é no Nordeste onde os assentados mais dependem da venda de sua própria força de trabalho para sobreviver. Ao mesmo tempo, cerca de dois terços dos agricultores sem terra do País concentram-se justamente nesta região. As estruturas de comercialização ali refletem, e ao mesmo tempo reforçam, a situação social de pobreza rural generalizada, ambiente propício para a ação destes “intermediários” que drenam parte significativa da renda dos agricultores, contribuindo para sua pobreza, o que, por sua vez, oferece condições objetivas para a ação clientelística de comerciantes locais.

Essa situação de viabilidade negativa dos assentamentos no semi árido nordestino decorre da opção equivocada da gestão, que se

²⁶ Sobre Unidade de Produção Familiar, ver Neves: Agricultura Familiar: questões metodológicas, Revista da ABRA, V.25, N. 2 , 3, vol. 25, maio / dezembro de 1995. Esterici et al. Assentamentos Rurais: um convite ao debate. Revista da ABRA, V. 22, N. 3, setembro / dezembro, 1992.

constata através da pesquisa realizada pela FAO em 1991, coordenada por Guanziroli, intitulada “Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária”. De acordo com esta pesquisa, também, conhecida como o “Relatório da FAO”,

Ordenando as rendas em forma crescente, observa-se que realmente os assentamentos mais pobres localizam-se no Nordeste, particularmente no Ceará, cujos assentamentos da região do Sertão não atingiram o mínimo de um salário mínimo por família, incluindo todas as fontes de renda que foi possível computar. No outro extremo, encontram-se os assentamentos da região Sul, principalmente os de Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, que superaram a barreira de sete salários mínimos em média por mês por família (Guanziroli et al, 1991, p.23).

Ainda, de acordo com Guanziroli et al.(p. 36),

Pode-se observar que alguns assentamentos tiveram de fato uma capitalização negativa ou uma descapitalização em relação a sua situação inicial. Aproximadamente três assentamentos experimentaram um certo declínio na situação patrimonial dos beneficiários da reforma agrária (sem considerar a terra). Ou seja, venderam bens (especialmente gado) para compensar fases ruins do processo de assentamento. Estes casos ocorreram principalmente no Ceará, mostrando que a reforma agrária ainda não teria melhorado significativamente a situação das pessoas em áreas do semi-árido.

Creio, no entanto, que, ao se pensar como unidade de produção econômica o assentamento como um todo, como uma empresa, o lucro, o excedente econômico será do assentamento, e, conseqüentemente, apropriado pelos assentados. Nesta perspectiva, todo o processo produtivo é uma decisão coletiva . Com isso, não estou advogando a idéia de que a posse e o uso da terra sejam única e

exclusivamente coletiva. Não. Poderá ser individual ou não. Porém, a geração do lucro, do excedente econômico, não será individualizada, na unidade de produção familiar. Sim na empresa associativa, possibilitando, ao mesmo tempo, aos assentados, coletivamente, condições de sustentabilidade social, ambiental e política.

Assim sendo, os assentados do Ceará terão condições de enfrentar os problemas apontados por Abramovay, contarão com uma perspectiva de emancipação política, e não somente de acesso à posse e uso da terra, como constatado em outros estudos, como o que citamos a seguir:

Os projetos de assentamento solucionam de imediato apenas o acesso à terra. Porém, os demais componentes do processo de transformação dependem de outros fatores ao nível das modificações nas forças produtivas. O crédito, assistência técnica, mercado e outros fatores deverão ser rearticulados em um padrão de produção mais avançado e compatível com a etapa de nosso desenvolvimento capitalista.

A avaliação dos Projetos (que ora apresentamos de forma ultra-preliminar) nos indica quanto é problemática e parcial esta transformação. A reprodução perversa da "agricultura caipira" no interior dos assentamentos rurais assinala a insuficiência da estratégia em vigor, inspirada, a nosso ver, numa visão idílica que busca transformar parceiros em "farmers" americanos do século XIX.

Para a solução destes problemas não basta a intensificação dos fatores modernizantes que, provavelmente, além de ser antieconômico, não atingirá êxito na escala desejada. Antes, é necessário pensar-se outras alternativas de organização da produção, compatíveis com o nível superior das forças produtivas.

Sob esta ótica, a organização coletiva da produção pode ser uma via que torne exeqüível - em termos econômicos e sociais - esta transformação (Castro et al. 1988, p. 31).

Como apontam estes autores, é necessário se pensar em formas opcionais de gestão para os assentamentos; pensar, porém, numa postura crítica, descartando as posições ultrapassadas e dogmáticas, refletindo as formas de gestão opcionais de maneira flexível, dinâmica e com uma postura crítica

Outros destaques tenho a fazer na compreensão e concepção diferenciada desta empresa associativa e capitalista: sua atividade e o ambiente, ou seja, a sua característica de ser rural; de ser uma atividade essencialmente agrícola e pecuária, o que nos obriga a refletir como diferenciada da empresa urbana, da indústria, por vários motivos²⁷:

- o solo, a água, o clima, o relevo, a localização — são fundamentos que determinam o que produzir, como produzir, quando produzir;
- produtos perecíveis, oferta estacional *versus* demanda permanente — alguns produtos oriundos da agricultura e pecuária são de conservação difícil e necessitam de rapidez no seu escoamento e consumo. Agrega-se a isto o fato de a oferta de muitos produtos ser sazonal;
- os riscos — a que estão submetidos os processos produtivo agrícola e pecuário são imensuráveis, desde os problemas biológicos até aos climáticos;

²⁷ Para aprofundamento do assunto, ver entre outros, ABROMOVAY, Ricardo Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão. São Paulo, Rio de Janeiro e Campinas; HUCITEC, ANPOCS e UNICAMP; 1992. capítulo 8 “As particularidades da agricultura no desenvolvimento econômico” (p. 209 – 247).

- a agricultura e a pecuária, por lidarem com elementos vivos, enfrentam dificuldades insuperáveis na divisão do trabalho, limitando, inclusive, esta partilha.

A respeito do assunto, convém atentar para a pesquisa da FAO, que conclui:

Verifica-se, de acordo com este procedimento, que aproximadamente metade da área média das famílias - 30,77 hectares - foi considerado boa pelos agricultores beneficiados, sendo que dois terços da área total foi descrita como área plana. A fertilidade das terras na região Nordeste foi, entretanto, considerada inferior em relação às outras regiões. [...]

A questão da água aparece como problemática, não apenas pela distância das fontes senão também pela relativa escassez de água fornecida por algumas dessas fontes de água, principalmente no Nordeste (Guanziroli et al. Org. 1991, p. 51, 52).

Analisando os trabalhos de outros pesquisadores²⁸ acerca do tema central da minha investigação, observo que a categoria assentado / assentamento aparece como divergente, às vezes confusa (como por exemplo parceleiro como se sinônimo fosse de assentado) até mesmo sem uma definição. Assim sendo, creio ser necessário discutir o termo **assentamento**, que, etimologicamente, deriva do latim *asseentamento*, sec.XVI, *asseent* - sec. XIII, *asentamento* - XV, que tem origem na palavra *asseentar*, sec. XIII - assentar que é verbo e significa pôr sobre, sentar,

²⁸ Revistas da ABRA, . v.18, n°.1, abril / junho, 1988; v.22, n°.3, setembro / dezembro, 1992; GUANZIROLI, Carlos et al (org.) Reforma Agrária - O Relatório da FAO em debate. Rio de Janeiro, Vozes/IBASE/FAO, 1994; MEDEIROS, Leonides et al (org.). Assentamentos rurais : uma visão multidisciplinar. São Paulo. UNESP, 1994; BERGAMASCO, Sônia, NORDER, Luís. O Que são assentamentos rurais. São Paulo. Brasiliense, 1996.

(CUNHA, 1994, p. 76). Este é um significado comum, que não dá conta da categoria em análise. O nosso intuito é apreender este termo como forma de intervenção governamental, como mecanismo de política públicas na questão fundiária brasileira. Isso faz o assentamento ter características particulares e diferenciadas no tempo e no espaço. De acordo com Bergamasco & Norder (1996, p. 7,8) o termo assentamento

apareceu pela primeira vez no vocabulário jurídico e sociológico no contexto da reforma agrária venezuelana, em 1960, e se difundiu para inúmeros outros países. De uma forma genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. Como o seu significado remete à fixação do trabalhador na agricultura, envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e vida comunitária.[...] É neste contexto que se insere um conjunto de experiência, em nível internacional, como a dos *asentamientos* na Venezuela e no Chile, dos *ejidos* mexicanos, dos *kibutz* e *moshovem* em Israel, da autogestão iugoslava.

Para Leite, o termo assentamento

parece datar de meados dos anos 60, sobretudo como referência dos relatórios oficiais para designar a transferência e alocação de um determinado grupo de famílias em algum imóvel rural em particular. Esta definição ganha nuances ora comprometidos com uma atuação estatal direcionada ao controle e delimitação do novo “espaço” criado, ora relacionados à uma especificidade do processo que originou a entrada de trabalhadores rurais na área. Neste último caso, a designação parece estar muito mais associada à idéia de reforma agrária do que de colonização. [...] O assentamento

significa, portanto, a incorporação de novas terras ao processo produtivo do País, com a conseqüente criação de empregos, distribuição de renda etc, beneficiando a camada de pequenos agricultores, que formam a clientela típica da Reforma Agrária e do INCRA.(in:GUANZIROLI, Carlos et al (org.) Reforma Agrária - produção, emprego e renda; o relatório da FAO em debate, 1994:203)

Já para Esterici et al (1992, p.5)

Os termos 'assentamentos' e 'assentado' (e similares) poderiam ser tomados como se seus conteúdos fossem evidentes em si mesmos, mas há tentativas importantes no sentido de conceituá-los. Para Andrade et al (1989), por exemplo, o termo "assentamento" parece ter surgido no âmbito da burocracia estatal, e refere-se à diversas etapas da ação do estado ao visar ordenação ou reordenação de recursos fundiários. Seria, portanto, uma categoria, datada, cujos conteúdos são próprios das instâncias onde foi, a princípio, formulada. Sugere, segundo os autores, que as ações sejam desencadeadas sejam vistas como de ordem técnica e não política, que os objetivos visados sejam a alocação de populações e a resolução de problemas sócio-econômico; pretende que a seleção dos "beneficiários" se faça com base em critérios técnicos (vocaçao agrícola). Supõe ainda que a preocupação, por parte do Estado seja, primordialmente, com a produtividade e viabilidade econômica .

Outros autores, como Stédile e Gorgen (1993, p. 84, 85) entendem o assentamento como

um conjunto de famílias que passam a trabalhar numa área de terras destinadas a agricultores sem-terra, utilizando-a para a produção agropecuária. Os assentamentos feitos no Brasil, nos últimos doze anos, foram conseguidos após muita luta, muito tempo de acampamento e muitas ocupações de terra.

A terra onde se realiza o assentamento normalmente é um latifúndio que foi desapropriado e comprado pelo governo e destinado à utilização dos agricultores. Pode ser também em áreas do próprio governo destinadas a esta finalidade.

Os assentamentos organizados a partir da luta do **Movimento dos Sem Terra** procuram planejar e organizar a produção, para viabilizar o assentamento, garantir a subsistência das famílias assentadas, promover o desenvolvimento econômico e social dos camponeses que conquistam a terra (grifos meus).

Em texto produzido em 1986 pela Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) em conjunto com o Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (INESC) intitulado “Reforma Agrária – Por que? a compreensão está em que se trata de

um processo organizado de acesso dos trabalhadores rurais capaz de lhes fornecer os meios necessários à produção agrícola e garantir a sua sobrevivência, enquanto as primeiras safras não acontecem. O trabalhador rural assentado é aquele que recebe a terra e participa de todo o processo, fixando-se nela e produzindo satisfatoriamente (p.32).

Este mecanismo de intervenção da política pública no setor fundiário começa com a colonização da Amazônia nos anos 70, passando pela construção de barragens, com o deslocamento da população atingida, quando se fazem necessários o reassentamento, os projetos de irrigação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e da Companhia Vale do Rio Doce, dentre outros.

Porém, é a partir do PNRA/PRRA-CE, o governo da Nova República, outubro de 1985, que a categoria assentamento é (re)vigorada

como o mecanismo básico da política de intervenção pública do setor reformado. Tanto foi assim que apareceu em todos os planos de governo para o setor reformado, muito mais como uma forma de atenuar os conflitos no campo, oriundos da pressão dos movimentos sociais, do que de uma política de reforma agrária. Conforme, Martins (1986, p.17),

A aceitação das desapropriações tal como estão sendo feitas, representa simplesmente a aceitação de um mecanismo de sustentação do conservadorismo antiparticipativo da nova ordem política. É, também, aceitação de um mecanismo que tem como único objetivo forçar a desativação das lutas no campo, como forma de integrar os trabalhadores rurais na passividade do pacto social.

Resultando da aceitação deste mecanismo de intervenção do Governo Federal/INCRA, de acordo com o INCRA/Diretoria de Assentamento/Departamento de Metodologia de Projetos, até 16 de abril de 1997, foram efetivados 1.653 projetos de assentamentos, numa área de 13.106.347,4 ha, com 253.484 famílias assentadas. Conforme “Política de Assentamento”, Brasília 1987, (documento fundante e norteador político e metodológico), “todo Projeto de Assentamento deve ser concebido e executado conforme princípios que garantam a eficácia das ações” (p.7). Estes princípios são racionalidade, objetividade e participação (p.7 e 8). Todos os projetos de assentamento vinculados ao Governo Federal/INCRA têm uma sistemática de criação, implantação e implementação (vide anexo n.º.1 — Diagrama de Fluxo de Trabalho para a Criação e Implantação de Projetos de Reforma Agrária”, e anexo n.º.2 — Sistemática de Criação, Implantação e Implementação dos Projetos de Reforma Agrária), que sintetizo em quatro fases:

1. “Pré-condição do Projeto” — é a fase de obtenção dos recursos fundiários, elaboração do plano de ação preliminar, criação do projeto, seleção dos beneficiários;

2. “Conhecimento dos Recursos — Plano Preliminar” — compreende um período de seis meses, tendo as seguintes etapas: estudo dos recursos naturais, implantação de uma infra estrutura preliminar, crédito de custeio agrícola e de manutenção familiar e bens de produção, elaboração do plano de ação imediata;
3. “Habilitação dos Recursos — Plano de Ação Imediata” — esta fase cobre um período de 12 meses, que compreende a elaboração do projeto com base em um diagnóstico sócio econômico, definição da infra-estrutura e início da implantação e elaboração de um projeto “definitivo”;
4. “Consolidação do Projeto” — esta etapa é de manutenção e consolidação e, após o período de 42 meses, o projeto alcança a sua emancipação, dando início à autogestão.

No Ceará, a Superintendência Estadual do INCRA (SR - 02) elaborou um documento intitulado “Diretrizes Operacionais Para a Implantação de Projetos de Assentamentos no Estado do Ceará” (Fortaleza, agosto de 1993), baseado no PRRA, tendo como objetivo “criar mecanismos de coordenação e acompanhamento das ações no Projetos de Assentamentos”(p.2). Esse documento não apresenta avanço, uma vez que o seu mérito centra-se no detalhamento didático do que contém o PNRA / PRRA — CE, Estatuto da Terra, ao mesmo tempo que incorpora à legislação em vigor , sobre as formas de destinação das terras, a Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.

Em se tratando dos projetos de assentamentos administrados pelo Governo do Ceará/IDACE, conforme preceito legal, tem-se seguido as orientações do Governo Federal, propagadas pelo PNRA/PRRA-CE, e as políticas de diretrizes nacionais para o setor reformado. No entanto,

em 1996, o IDACE objetivando “Avançar nas Mudanças”, elabora um “Plano de Ação” propondo “orientar os técnicos e assentados na elaboração dos Planos de Ação dos Assentamentos Estaduais”(p.1). O objetivo desse plano é fazer com que os assentados tenham “o conhecimento de suas realidades, com vistas a uma efetiva autogestão das suas unidades”(p:1) A partir desse “Plano de Ação”, é elaborada uma proposta metodológica para os projetos de assentamentos: “Abordagem Participativa de Elaboração de Planos de Assentamentos e Reassentamento Rural”, Fortaleza, março de 1997.

A proposta adota como metodologia de trabalho, conforme o próprio título, A ABORDAGEM PARTICIPANTE que se mostra,

...basicamente como uma concepção, uma forma de ver a realidade de modo crítico, buscando articular num processo integral e completo a autêntica e real participação dos envolvidos. Ela tenta superar os aspectos meramente de transferência de conhecimento, formação e de capacitação, transformando-se num momento privilegiado de reflexão crítica e sistemática sobre a realidade da população e, no que tange ao trabalho dos técnicos, no sentido de fazer-los sentirem-se agentes educadores na socialização dos conhecimentos científicos (p, 1).

A “abordagem participante” adotada pelo IDACE (p. 3, 4) é, principalmente, composta das seguintes fases — levantamentos dos dados secundários, sensibilização coletiva, estudos da realidade da comunidade, sistematização e socialização das informações, problematização, priorização dos problemas, discussão e definição das possíveis soluções, elaboração do cronograma das atividades, redação do plano de ação o do plano de reassentamento rural, elaboração dos projetos, execução, acompanhamento e avaliação contínua do plano. Essa proposta, na essência, não difere do que está posto, quer no

documento elaborado, pelo INCRA/CE, quer no Brasil, uma vez que todas usam como base a METODOLOGIA PARTICIPANTE.

Apesar de se ter um certo “consenso” no tocante à metodologia utilizada nos trabalhos de campo (participante), a diversidade histórica, espacial e temporal faz com que se tenha uma variação significativa do ser assentado / assentamento, desde os aspectos econômicos, pois se tem assentamentos no Nordeste com uma renda média mensal de 2,33 salários mínimos, e na Região Sul assentamentos com renda média mensal de 5,62 salários mínimos (Guanziroli et al, 1994). Há diferenças também no processo de uso e posse da terra e no processo produtivo. Há assentamentos parcelados e não parcelados ou uma combinação das duas formas, conhecida como assentamento misto; diferem nas formas de organização, de gestão, em que tem importância a história de vida de cada assentado, pois muitos lutaram décadas por terra, enquanto, poucos não têm uma história de luta pela terra. Há de se considerar, ainda, a variação no tamanho da área de cada assentamento, como o projeto de Assentamento Extrativista Antimare, no Município de Boca do Acre, numa área de 260.227,0 ha, com 867 famílias assentadas, e o Projeto de Assentamento Itapeti, Mogi das Cruzes, com 86,0 ha e 24 famílias assentadas. Mesmo dentro do Estado, como o Ceará, há esta diferenciação entre os assentamentos.

É nesta relação, assentamento/assentado, tão complexa, tão diversa, tão diferenciada, com tanta especificidade que tem sido depositado o (in) sucesso, o (des)encanto do setor reformado.

Para além do bem e do mal, das questões já relacionadas como empresa, da especificidade das atividades agrícolas e pecuárias, da gestão — planejamento, organização, direção e controle — ter que se enquadrar nesta particularidade dos assentados, há outros elementos que, na minha compreensão, precisam ser incorporados à gestão de uma

área reformada: **o lugar, o espaço e o território** ²⁹. Considere-se o fato de que um imóvel que passa por um processo de desapropriação é um lugar especial, espaço em construção, espaço que não quer ser somente local de produção, circulação, troca. Quer muito mais: quer ser, também, o local do poder real, quer ser território.

Creio ser necessário explicar que estes termos (lugar, espaço e território) às vezes são usados de maneira inadequada e até como sinônimos; no entanto são categorias de análise teórica da geografia, que têm conteúdos distintos e que são fundamentais para se compreender o assentamento, o assentado e a gestão. Por isso, entendo ser importante expressar o meu entendimento destas categorias, a fim de que possa usá-los de maneira adequada.

Discutir sobre a noção do lugar é uma necessidade, levando em consideração o fenômeno da “globalização”, uma vez que é no lugar que percebemos as influências da “globalização” e as formas de apropriação do espaço. É no lugar que se dá a articulação do local com o mundo. E o lugar onde vivemos o nosso cotidiano, que tem uma identidade histórica, produto das relações sociais, resultado da relação sociedade natureza. De acordo, com Carlos (1996, p.30), o lugar

guarda em si e não fora dele o seu significado e as dimensões do movimento da história em constituição enquanto movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos. Isto porque a realidade do mundo moderno reproduz-se em diferentes níveis sem com isso eliminar-se as particularidades do lugar, pois cada sociedade produz seu

²⁹ Para um maior aprofundamento sobre o tema ver dentre outros : Milton Santos, Espaço & Método, São Paulo, Nobel, 1985. Também do mesmo autor, O Espaço do Cidadão, São Paulo, Nobel, 1993. Gaston Bachelard. A Poética do Espaço, São Paulo, Martins Fontes, 1993. Claude Raffestin Por uma Geografia do Poder, São Paulo, Editora Ática, 1993. Iná Elias de Castro, Paulo César da Costa, Roberto Lobato Corrêa (org.) Geografia : Conceitos e Temas Rio de Janeiro, Bertand Brasil, 1995. Ana Fani Alessandri Carlos, O Lugar no / do Mundo; São Paulo, HUCITEC, 1996.

espaço, determina os ritmos de vida, formas de apropriação expressando sua função social, projetos, desejos.

O lugar contém uma multiplicidade de relações, discerne um isolar, ao mesmo tempo em que se apresenta como realidade sensível correspondendo a um uso, a uma prática social vivida. Neste contexto o lugar revela a especificidade da produção espacial global, tem um conteúdo social e só pode ser entendido nessa globalidade que se justifica pela divisão espacial do trabalho que cria uma hierarquia espacial.

Nesse sentido, o lugar é um fragmento do espaço mundializado e somente a partir dele, é possível compreender o mundo fragmentado do indivíduo, da vida social, cultural, religiosa. O assentamento representa o lugar do assentado, onde ele vive o dia a dia, tem o seu modo de vida, como o vaivém da labuta nos roçados, o cuidado com os animais, o pegar água no açude, o forró, a vaquejada, o banho de açude, a conversa “fiada” do compadre e da comadre à “boquinha” da noite, enfim, o assentado apropria-se do assentamento e este vai ganhando significado pelo uso, pela apropriação.

Já o espaço de que falamos é o espaço rural, mas especificamente, assentamento, que é um lugar de produção, da distribuição, da circulação, do consumo. Noutras palavras, trata-se de uma área que é uma fração da sociedade e que detém uma forma particular de produção. Mas, essa área existe como espaço porque é ocupada pelo homem em ação. É o espaço em que o homem se objetiva pelo trabalho. Segundo Lefébvre, o espaço constitui o *locus* de reprodução das relações sociais de produção.

O assentamento, por sua vez é um “espaço novo” em processo de (re)construção a partir do preexistente. É original porque é resultante do conflito de classes sociais pela apropriação de uma parcela do solo. É recente porque obriga o Estado a intervir, a (re)planejar, a modificar e

modelar um espaço que aparece como instrumento de dominação” (Carlos, p. 129, In: MARTINS, José de Souza (org.) Henri Lefebvre e o retorno à dialética. São Paulo. HUCITEC, 1996). Este conflito no e pelo espaço demonstra o quanto o espaço é concreto e como as mediações e as práticas espaciais não são abstratas, nem vazias. O conflito permite analisar o cotidiano, o mediato, o local.

O projeto de assentamento, na qualidade de área de reforma agrária, resulta de um movimento de trabalhadores rurais, camponeses, posseiros, pequenos produtores rurais, rendeiros etc, para ocupação de terras, regularização fundiária, reorganização do espaço rural. A princípio, aparenta ser (foi) um “espaço euclidiano”. E, na realidade, na essência é (foi) um “espaço de catástrofe”, isto é, um “espaço de explosão” que “evidencia as condições de ruptura e de desestabilidade de um espaço determinado, apontando a emergência do novo, a partir do restabelecimento de relações sociais capazes de quebrar a cadeia de equivalente e o poder homogeneizante do Estado e permitindo, portanto, pensar o devir”(Carlos, 1996, p. 133).

O assentamento é um espaço novo, resultante de condições históricas que necessitará de novo sistema produtivo, da incorporação de novas tecnologias, ambos desencadeadores da elaboração das relações sociais de trabalho que serão (re)elaboradas. Será um espaço do trabalho, da produção, da circulação, do consumo. Terá novos fluxos, fará novas redes com outros assentamentos, com outros mercados. É (será) o lugar do uso onde tem início o vivido, o mítico que, em construção incorpora a utopia de viver, de ser cidadão. É o espaço do cidadão (Santos, 1993) que se torna território, a partir do espaço, porém agora como espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder (Souza, p. 96. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (org.). Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 1995).

Enunciados os termos lugar e espaço, indago: a área de reforma agrária assentamento, é território? Sim. É território, território do assentado, do ex-trabalhador rural sem terra; território que foi (é) germinado, dialeticamente, no e do espaço, porém, não é espaço, pois vem após o espaço. É um espaço social que envolve relações de poder, um campo de forças. O fundamental, no entanto, do território não é o espaço físico, nem os recursos naturais, nem o solo. Estes elementos são apenas e simplesmente um substrato referencial. O essencial é quem domina? Como domina? Até aonde vai o limite, além dos limites físicos, naturais? A questão principal é da **gestão de um território**. É a especificidade política, cultural incorporada ao espaço social que o torna território. O assentamento far-se-á território quando for definido e delimitado por e a partir das relações de poder (Souza, 1995, p.110). Em outras palavras, o assentamento torna-se território quando tem os dois elementos imbricados: **espaço e poder**.

Aliás, Santos (1993) diz que a história do Brasil é a história de sucessão de verdadeiros pactos territoriais. Desde o Império, Revolução de 30, Estado Novo, movimento militar de 1964, dentre outros, de um modo geral, foram estabelecidos pactos territoriais com a finalidade única da gestão do território - de quem domina o que e quem. Esses pactos territoriais, na prática, tiveram como objetivo inviabilizar os projetos da sociedade civil. Além do mais, estes pactos são, freqüentemente, mais outorgados do que consentidos. Se consentido, é distorcido, cooptado pelo Estado.

Ainda de acordo com Santos (1993), todos os pactos territoriais outorgados ou consentidos no Brasil foram funcionais, pois não atingem o âmago das relações sociais fundamentais. Se fossem pactos territoriais estruturais, ter-se-ia um projeto coerente de gestão do território, com justiça social para o País. E, no caso da reforma agrária, foi uma oportunidade que se perdeu de um pacto territorial estrutural.

Em sendo assim, os assentamentos resultam do pacto territorial funcional (Tancredo/Sarney), que é o pacto da “Nova República”, com ações isoladas, localizadas e de interesse conflitante, de atores isolados. Daí não acontecer uma verdadeira produtividade espacial, compreendida como uma utilização democrática do território, um processo verdadeiramente distributivo. Raciocínio semelhante tem Martins (1996), ao referir-se ao Plano Nacional de Reforma Agrária, como não sendo um Plano Nacional e muito menos de reforma agrária, pois os assentamentos são áreas de reforma agrária isoladas, localizadas, resultantes do pacto político de 1984, de Tancredo Neves.

São, pois, os assentamentos derivados destes pactos territoriais, isolados, do território agrário que se transforma em novas territorialidades - “entendidas como estratégias que visam influir em ações a partir do controle do território “(Becker, p.272; In:CASTRO, Iná Elias de. GOMES, Paulo César da Costa. CORRÊA, Roberto Lobato(org). Geografia; Conceitos e Temas. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil,1995). Para, Martins(1996, p.52), não teremos reforma agrária

Para ser realista, não vai haver reforma agrária no Brasil. Apenas desapropriações de terras em pontos de maior tensão para amansar os trabalhadores rurais e, eventualmente, desapropriações em áreas em que isso for de interesse dos proprietários. É muito pouco provável que um regime político amplamente apoiado e dominado pelas oligarquias rurais, pelos grandes proprietários, ponha a mão para valer no direito de propriedade.

Compreendidas, então, o assentamento como território e os assentados como seus gestores, é mister liberar o ranço conservador / nacionalista / estadista do termo território, a fim de que os assentamentos/assentados sejam vistos, vejam-se, sejam compreendidos como autônomos gestores do seu dever. Dessa forma, o assentamento - território será um campo de forças, de poder, uma teia ou rede de

relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo um limite, uma alteridade (Souza, 1995, p. 86).

Destarte, o assentado será sujeito da sua história, será autônomo, gestor do seu território com uma prática estratégica, científico - tecnológica do poder que dirige, no espaço e no tempo. Assim, os assentados serão os gestores do seu destino, do seu território-assentamento.

Daí a necessidade de aprofundar um pouco mais o meu entendimento da gestão social de um assentamento, já que se constitui categoria-chave de minha investigação; é preciso que eu visualize e tenha a habilidade de apreendê-la no seu constituir-se histórico, para que possa manifestar trilhas, veredas, caminhos para um “novo” tipo de gerir os territórios rurais dos assentamentos de reforma agrária, e que, por isso mesmo, não se limitam apenas aos aspectos políticos, ou só aos econômicos. Essa categoria, assentamento/assentado, tem que ser compreendida a partir de uma totalidade concreta e histórica, onde, conseqüentemente, estão presentes os aspectos econômicos, políticos, culturais, educacionais, de saúde, lazer, natureza... Enfim, na perspectiva de uma sociedade com sustentabilidade (ver anexo nº 3, Box nº.1- “Desenvolvimento (In)sustentável).

Estes são os problemas, os desafios da maioria dos assentamentos rurais do Ceará efetivados pelos Governos Federal e Estadual. A sua natureza se manifesta única e exclusivamente como unidade jurídica, e, como tal, tem uma tendência à desagregação da comunidade em virtude de os projetos do Estado não terem a compreensão do assentamento como um todo integrado. Conseqüentemente, em geral, inicia-se a inviabilização do novo espaço reformado, em decorrência da falta de visão de empreendimento social

que, na prática, é direcionada apenas para a geração de excedentes econômicos na unidade familiar, quando isso ocorre.

Esta percepção e compreensão por parte do Estado, do assentamento-fragmento, como unidade de produção familiar, que criou e ainda cria instrumentos de mediação. Desses instrumentos de mediação a que me referi, por exemplo, estão o FADA, Projeto Padre Cícero, Projeto São José, dentre outros, que pulverizam os recursos financeiros, fato que inviabiliza muitos assentamentos por desagregar as famílias assentadas, a partir de uma diferenciação interna que não possibilita o giro econômico do assentamento como unidade, por não compreender o imóvel reformado no sentido macro, tem levado freqüentemente a justificar uma concorrência entre a produção individual e comunitária, como se estas categorias fossem adversárias, uma não pudesse existir simultaneamente com a outra. O olhar do Estado sobre os assentados/assentamentos é enviesado, e, principalmente, só consegue ver a área reformada de fora para dentro, jamais, de dentro para fora.

Nestas circunstâncias, os assentamentos de reforma agrária são simplesmente compreendidos como **lugares de reivindicações** e alguns, pouco, com muita luta conseguem ser **espaços rurais**.

Por assim se conhecer, é que cada assentamento tem uma diversidade, uma história, uma riqueza cheia de complexidades e contradições, a espacialidade, os aspectos ambientais, o período em que cada um foi implantado. Por tudo isso, escolhi para trabalhar com dois assentamentos rurais, como estudo de caso, Cachoeira Cercada e Vitória. Estes dois assentamentos são áreas resultantes de uma mesma história de luta pela terra. Porém, devem e precisam ser analisados como distintos, diferenciados, com especificidades, sem no entanto, se perder a visão de totalidade. São imóveis de reforma agrária, em cuja posse os trabalhadores rurais foram imitados em 1987, fazendo, portanto, parte do

primeiro PNRA/PRRA. Estes dois assentamentos carregam uma simbologia muito forte, por vários motivos: é uma área de reforma agrária estadual, inaugurada no Ceará para tal fim, quando do primeiro governo Tasso Jereissati; depois representa uma ruptura do velho coronel com o jovem empresário, ao desapropriar uma área para reforma; em terceiro lugar o governo foi pessoalmente à imissão de posse, levando uma comitiva de deputados e secretários de estado, prefeitos, vereadores para, politicamente, apoiar o ato³⁰.

E com quase uma década como assentamento/assentado já é possível se auferir os resultados concretos. Também esses assentamentos dispuseram de um relativo apoio institucional do Estado, por um curto período, aproximadamente três anos, como assistência técnica, crédito, comercialização, feira de reforma agrária, capacitação etc. Já é possível apreender e ensinar de que modo deve ser um processo de gestão num assentamento de trabalhadores rurais ou então de como não deve ser uma gestão.

Acredito que os problema de gestão e os erros, os fracassos neste período não ocorreram somente nos assentamentos, pois tudo passa pelo modo de produção capitalista, logo se vê não é uma questão só do setor reformado, nem interna da agricultura, mas do sistema social em conjunto, em período de globalização, de neoliberalismo.

Com este estudo, espero poder contribuir com a análise crítica da gestão dos assentamentos de trabalhadores rurais do Ceará, (re)discutir o processo de gestão, aplicar os resultados nos assentamentos do Ceará e fornecer “novos” elementos para o processo de gestão em áreas de reforma agrária. Estes elementos foram

³⁰ Acerca deste tema, sugiro a leitura de MARTINS, José de Sousa. O poder do atraso: ensaio de sociologia da história lenta. São Paulo. HUCITEC, 1994.

apreendidos na constância das relações do pesquisador com os assentados, tendo em consideração as ligações com a sociedade.

3. A (RE)CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA: UM OLHAR INVESTIGATIVO SOBRE OS ASSENTAMENTOS RURIS CACHOEIRA CERCADA E VITÓRIA

3.1.Introdução

*Prepare seu coração pras coisas
que eu vou contar, **eu venho lá do
sertão** e posso não lhe agradar.
Aprendi a dizer não, ver a morte
sem chorar. Que a morte, o destino,
tudo.
A morte, o destino, tudo **estava
fora do lugar. Eu vivo para
consertar.***

Geraldo Vandré

O conflito de terras no Brasil é histórico, marcado por lutas pelo **lugar, espaço** e pelo **território**. Tem-se constituído como conflito inacabado, por se fazer, ainda, conforme Martins (1994) uma sociedade de história lenta. Não é demais relembrar, conflito que se inicia com a luta do **espaço indígena**, há quase cinco séculos, tendo uma especificidade e uma concepção de espaço diferenciada da nossa, em que destacam dois elementos para reflexão: a terra na realidade do índio e o índio na realidade da terra (Martins, 1991, p.134-138), passando pela questão do território (Raffestin, 1993; Souza, 1995), território/ desterritorialização/reterritorialização (Haesbaert, 1995). Trata-se da luta por um **espaço métrico**, que é “quantitativo, é um espaço que tem preço, isto é, medido por um quantificador, que é o dinheiro”(Martins, 1993,

p.58). O espaço dos posseiros, devido aos movimentos, aos deslocamentos, às andanças, tem uma concepção cósmica. Segundo, Grzybowski (1987, p. 21)

...a atualidade e a historicidade de suas lutas devem ser buscadas na oposição à expropriação que o desenvolvimento capitalista supõe e constantemente provoca. Os posseiros não são únicos trabalhadores rurais a enfrentarem a expropriação. [...]. No entanto, como movimento histórico, cabe aos posseiros a frente das lutas contra a expropriação.

Já “os movimentos religiosos” por terra, têm a terra como um espaço popular sagrado, um lugar mítico. São muitos os caminhos e descaminhos que os conflitos dos movimentos sociais no campo brasileiro têm gerado ao longo de sua história. São caminhos construídos sempre com a perda da vida dos Padres Josimos; Chicós Mendes; Lampiões, Beatos Lourenços, Antônio Conselheiros, Zumbis; Marçal Tupã-ys, das Margaridas Alves e tantos outros. São movimentos que, desde meados dos anos 80, tem no MST — Movimentos dos Trabalhadores Rurais sem Terra — a sua maior expressão política³².

Aqui será abordado o confronto da luta pela terra de trabalho, do espaço métrico, qualitativo, que resulta algumas vezes em **assentamentos de áreas de reforma agrária**. No caso em discussão é o espaço rural denominado Assentamento Cachoeira Cercada, no Município de Canindé, e o Assentamento Vitória, no Município de Itatira.

Este capítulo é composto de quatro partes, compreendendo o período de 1946 — quando chega a primeira família — a 1987 —

³² Para um maior aprofundamento sobre os conflitos de terras no Brasil, ver dentre outros: MARTINS, José de Souza. ; Os Camponeses e a Política no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1983. QUEIRÓS, Maurício Vinhas de. Messianismo e Conflitos Sociais ; 3ª.edição; São Paulo, Ática, 1981. BARREIRA, César. Trilhas e Atalhos do Poder; Conflitos Sociais no Sertão. Rio de Janeiro; Rio Fundo, 1991. STÉDILE, João Pedro e GORGEN, Frei Sérgio. A luta pela terra no Brasil. São Paulo, Página Aberta, 1993. Publicação Anual da Comissão Pastoral da Terra - CPT - Conflitos no Campo.

quando da imissão de posse. Na primeira parte é feita uma análise da trajetória histórica dos trabalhadores rurais desde a chegada à área até a imissão de posse. Em seguida, em — Conhecendo a População — abordo seu nível de escolaridade, sua inserção no trabalho, população ativa e inativa, força de trabalho. Depois, Aprendendo e Ensinando a Construir a Organização, se reconstrói todo o processo de organização dos dois assentamentos, as formas de enfrentar, resistir e a luta pela posse e uso da terra de trabalho. Por último, Entendo a Natureza — procede-se ao estudo do meio ambiente, considerando o fato de que o assentamento rural com seu processo produtivo tem uma vinculação direta com a natureza.

3.2 Os Devaneios por uma Terra de Trabalho³³

³³ A história aqui analisada é a versão dos trabalhadores rurais. É a história de pessoas comuns, como o Chico, o Zé, a Maria, o João; história de brasileiros simples, humildes, analfabetos, que raríssimas vezes tiveram voz ou foram ouvidos. É a história daqueles que acreditam no poder da organização, no poder do coletivo, da união. São camponeses que têm fé, que têm nos ensinado lições de esperança, que “sabem fazer

O Assentamento Cachoeira Cercada, no Município de Canindé (vide anexo nº 4, Box nº 2 — Canindé de São Francisco), Distrito de Esperança, compreende uma área aproximadamente de 963 ha., onde residem 30 (trinta) famílias assentadas. Situa-se a 47 km. da sede do Município. O assentamento Vitória localiza-se no Município de Itatira (vide anexo nº 5, Box nº 3 — Itatira), Distrito de Bandeira, ficando a uma distancia de 50 km. da sede do Município. Tem uma área em torno de 2.300 ha. É formado de três comunidades/setores/núcleos, Mato Grosso - onde está a casa sede Arisco e Bandeira Velha. Estão assentados 50 (cinquenta) famílias. Os dois assentamentos ficam aproximadamente a 160 km. de Fortaleza, pela BR 020 (vide figura nº 3, página 62).

Estes assentamentos de reforma agrária formam uma área contínua de 3.270 ha (ver figura nº 3, página 62). O imóvel rural, do ponto de vista jurídico administrativo, é do Governo do Estado do Ceará, estando diretamente vinculado ao Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE), órgão de terras estadual responsável pela política fundiária do Ceará, que, por sua vez está subordinado à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR). A gleba se torna assentamento de

a hora e não esperam acontecer”. Assim sendo — é a exigência de minha opção metodológica — eu não poderia fazê-la de outra forma para contar esta história...

FIGURA Nº 3

Mapa Localização dos Assentamentos
Cachoeira Cercada e Vitória

trabalhadores rurais em área de reforma agrária com a Portaria n°. 1.196/88 , à época da Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária, e da Portaria n°. 236/88 do IDACE, publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará n°. 14.704 parte I (vide anexo n° 6, Box n° 4 — “Governo das Mudanças”). No entanto, a história da luta pela posse e uso da terra de

trabalho no imóvel remonta à década de 40, quando, em 1946, a ocupação da fazenda começa por Cachoeira Cercada e Felão com os cinco irmãos da família Ferreira do Nascimento. A esta parte do imóvel, os agricultores mais velhos chamam de “fundo de terras ou de sobra de terras”, por serem glebas livres, desocupadas de uma área qualquer. *A priori* não tem dono, não é ferrada ou é considerada como terras devolutas. A Bandeira Velha inicia o seu processo de ocupação em 1954, com a família dos Simplício de Castro, sendo contada, assim:

Desde 1959 que nós moramos lá. Pedimos morada ao Sr. Antônio Umbelino. Começamos construindo uma casa de tijolo, no ano de 1958. Mas não nos ajudou em nada, fizemos a casa com as nossas posses. Chegamos lá de morada no dia 02 de fevereiro de 1959. Sendo a casa de meu pai o Sr. Raimundo de Oliveira Castro. Depois a família foi casando e construindo suas casa com suas posses, todas de tijolos. Hoje temos 7 casas. Antes ele disse para nós a terra não é minha . Apenas mando nela. Disse ainda que enquanto mandasse nela ninguém mexia conosco. De fato, enquanto viveu nós também, vivíamos tranqüilo. Quando ele entregou esta terra para nós trabalhar tinha uma cercada por ele. Justamente foi onde começamos a trabalhar. Ele disse: pode trabalhar a vontade. O que ele exigiu foi somente a renda [...] Até enquanto ele viveu tudo era ótimo (Nossa História de Bandeira Velha, página 01),

As duas famílias eram compostas de trabalhadores rurais sem terra e agricultores que estavam em processo de migração à procura de terra para trabalhar de lugar para viver e criar as suas famílias. As características dessas famílias me fazem lembrar Martins (1988, p. 45), quando diz,

Mais do que migrantes temporários, há um definido universo social da migração temporária. Mais do que **trânsito** de um lugar a outro, há **transição** de um tempo a outro. Migrar temporariamente é mais do que ir e vir - é viver, em espaços

geográficos diferentes, temporalidades dilaceradas pelas contradições sociais. Ser migrante temporário é viver tais contradições como duplicidade; é ser duas pessoas ao mesmo tempo, cada uma constituída por específicas relações sociais, historicamente definidas; é viver como presente e sonhar com o ausente. É ser e não ser ao mesmo tempo; sair quando está chegando, voltar quando está indo. É necessitar quando está saciado. É estar em dois lugares ao mesmo tempo, e não estar em nenhum. É, até mesmo, partir sempre e não chegar nunca (Grifos meus).

Segundo informações obtidas junto aos assentados, era proprietário da área toda o Sr. Antônio Umbelino. Esse senhor, ao permitir que esses migrantes ficassem na terra, disse: “que não gostava de confusão, que eles poderiam ficar por um inverno” (anotações do caderno de campo, novembro de 1987). Como eram pessoas trabalhadoras e pacíficas, foram ficando, e assim permanecendo por não terem para onde ir. Retornar..., nem pensar, pois já não eram os mesmos nem tinham deixado nada. Ao expressarem o desejo de permanecer, o proprietário da fazenda estabelece algumas regras de relações de trabalho/ renda da terra, que duraram desde a chegada dos agricultores, até a morte do proprietário em agosto de 1977, a saber:

- a) trabalharem dois dias por semana para o proprietário das terras, com preço inferior ao da região para a zona rural;
- b) cultivarem somente milho e feijão;
- c) o pagamento da renda da terra ao proprietário correspondia a um terço da produção da cultura do algodão;
- d) a comercialização imediata de toda produção era feita com o proprietário.

Como o proprietário, o Sr. Antônio Umbelino, não tinha herdeiro em primeiro grau, ao morrer, são beneficiados com os seus bens dezessete sobrinhos. Embora o Sr. Antônio Umbelino tenha falecido em

08 de agosto de 1967, assumiu o controle administrativo da área, de 1965 a 1977, um seu sobrinho. Com a morte do tio, são mudadas as regras da cobrança da renda da terra e da relação de trabalho. O administrador estabelece que:

- a) quando o proprietário brocasse e cercasse a terra para plantar, a renda cobrada seria de 50% da produção, isto é, a renda conhecida como meia;
- b) se o trabalhador recebesse a “terra virgem” para explorar e cercar, a renda cobrada seria de 5/1, ou seja, um quinto de toda produção seria dos herdeiros;

De 1977 até 1979, o novo proprietário da maior parte das terras das fazendas Mato Grosso, Cachoeira Cercada e Bandeira foi Joaquim Magalhães, que comprou as partes da herança de quinze herdeiros de Antônio Umbelino. O sistema da cobrança da renda da terra, como de relação de trabalho, no geral, não muda, sendo incluído mais um item: “que nós trabalhássemos na terra um ano outro não”. Porém, toda a questão que envolvia pagamento da renda da terra e relações de produções começou a ser gerada com a morte do Sr. Antônio Umbelino, porque, enquanto “ele viveu, tudo era ótimo”. Com o seu falecimento, os sobrinhos começam a mandar, as regras são mudadas, as terras mudam de dono. Na seca de 1979 – 1985, a situação agrava-se e desnuda-se toda a questão em torno da renda da terra, exploração, expropriação e violência para com aquelas famílias de agricultores que residiam nesta área desde o ano de 1946. Inicia-se, então, concretamente a luta pela posse e uso da terra, a terra como categoria de terra de trabalho³⁴.

³⁴ José de Souza Martins, em vários de seus trabalhos, aborda a categoria terra de trabalho e terra de negócio, sendo um dos intelectuais que mais e melhor conseguiu interpretar e analisar esta categoria. O uso deste termo aqui tem a concepção/conotação de Martins: “quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro” (Expropriação e Violência, p.55; São Paulo, HUCITEC; 1991). Vide também do mesmo autor: Não há terra para plantar neste

Com a grande estiagem de 1975 - 1979 tem-se mais um programa de combate à seca, chamado de programa de emergência, sendo estabelecido que o Estado, nas obras de combate à seca nas propriedades particulares, participaria com 80% dos custos destas obras. O proprietário entra com uma contrapartida do restante, ou seja, com 20%. O proprietário do imóvel em tela nega-se a pagar a sua parte e repassa este compromisso para os moradores de suas terras. Estes não concordam em pagar as benfeitorias feitas nas fazendas, pois, além de receberem uma pequena diária para trabalhar no imóvel, ainda teriam que contribuir com 20% do valor das benfeitorias feitas no decorrer da seca. O problema foi levado para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Canindé e de Itatira, para a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Ceará (FETRAERCE). Com a “questão”, o Sr. Joaquim Magalhães arrenda o imóvel para o Sr. Raimundo Valdetário, por um período de quatro anos. Ao assumir a administração do imóvel, o arrendatário faz uma reunião com os moradores para estabelecer novas condições para o pagamento da renda da terra, bem como das relações de trabalho, que foram as seguintes:

- a) que todos os trabalhadores assinassem um contrato de moradores novos da fazenda;
- b) que toda a madeira das brocas que servissem para caibro, ripa, linha era dele;
- c) a madeira das brocas que fosse boa para cerca seria usada nas cercas da fazenda;
- d) a madeira boa para fazer carvão deveria ser colocada na estrada, para um carro apanhar com o objetivo de vendê-la, na cidade. O dinheiro da venda seria dividido em duas

Verão, capítulo III ; Caminhada no Chão da Noite, capítulo III; Os Camponeses e a Política no Brasil, capítulo V. E, tendo uma compreensão diferente de Martins, sobre a terra de trabalho, ver Afrânio Raul Garcia Jr. com o trabalho “Terra de Trabalho, Trabalho Familiar de Pequenos Produtores”, capítulo V - Terra de trabalho e Terra de Gado. Editora Paz e Terra; Rio de Janeiro; 1983.

partes iguais, metade para o arrendatário, e a outra metade para os agricultores;

- e) a renda cobrada seria de 5/1 sobre toda a produção, ou seja, um quinto de toda e qualquer produção agrícola pertenceria ao arrendatário;

De acordo com “Nossa História de Bandeira Velha”:

Depois, esse Valdetário chegou dizendo que essa terra pertencia a ele. Nos prometeu de fazer uma reunião com todos os moradores desta comunidade de Bandeira Velha. Marcou a reunião para o dia 27 de julho de 1980, era um domingo, no grupo escolar. Quando, chegou o dia previsto para a reunião, ele não compareceu, mandou o irmão chamado Antônio e um dos vaqueiros dele. Esclarecendo-nos que nós não iríamos brocar na mata. A lenha tirada da broca, sendo de metade com ele. A outra madeira somente pra ele, dificultando assim o nosso trabalho de cercar a terra. Enquanto a madeira para cercar era tirada só para ele. Ainda mais, queria que todos nós assinássemos em um caderno o nosso nome como moradores novo. Ninguém aceitou. Deste caso começou o nosso sofrimento... (p. 2).

A não aceitação das novas condições impostas aumenta a tensão. Não se conformando com a posição dos trabalhadores rurais, o arrendatário faz uso do seu poder político e econômico. O seu primeiro passo é levar a polícia até ao Mato Grosso, Cachoeira Cercada e Bandeira, prática que aliás se torna comum no desenrolar de todo o conflito³⁵. Tinha como objetivo intimidar e demonstrar o seu poder, a sua força. Nesta ocasião, 1980, foram levados presos dois agricultores para a delegacia de polícia de Canindé para depor. Vejamos, então, dentre as

³⁵ O arrendatário é advogado, delegado da polícia civil, e, na época do conflito, era suplente de deputado estadual e exercia o cargo de Diretor Técnico do Instituto de Terras do Ceará (ITERCE) — o órgão que, em tese, deveria zelar pela paz, justiça no campo.

várias ocasiões em que foram presos, uma destas situações vivida pelos agricultores:

...então os policiais deram ordens de prisão, aí nós falamos vamos nos entregar para cumprir ordem, porque não roubamos e nem matamos ninguém para sair de nossas casas dentro de um camburão. Vamos em outro carro. Eles tiveram que fretar um carro para nós irmos para Canindé. O Valdetário estava esperando na delegacia velha, os policiais vinham na companhia de duas pessoas que moravam vizinho, e diziam que eram os gerentes de lá. Daí, é que sai toda a história contra nós trabalhadores. Nesse mesmo dia foram presos 4 homens, e um outro que também tinha o seu nome na relação que os policiais traziam, não estava em casa, não foi preso. Chegando na delegacia fomos todos acusados de ladrão de bode. Não deixavam sequer a gente dizer uma palavra. Desta vez, escapamos na paz de Deus. Mas, o nosso nome a nossa consciência suja de uma coisa que nós nunca tivemos a mínima idéia de praticar. A revolta que temos de tudo que aconteceu e de nossos nomes permanecer na delegacia como ladrão [...] Agora, não nos perseguem mais. Porém vem fazendo destruição nas nossas lavouras. Antes de fazermos toda a colheita, ele joga o gado, as criações, os animais dentro dos nossos roçados acabando com tudo que é nosso (“Nossa história de Bandeira Velha; p.06).

Esse depoimento nos remete a pensar como Martins (1991, p. 50, 51) quando afirma que:

Do ponto de vista da análise desse processo, a violência que geralmente acompanha a expropriação não é o seu aspecto principal. O principal é que a expropriação constitui uma característica essencial do processo de crescimento do capitalismo, é um componente da lógica da reprodução do capital. O capital só pode crescer, só pode se reproduzir, à custa do trabalho, porque só o trabalho é capaz de criar riqueza. Por isso, uma lei básica do capital é a de subjugar o

trabalho. Não há capitalismo sem subjugação do trabalho. Assim, na medida em que o trabalhador vende a sua força de trabalho ao capitalismo, mediante o salário, os frutos do seu trabalho aparecerão necessariamente como frutos do capital que o comprou, como propriedades do capitalismo. Para que isso ocorra é necessário separar o trabalhador dos seus instrumentos de trabalho; para evitar que o trabalhador trabalhe para si mesmo, isto é, para evitar que deixe de trabalhar para o capitalismo.

A instauração do divórcio entre o trabalhador e as coisas de que necessita para trabalhar — a terra, as ferramentas, as máquinas, as matérias-primas — é a primeira condição e o primeiro passo para que se instaure, por sua vez, o reino do capital e a expansão do capitalismo.

O conflito antes camuflado, negado e escondido, agora está desnudado, se mostra. No Mato Grosso, vinte e seis famílias abandonam tudo e vão embora. Aproximadamente dez famílias se subordinam às condições impostas. A resistência e o enfrentamento dá-se com quarenta e quatro famílias do Bandeira e vinte da Cachoeira. Além destas noventa e seis famílias que moravam e trabalhavam no imóvel, havia mais treze famílias de agricultores que residiam fora da fazenda, que se submetem e aceitam as novas regras.

O confronto perdura de 1979 a 1985. Foram seis anos de embate, com ocorrência de prisões, em seis ocasiões, ora de maneira individual, ora de forma coletiva. Vive-se em constante estado de medo e pavor. O povo sofre perseguições, humilhações, anda escondido, com medo de todos e de tudo. Depois que mulher aborta, criança morre, homem perde olho, depois que o Presidente do STR de Itatira é surrado em pleno centro de Itatira, depois de tudo isso acontecer o Estado inicia o processo de mediação. Esta intervenção é feita pelo então órgão de

Terras do Estado (ITERCE) hoje IDACE e pelo INCRA. Vejamos mais alguns momentos deste confronto na voz dos camponeses:

(o irmão do arrendatário) passou novamente na casa do Sr. Raimundo de Oliveira Castro, querendo receber a renda de cinco por um. Sem ter dado para o nosso plantio nem um grão de nada. Nós falamos que pagávamos de dez um, por que nós trabalhávamos nesta terra sem receber ajuda de ninguém, tudo era feito com as nossas posses. Ai ele falou assim; ou vocês pagam de cinco uma, ou então é na bala e botou o revólver em punho, isso foi no dia 30/07/80. Quando foi no dia 02 de agosto de 80, vieram Raimundo Valdetário e seu irmão Antônio acompanhado de 4 policiais de Canindé em um camburão [...]. Pegaram o velho Raimundo de Oliveira Castro 70 anos na estrada vindo do roçado, deram ordem de prisão de armas em punho dizendo que ele era ladrão de bode. O velho não pode dizer nada porque não deixaram ele falar, obrigaram ele entrar no camburão (Nossa história de Bandeira Velha, p. 2, 3).

Mas esse tipo de confronto e violência ocorrido nesta área é comum e assume um caráter de banal no campo do Brasil; é como se o que está em jogo não sejam vidas, justiça, liberdade. Nas histórias destes confrontos, está a tendência que eles ocultam: a contradição de classes, a desigualdade entre as relações sociais, o ritmo de desenvolvimento desigual e combinado. Está em jogo o fator terra. Assim, é contada a história, por exemplo, do assentamento Maceió, em Itapipoca:

No último dia 25 de janeiro, mais de 30 homens, fortemente armados e embriagados, chegaram a Malamba e derrubaram as casas dos agricultores Manoel Rufino da Guia e José Barbosa do Nascimento, que se insurgiram contra a exploração do patrão. Os agressores foram contratados a Cr\$ 20 mil cada pelo proprietário Pedro Gilson, comandados por seus filhos Gilbério, Pedro, Neném e José e por seu sobrinho Chico Hélio, sendo conduzidos ao local no carro de Joaquim Moura [...]. Entre as denúncias fornecidas ao INCRA há de que a dona da

casa invadida, Maria Barbosa do Nascimento, grávida de 4 meses, foi segura por um dos invasores, Chico Hélio, e sob a mira de um revólver teve seu cabelo cortado a feição por dois outros elementos (Rodrigues, 1994:77).

Essas e tantas outras histórias do campo no Brasil (re)velam a essência destes confrontos violentos. Na análise de Barreira (1992, p. 41), os proprietários fazem uso de dois instrumentos básicos para não perderem o *status quo*:

... o primeiro, 'os pistoleiros', são pessoas que residem nas propriedades ou fora delas, protegidas pelos coronéis ou contratados para executar determinadas tarefas. Esses pistoleiros são homens de reconhecida valentia na região e, em geral, são pessoas que já cometeram algum crime e são perseguidos pela polícia. [...]

O outro instrumento usado pelos proprietários de terra para impor seu poder pela violência física é o aparato policial local. Quando chamada para resolver os problemas existentes entre camponeses e patrões, a polícia local age principalmente chamando os trabalhadores para depor. Não raro ocorrem, ameaças, prisões e torturas.

Os dois instrumentos básicos citados por Barreira, o aparato da polícia local e os pistoleiros, foram usados nas fazendas Cachoeira Cercada, Bandeira Velha e Mato Grosso no decorrer do conflito, com o intuito claro e notório de impor medo, respeito.

A área em litígio é de 3.379,4 ha. Desta, 51 ha são desapropriados, uma vez que eram terras privadas e pertenciam ao irmão do arrendatário do imóvel em questão. São arrecadados 3.319,4 ha, por serem tidas como terras devolutas, o que significa terras que pertencem ao Estado. A imissão de posse ocorre em 21 de dezembro de 1987, com uma grande festa, a qual se fizeram presentes, dentre outros, o Governador Tasso Jereissati, Secretário de Agricultura e Reforma Agrária

do Ceará, vários deputados, prefeitos e vereadores da região. Este assentamento representa o “engajamento e compromisso” do Governo Tasso com a reforma agrária no Estado. Era o primeiro imóvel destinado, pelo Estado, para assentar trabalhadores rurais sem terras em área de reforma agrária.

Decorridos seis meses da imissão de posse, os herdeiros do Sr. Antônio Umbelino, entram com um processo administrativo contra o IDACE. Por esta ação requerem as terras do assentamento Mato Grosso, Cachoeira Cercada e Bandeira ou a indenização destas terras, pois são terras privadas. Isto é, os 3.319,4 ha. arrecadados como terras devolutas **têm dono**. É uma terra privada, com registro de título de propriedade em cartório, tudo legalmente. Além disso, um dos confrontantes da área a leste requer, também, e prova com documentos, que o ITERCE, no processo arrecadatório, incorporou cerca de 120 ha. de sua propriedade.

A terra deixa de ser terra de trabalho, e tão pouco seria a terra de repouso. Mas, também não iriam agora desistir de tudo, depois de uma década de luta explícita e quarenta anos de luta silenciosa. Re-inicia-se um **novo** processo de luta, com nova roupagem. Com velhos/novos sujeitos. Novamente, a demora por parte do Estado representado pelo IDACE/SEARA/INCRA sobre a **posse real e legal** do assentamento como um todo **re-cria** um velho/novo clima de tensão, animosidade, provocações.

O problema com os herdeiros de Antônio Umbelino e com o confrontante a leste, na realidade, era uma forma de se beneficiarem dos recursos oriundos do Estado, recursos que representavam na prática a renda da terra, que seria extraída com a venda da terra e com preço alto, para o Governo do Ceará, tendo em vista agora o interesse deste nesta área para concretização do primeiro assentamento de reforma agrária, para os camponeses, que representava após a imissão uma questão de

honra do Governo do Estado. E isso era claríssimo, tanto para o representante dos herdeiros, quanto para o confrontante ao leste. O primeiro dizia que eles:

os herdeiros não tinham interesse na posse da terra, mas sim em sua venda para o IDACE, e caso o IDACE não quisesse, não faltaria quem quisesse (anotações caderno de campo, 1988).

Já o senhor que era vizinho ao leste sobre o tema assim expõe:

aquelas terras lá são boas, tem aquela minha capoeira de algodão de cinco anos, que depois da chega do homem lá, ele passa arame e tudo dizendo que era dele. Agora é melhor ela ficar pro governo e dá pros trabalhador (anotações caderno de campo, 1988).

Com base nos argumentos de Martins (1991, p. 55),

Quando o capitalista se apropria da terra, ele o faz com o intuito de lucro, direto ou indireto. Ou a terra serve para explorar o trabalho de quem não tem terra; **ou a terra serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não a tem.** [...] O monopólio de classe sobre a terra assegura ao capitalista o direito de cobrar da sociedade inteira um tributo pelo uso da terra. É a chamada renda fundiária ou renda da terra.[...] Alugar ou vender significa cobrar uma renda para que a terra seja utilizada (grifos meus).

No final de 1989, após demarches jurídicas e administrativas do Estado, são resolvidas todas as pendências de litígios. Os herdeiros de Antônio Umbelino são indenizados pelo valor da terra nua. Valdetário Alencar recebe pelas benfeitorias. Os 120 ha são excluídos do assentamento.

Agora o assentamento é um imóvel livre de qualquer agravo, quer seja jurídico, quer seja administrativo, quer seja econômico. Assim, a área que anteriormente era de 3.394 ha., passa para 3.274,4 ha.³⁶.

Ao se proceder à análise da história da luta pela posse e uso da terra pelos assentados de Vitória e Cachoeira Cercada, constatam-se, pelo menos, dois momentos, não excludentes: o primeiro é que, desde 1946 até 1979, os trabalhadores rurais do imóvel estão diante de uma forma de agricultura pré-capitalista, ou seja, os proprietários da fazenda extraem a renda diretamente, sem necessitar de intermediação. Essa extração ocorria através de duas das três formas clássicas de renda pré-capitalista: renda em produto, quando o trabalhador entregava parte de sua colheita ao proprietário, e renda em trabalho, quando era obrigado a trabalhar nos roçados do patrão, e por um preço inferior ao da região.

No segundo momento, período de 1979 a 1987, configuram-se, pelo menos, três fatos: um diz respeito à expansão do capitalismo no campo brasileiro, que ocorre através da sujeição da renda da terra ao capital. No caso em tela, havia a tentativa de expulsão violenta dos camponeses da terra, para que o capital se subordinasse à produção deles e os sujeitasse à renda da terra, e, conseqüentemente, o trabalho que se faz na terra. Ao propor que os camponeses assinassem o

³⁶ Não há, ainda, um consenso, sobre a área real, concreta dos assentamentos Vitória e Cachoeira Cercada, em virtude de todos os problemas jurídicos /administrativos/políticos de que foi alvo o imóvel. O memorial descritivo, com base no levantamento topográfico realizado de 22 de abril a 11 de junho de 1987, estabelece a área de 3.374,1438 ha. Esta área é, também, citada no Projeto Definitivo de Amparo ao PROCERA (1989). Porém, já no Projeto Proposto ao FNE/BNB, outubro de 1990, a área citada é de 3.274,0000 ha. Para o II Curso de Gestão em Áreas de Assentamento - Projeto de Assentamento Vitória - INCRA/PNUD/SUDENE, julho de 1989, a área total é de 3.374,4 ha., tendo, porém, em litígio 401,0000 ha., ficando então como área ocupada 2.973,4000 ha. Por isso, poderá haver discordância quanto à área real ocupada de fato e de direito. Daí ter havido opção de deduzir da área do memorial 120 ha. do confrontante ao leste, que não foi indenizado, e 250 ha. do confrontante ao sul, que tem um processo de usucapião, resta os 3.004,4 ha., que, na minha análise, é a que mais se aproxima da área real, e de fato ocupada pelos assentados/assentamento.

documento na condição de moradores novos da área, negando a condição de posseiros ou de agricultores que residem no imóvel desde a década de 40, não pretendia o arrendatário, a princípio, expulsá-los, expropriá-los da terra. Isso ele não pretendia, por que ele necessitava do trabalhador.

Este fato revela que estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital, sendo o proprietário da terra o Sr. Joaquim Magalhães e o capital representado pelo arrendatário capitalista, que prefere arrendar a terra a ter que comprá-la, pois a renda era baixa, ou seja, produziam-se alimentos de subsistência, como milho, feijão, farinha, fava. No entanto, o arrendatário, ao propor as mudanças nas relações de trabalho e na forma como seria cobrada a renda, estariam sendo criadas as condições para a extração do excedente econômico. Assim sendo, o fundamental deste processo, num primeiro momento, era evitar que os posseiros trabalhassem para si, permitindo ao capital subjugar o trabalho deles, com a sua expropriação e, no momento seguinte, possibilitar a criação de riqueza, da reprodução do capital através da exploração do não mais posseiro ou camponês, mas, agora, do trabalhador rural, que será obrigado a vender sua força de trabalho.

Segundo, como dos 3.379,4 ha., somente 51 ha encontravam-se como propriedade privada, sendo o restante do imóvel tido como terras devolutas (ou seja, terras de propriedade do Estado) e que eram ocupadas e exploradas por camponeses desde os anos 40, isso então se configurava como grilagem³⁷. Grilagem é o ato de uma pessoa se apossar de uma gleba, de propriedade do Estado, que está ou não ocupada com posseiro, através de ações violentas ou ilegais, ou então se apropriar, de maneira ilícita ou com o uso da força, de uma propriedade privada. As

³⁷ De acordo com a publicação Reforma Agrária Por quê?; ABRA / INESC; Brasília; 1986: "Dizem que as palavras grileiros e grilagem vêm do grilo ; é que esses fazendeiros colocavam os papéis falsos (títulos de propriedade) em gavetas cheias de grilos, para que esses amarelassem rapidamente, aparentando legítimos títulos de propriedades".

fazendas reunidas Mato Grosso, Cachoeira Cercada e Bandeira Velha enquadram-se nesta categoria, ou seja, a forma pela qual foi o imóvel apropriado pelo arrendatário quer em relação aos camponeses, quer com os herdeiros do Sr. Antônio Umbelino, representa grilagem de terras. Trata-se por sinal, de ato tão comum no Brasil, que regiões como o Pontal de Paranapanema, em São Paulo, tornam-se conhecidas. A cerca desta prática tão corriqueira Monteiro Lobato, refere:

Insistes nas palavras como certas moscas em dia de calor, é, nas regiões do Noroeste, a palavra “grilo”. Grilo e seus derivados, “grileiro”, “engrilar”, em acepção mais diversa da que deve ter entre os nipônicos, onde grileiros engrilam grilos de verdade em gaiolinhas, como fazemos aqui com o sabiá, o canário, o pintassilgo e mais passarinhos tolos que morrem pela garganta. Em certa zonas chega a ser uma obsessão. Todo mundo fala em terras griladas e comenta feitos de grileiros famosos (Lobato apud Fernandes, 1996, p.103).

Terceiro, diante da história dos camponeses, até aqui discutida, uma reflexão acerca dos termos lugar, espaço e território se faz necessária. Minha intenção é que se possa compreender que estes termos não são estáticos, mas sim dinâmicos, que foram (e são) construídos no dia-a-dia, de forma interativa com os camponeses.

Tendo mais estes elementos, lugar, espaço e território, como referencial teórico metodológico, creio ser possível contribuir na perspectiva da relação entre formas de organização e / ou movimentos sociais e lugar, espaço e território, uma vez que a construção, formação e conquista do assentamento tem sua origem no processo histórico dos camponeses, hoje denominados assentados.

Essa construção começa no lugar denominado Cachoeira Cercada, em 1946, posteriormente no lugar Bandeira Velha, em 1958. Tais lugares foram se transformando, incorporando experiências de vida,

fundamentais na edificação do espaço das fazendas reunidas. Esse *locus* é transformado/construído como espaço através da organização dos camponeses, resultante das práticas espaciais, ou seja, das ações dos trabalhadores rurais que viram e acreditaram na possibilidade da existência e reprodução das atividades agrícola, pecuária e da própria família.

Trata-se de um espaço que tem vários significados e compreensões diversas. Todavia, compreendo o espaço rural dos assentamentos na concepção lefebvriana:

espaço social não é um objeto entre outros objetos, não é um produto entre produtos: antes, este concebe objetos produzidos e encerra suas inter-relações na sua coexistência e simultaneidade, sua ordem relativa e relativa desordem. A forma do espaço social é o encontro, a reunião, simultaneidade. Mas que reunião? Ou o que é reunião? A resposta é tudo o que está no espaço, tudo o que é produzido pela natureza ou pela sociedade, igualmente através de sua cooperação ou através de seus conflitos. Tudo: vida, existência, coisas, objetos, trabalho, sinais e símbolos. O espaço social *per se* é imediatamente trabalho e produto - uma materialização da existência social (Lefebvre, 1991:73, 101 – 102, apud Fernandes, 1996, p. 21, 22).

É o espaço de conflito em que a luta pela posse e uso da terra perdurou por nove anos. Falo do conflito entre classe sociais: de um lado, o arrendatário capitalista/herdeiros do espólio; do outro, os trabalhadores rurais, pela apropriação de uma parcela do solo, demonstrando ser o espaço concreto. Este espaço rompe e se desestabiliza, para, a partir dele, criar novo espaço. Os camponeses compreenderam e perceberam neste espaço a sua força na organização, na união. Trato do espaço impregnado de componentes fortes, marcantes para os camponeses/assentados, como a religião,

cultura, transformando-o como que em mítico, sagrado, sendo assim, expresso nas falas:

A gente não quer sair daqui, pois meu pai nasceu aqui, eu nasci aqui, meus filhos nasceram aqui. Aqui está a minha vida (Depoimento de um assentado de Cachoeira Cercada, outubro de 1994).

Nem só de pão vive o homem, mas de toda palavra que sai da boca de Deus (Nossa História de Bandeira Velha).

Para Tuan, apud Corrêa, Castro e Gomes (1983, p.112), o espaço mítico é assim definido:

O espaço mítico é também uma resposta do sentimento e da imaginação às necessidades humanas fundamentais. Difere dos espaços concebidos pragmáticos e cientificamente no sentido que ignora a lógica da exclusão e da contradição.

Com o futuro, este espaço — espero — se transforme em território, ou seja, os assentados sejam os detentores do espaço e do poder, território-assentamento que foi construído a partir do espaço, e que envolve relações de poder. Quando território for, o fundamental, no assentamento, não será o espaço físico, os recursos naturais, o solo. Estes elementos são simplesmente um substrato referencial. O essencial é: quem tem o poder sobre o espaço? O importante será a gestão do território. Uma vez mais, reporto-me à história das fazendas Mato Grosso, Cachoeira e Bandeira para exemplificar.

A época do Sr. Antônio Umbelino, a gestão do seu território coincidia com o espaço físico, com a sua propriedade legal. Ele possuía o espaço e exercia o poder. A partir de 1979, quando se inicia o conflito, o substrato referencial legal era 51 ha, no entanto, através de vários processos, este solo se transforma em 3.379 ha, ou seja, este é o

tamanho do espaço que o arrendatário tenta ter e sobre este exercer o poder , por isso ele dispõe apenas de espaço e não de um território.

3.3. Conhecendo a População³⁸

Talvez seja importante perguntar: que tipo de pessoas eram estes assentados, que lutaram décadas a fio, acreditando na liberdade, tendo esperança em uma terra de trabalho liberta, que sacrificaram suas vidas, de suas mulheres e de seus filhos crendo em dias melhores? Como era esta população rural em 1987? Diante de tantas questões vejo como

³⁸ Todos os dados aqui analisados referem-se ao somatório das três comunidades (Cachoeira Cercada, Mato Grosso e Bandeira Velha), visto que para o Estado era um único imóvel, com terras contínuas. Estes dados foram levantados em uma pesquisa de campo durante o mês de novembro de 1987, aproximadamente, trinta dias antes da imissão de posse, realizada no primeiro Governo de Tasso Jereissati (1987/1991). O universo da pesquisa foi de 100% (cem por cento), isto é, as setenta e quatro famílias que residiam no imóvel ou não, mas, haviam participado do processo de luta pela posse e uso da terra. A pesquisa de campo foi feita por uma equipe de três técnicos, interinstitucionais: Maria José (engenheira agrônoma do INCRA-CE), Marcos Aurélio Prata (engenheiro agrônomo EMATERCE) e Amaro de Alencar (geógrafo-IDACE). Foi utilizado como instrumento de coleta dos dados o “Formulário de Identificação, Classificação e Perfil Sócio-Econômico de Candidato a Projetos de Assentamentos em Áreas de Reforma Agrária”, do MARA/INCRA/SEASC.

necessário discutir um pouco sobre alguns aspectos demográficos destas comunidades. Faz-se necessário conhecer os aspectos populacional, os níveis educacionais, de saneamento, habitação, dentre outros. Para falar da imagem passada dos camponeses de Mato Grosso, Bandeira e Cachoeira, que se tornam sujeitos de sua história, apoio-me em Bachelard (1993, p. 50), ao dizer que

As grandes imagens têm ao mesmo tempo uma história e uma pré-história. São sempre lembrança e lenda ao mesmo tempo. Nunca se vive a imagem em primeira instância. Toda grande imagem tem um fundo onírico insondável e é sobre esse fundo onírico que o passado pessoal coloca cores particulares. Assim, é no final do curso da vida que veneramos realmente uma imagem, descobrindo suas raízes para além da história fixada na memória. No reino da imaginação absoluta, somos jovens muito tarde. É preciso perder o paraíso terrestre para vivê-lo verdadeiramente, para vivê-lo na realidade de suas imagens, na sublimação absoluta que transcende a toda a paixão. [...] As imagens *princeps*, as gravuras simples, [...] são convites para recomeçar a imaginar. Elas nos devolvem moradas do ser, onde se concentram uma certeza de ser. Parece que habitando tais imagens, imagens tão estabilizadoras, recomeçaríamos outra vida, uma vida que seria nossa, nas profundezas do nosso ser.

As comunidades³⁹ Cachoeira Cercada, Bandeira e Mato Grosso tinham uma população de 448 pessoas, sendo que o sexo masculino

³⁹ Maria de Fátima Ferreira Rodrigues, Dissertação de Mestrado apresentada na USP, novembro de 1994, com o título de "A Terra Camponesa como (Re) Criação - Genealogia do Lugar e da Paisagem, conceitua comunidade como: "um conjunto de relações que une o religioso, o político e as relações de parentesco. Considerado em sua dimensão interna, o sentimento comunitário é o elo que funde os vários interesses, foi por meio desse elo que o projeto utópico gestado na luta pela terra ganhou a adesão da maioria".(p. 26) Ainda, de acordo com Rodrigues, Pierre George conceitua comunidade rural como: "um grupo social que explora em comum ou individualmente um determinado espaço agrícola, ligado freqüentemente pela história, pela tradição e pelo pertencimento lingüístico, religiosos ou cultural, aceitando as regras da vida comum (GEORGE, Pierre, 1970, p.274, apud Rodrigues, p.26.).

representava a maioria, com 55,58% da população. Para este sexo, é no intervalo de 0 - 5 anos, com 61 pessoas, que se encontra a maior concentração, com 24,25% da população masculina. Já para o sexo feminino, é no intervalo de 6 - 10 anos, com 49 mulheres, onde ocorre o maior número deste sexo, que representa 24,62%. Somando-se os intervalos de 00 - 05 até 11 - 15, tem-se 237 pessoas, ou seja, 52,90 da população das comunidades. Logo, se conclui ser uma área com uma população predominantemente jovem (vide tabela nº 1 — Estrutura e Composição Populacional por Sexo e Idade).

Tabela nº 1 — Estrutura e Composição Populacional Por Sexo e Idade. Assentamentos Cachoeira Cercada e Vitória, Municípios de Canindé e Itatira *

IDADE	SEXO				TOTAL	
	MASCULINO		FEMININO		nº	%
ANOS	nº	%	nº	%		
00 - 05	61	13,61	31	6,91	92	20,54
06 - 10	38	8,49	49	10,94	87	19,44
11 - 15	34	7,58	24	5,35	58	12,94
16 - 20	21	4,69	26	5,81	47	10,49
21 - 25	23	5,14	14	3,12	37	8,26
26 - 30	13	2,91	11	2,45	24	5,35
31 - 35	12	2,67	13	2,91	25	5,57
36 - 40	09	2,01	07	1,56	16	3,57
41 - 45	09	2,01	05	1,12	14	3,11

46 - 50	14	3,12	08	1,78	22	4,92
51 - 55	04	0,89	04	0,89	08	1,79
56 - 60	04	0,89	02	0,45	06	1,35
> - 61	07	1,57	05	1,12	12	2,67
TOTAL	249	55,58	199	44,42	448	100,00

* Fonte: ALENCAR, Francisco Amaro gomes de Alencar et al, 1989.

Com relação à escolaridade dos camponeses e suas famílias por sexo e idade, de acordo com a tabela nº 2 — Composição Educacional por Sexo e Idade — se constata que, de uma população de 356 pessoas (a partir do intervalo 06 - 10 até > 61 anos), são alfabetizadas 113, 31,74% deste total 70 são homens e o restante 43 mulheres. A maior concentração dos que sabem ler e escrever está na faixa etária de 11 - 15 anos para os homens, com 21 pessoas, e para as mulheres de 06 - 10 anos, com 10 representantes.

Tabela nº 2 — Composição Educacional Por Sexo e Idade. Assentamentos Cachoeira Cercada e Vitória, Municípios de Canindé e Itatira*.

IDADE	ESCOLARIDADE POR SEXO				TOTAL
	MASCULINO		FEMININO		
Anos	Alfabetizado	Analfabeto	Alfabetizado	Analfabeto	
	nº	nº	nº	nº	nº
00 - 05	----	61	----	31	92
06 - 10	10	28	10	39	87
11 - 15	21	13	09	15	58
16 - 20	10	11	06	20	47

21 - 25	09	14	04	10	37
26 - 30	05	08	03	08	21
31 - 35	04	08	03	10	25
36 - 40	03	03	----	07	16
41 - 45	03	06	02	03	14
46 - 50	04	10	03	05	22
51 - 55	01	03	----	04	08
56 - 60	----	04	01	01	06
> - 61	----	07	02	03	12
TOTAL	70	179	43	156	448

*Fonte: ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de Alencar et al, 1989.

Quanto aos que não são alfabetizados, tem-se 243 pessoas, 68,26%, participando os homens com 118 e as mulheres com 125 pessoas. Sobre os analfabetos, chamo atenção para alguns aspectos: a). que dos 6 aos 15 anos, período em que as crianças e os adolescentes deveriam estar estudando, não estão, uma vez que existem 41 pessoas do sexo masculino e 54 sexo feminino, perfazendo 94 jovens que estão fora das salas de aula. Enquanto isso no mesmo intervalo, estudando estão 9 mulheres e 31 homens, totalizando 40 crianças e adolescentes. b). Para o sexo masculino acima dos 56 anos, com 11 pessoas, ninguém sabe ler e escrever; já as mulheres entre 36 - 40 e 51 - 55 anos, também, com 11 pessoas, todas são analfabetas. c) Entre os 16 - 40 anos, há 107 pessoas analfabetas, o que representa 68,45% da população desta faixa etária.

Este elevado índice de analfabetos⁴⁰ deve-se a alguns fatores, tais como: a não existência de escola nas fazendas, ficando a mais próxima a 7 quilômetros da Bandeira Velha e a 9 quilômetros para Cachoeira Cercada, sendo o acesso, no caso desta última, precário, tanto que nenhuma criança freqüentava a escola; a necessidade de ajudar os pais desde cedo (6 a 8 anos)⁴¹ e o conflito pela posse e uso da terra nos últimos dez anos.

De acordo com a tabela nº 3 — População Ativa e Inativa — observa-se que a população ativa à época era de 199 pessoas, 44,22%, sendo 109 homens e 90 mulheres, correspondendo, respectivamente, a 24,33% e 20,09% da população total do assentamento⁴². Isto significa que, para cada pessoa na ativa, tem 2,25 pessoas inativas. A maior concentração de pessoas na ativa, quer para o sexo masculino, quer para o feminino, está no intervalo de 15 - 30 anos, com 108 pessoas, 24,10%, sendo 57 homens e 51 mulheres.

Tabela nº 3 — População Ativa e Inativa por Sexo e Idade. Assentamentos Cachoeira Cercada e Vitória, Canindé e Itatira *.

⁴⁰ Creio que os dados sobre escolaridade estão superestimados, quando se trata de alfabetizados. Esta afirmação é baseada empiricamente em dez anos de convívio com os assentados, bem como nos dados levantados para esta dissertação, constatando-se o fato de que dos 46 entrevistados, 71,7% são analfabetos e somente 28,3% são alfabetizados, e, se fizer a análise diferenciando os assentamentos, ter-se-á: Cachoeira Cercada, com 87,5% de analfabetos e 12,5% alfabetizados; para Vitória, os analfabetos representam 63,3%, e os alfabetizados são 36,7%.

⁴¹ Para um maior aprofundamento da composição da força de trabalho de uma família camponesa, ver: GARCIA JR. Afrânio Raul. Terra de Trabalho: Trabalho Familiar de Pequenos Produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. Cap. 2. Ver também do mesmo autor "O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social"; São Paulo: Marco Zero; 1989.

⁴² Considero como população ativa a partir dos 15 até 60 anos, sendo, portanto, os menores de 14 e os maiores, de 61 anos inativos. Embora reconheça que, no campo, as pessoas desde os 6 ou 8 anos já trabalham ajudando aos pais, e, raramente, antes dos 70 anos de idade, são inativos. Porém, os parâmetros acima estabelecidos seguem as normas das organizações internacionais e nacionais do trabalho.

IDADE	SEXO				TOTAL	
	MASCULINO		FEMININO		n°	%
ANOS	n°	%	n°	%		
00 – 14	133	29,69	104	23,21	237	52,90
15 – 30	57	12,72	51	11,38	108	24,10
31 – 50	44	9,82	33	7,37	77	17,19
51 – 60	7	1,57	5	1,12	12	2,67
> - 61	7	1,57	5	1,12	12	2,67
TOTAL	249	55,58	199	44,42	448	100,00

*Fonte: ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de Alencar et al, 1989.

Já com relação a força de trabalho por sexo e idade, representada na tabela n°. 4 — Estrato da Força de Trabalho — percebe-se que: a). A soma total da força de trabalho camponesa das três fazendas era de 207,60 homens/dia, sendo deste total 131 homens/dia do sexo masculino, com 162 pessoas. Já as mulheres participam com o equivalente de 76,6 homens/dia com 138 mulheres. b). A maior concentração da força de trabalho para ambos os sexos encontra-se no intervalo de 19 - 60 anos, com 134,35 homens/dia. c). Ao todo, os imóveis têm 207,60 homens/dia e 54.806,4 equivalente homens/ano.

Tabela n° 4 - Estrato da Força de Trabalho por Sexo e Idade. Assentamentos Cachoeira Cercada e Vitória, Canindé e Itatira *.

Idade	SEXO	TOTAL
-------	------	-------

Anos	MASCULINO			FEMININO			No.	UFT
	No.	Coef.**	UFT**	No.	Coef**.	UFT**		
00 - 08	87	0,0	0,0	61	0,0	0,0	148	0,0
09 - 13	28	0,25	7,0	38	0,20	7,6	66	14,60
14 - 18	32	0,75	24,0	18	0,50	9,0	50	33,0
19 - 60	96	1,00	96,0	77	0,75	57,57	173	153,75
61 - 65	02	1,00	2,0	04	0,50	2,0	04	4,0
> - 66	04	0,50	2,0	01	0,25	0,25	05	2,25
Total	249	—	131,0	199	—	76,6	448	207,60

*Fonte: ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de Alencar et al, 1989.

**Abreviaturas: Coef = coeficiente UFT = unidade força de trabalho

Os aspectos relacionados a situação habitacional e saneamento estão contemplados na tabela de n°.5 — Situação Habitacional e Saneamento — onde se percebe que das setenta e quatro famílias de camponeses, sessenta e seis moram em casa própria, pois oito famílias residem na condição de agregado/cedido. Deste total, sessenta e duas casas são de taipa. Já com relação ao acabamento, somente três casas têm reboco, e o restante, setenta e uma casas, não são rebocadas. No tocante ao piso, a grande maioria, setenta, tem um piso de chão batido. Quanto ao consumo de água para uso da população, é proveniente de três tipos de reservatórios - açude, cacimbão e cisternas. Porém, nem um dos três recebe qualquer tipo de tratamento, nem nas casas para consumo. O único tratamento é coar a água num pano.

Tabela n° 5 - Situação Habitacional e Saneamento — Assentamentos Cachoeira Cercada e Vitória, Canindé e Itatira *.

TIPOLOGIA	CONDIÇÃO	NÚMERO
HABITAÇÃO	PRÓPRIA	66
	CEDIDA / AGREGADO	08
CONSTRUÇÃO	ALVENARIA	12
	TAIPA	62
ACABAMENTO	COM REBOCO	03
	SEM REBOCO	71
PISO	CIMENTO	04
	TERRA BATIDA	70
COBERTURA	TELHA	74
ÁGUA PARA CONSUMO	AÇUDE	74
	CISTERNA	74
	CACIMBÃO	74

*Fonte: ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de Alencar ,et al, 1989.

3.4. Aprendendo e Ensinando a Construir a Organização

A liberdade, que é uma conquista, e não uma doação, exige uma permanente busca. Busca permanente que só existe no ato responsável de quem a faz. Ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a tem.

A liberdade, por isto, é um parto. É um parto doloroso. O homem que nasce deste parto é um homem novo que só é viável na e pela superação da contradição opressores-oprimidos, que é a libertação de todos.

Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão

Paulo Freire

As formas de organização dos trabalhadores rurais refletem cada momento de suas vidas, na labuta diária dos/nos roçados. No caso específico dos agricultores em análise, os vários e ricos momentos alegres ou tristes de suas vidas (re)velam as muitas facetas em que se organizavam para enfrentar os problemas. Há uma forte relação entre a história de vida de cada comunidade e a sua organização. Uma se reflete na outra. Somente desta forma pode-se compreender e perceber a real organização na sua essência, no seu concreto.

Os agricultores de Cachoeira, Bandeira e Mato Grosso, a partir do momento em que são impedidos de plantar os seus roçados, de produzir em liberdade, são explorados ao máximo e de todas as formas. São expropriados e violentados, quando já não dá mais nem para (re)produzirem-se como força de trabalho. Então, eles sentem a necessidade da união, da cooperação, da fraternidade. Daí, começam a trabalhar juntos, em mutirão, nos roçados, como ocorreu no início dos anos 80. Na comunidade Cachoeira Cercada, participam dezesseis famílias. Na Bandeira Velha, trabalham juntas trinta famílias.

Com o desenrolar dos trabalhos, os assentados do Bandeira, por exemplo, descobrem que:

- 1 ao trabalharem um dia num determinado roçado individual, quando completava o ciclo, que deveriam retornar ao primeiro roçado, já havia se passado muito tempo, ou seja, trinta dias de serviço;
- 2 que 30 homens/dia representavam muito trabalho num único espaço pequeno e num único dia;
- 3 que 30 homens/dia, trabalhando duas horas por dia, o que equivale a 60 homens/dia, em cada roçado individual, atendiam a todos os roçados numa semana, e, principalmente, não permitiam que as ervas daninhas —

mato — crescessem, nem tão pouco fosse vulnerável ao ataque de alguma praga ou largata;

- 4 por causa do clima de tensão e insegurança na área, os locais de plantio eram escolhidos aqueles onde fosse possível ter o maior número de roçados individuais contínuos, bem como deveriam ser um espaço estratégico que permitisse se ter uma visão boa do espaço como um todo; montaram, inclusive, um sistema de vigilância para poderem trabalhar em paz.

A convicção que tinham (e têm) sobre a importância de conhecer o território para nele saber atuar é extraordinária, e, fundamentalmente, que o domínio do espaço é poder e desenvolvimento autônomo, livre. Isso nos remete a uma citação de Souza (1995, p.77; In: Castro, Gomes e Corrêa. Org. 1995) faz de Sun Tzu, A arte da guerra, em Geografia Conceitos e Temas:

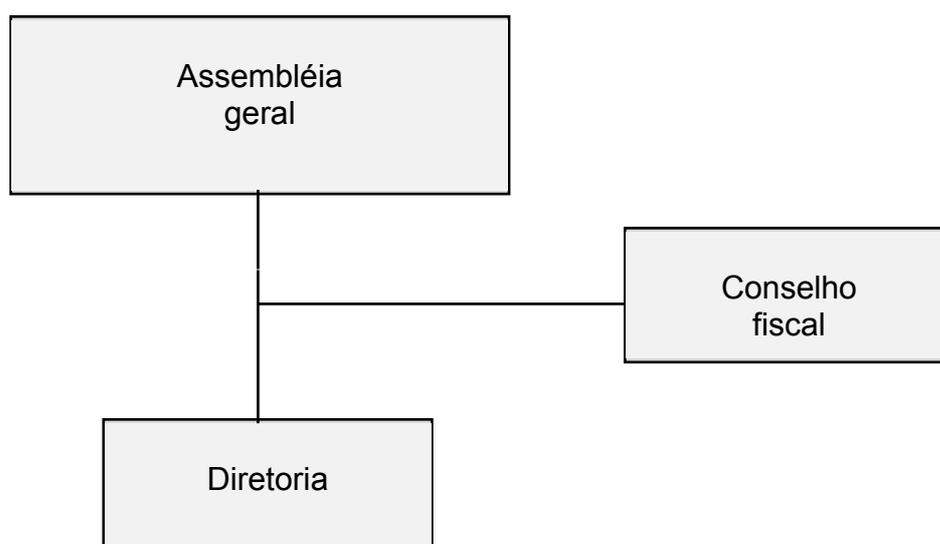
A conformação do terreno é de grande importância nas batalhas. Assim sendo, apreciar a situação do inimigo, calcular as distâncias e o grau de dificuldades do terreno, quanto à forma de se poder controlar a vitória, são virtudes do general de categoria. Quem combate com inteiro conhecimento destes fatores vence, de certeza: quem não faz é, certamente, derrotado.

Porém, chega um momento em que o trabalho em mutirão já não responde a todas as necessidades. Tanto as famílias rurais de Bandeira, quanto as de Cachoeira, querem algo mais. Isso acontece quando de um treinamento sobre associativismo/sindicalismo, realizado pela Fundação do Serviço Social do Estado do Ceará (FUNSESCE), na cidade de Canindé. Este curso ocorre primeiro para os trabalhadores rurais de Cachoeira, em 1984, que resulta na criação da **Associação da Comunidade de Cachoeira Cercada**. Esta Associação, apesar de ter um caráter informal, isto é, não ser registrada em cartório e não ter os

estatutos publicados no Diário Oficial do Estado, possui livro de atas, realiza reuniões quinzenalmente, tem uma diretoria que foi escolhida em eleição, com um mandato que durou até 1987. Esta Associação era composta de vinte e cinco membros e tinha um caráter único e exclusivo: **lutar pela posse e uso da terra de trabalho.**

O treinamento para os moradores do Bandeira acontece em 1985, sendo, também, este o ano de fundação da **Associação Comunitária dos Produtores de Bandeira Velha**. Esta entidade era, também, informal, porém com livro de atas, uma diretoria eleita, que tem o seu mandato até 1987. Objetivo único: **lutar pela posse e uso da terra de trabalho**. As duas associações contam com o apoio dos sindicatos da categoria de cada Município, sendo, que no caso da Bandeira, situada no Município de Itatira, o presidente do STR reside no Mato Grosso e tem a sede de uma delegacia sindical (vide representação das duas associações no organograma nº 1).

Organograma nº 1



Após a imissão de posse, ocorrida em 21 de dezembro de 1987, o **espaço geográfico** (que durante quase uma década foi palco de violência, conflitos) agora é um **lugar** que precisa ser (re) analisado pela **tríade trabalhador rural - assentado da reforma agrária - assentamento em área reformada**. É um espaço (re)apropriado, que precisa abrir novas veredas, caminhos novos para a construção de um processo de **territorialização**. E isso, passa pelas questões do poder, da contradição, formas de apropriação.

Os assentados sabem disso, e tanto sabem, que ainda embriagados pela alegria do sonho da posse da terra, da apropriação do lugar físico, métrico, iniciam a etapa seguinte da construção **do espaço do poder, assentamento**, quando tem início uma série de reuniões/assembleias para decidir os reais sujeitos que seriam os assentados, ou A NEGAÇÃO DE SER UM ASSENTADO.

Numa primeira assembleia ocorrida em 16 de janeiro de 1988, novos assentados decidem que:

os trabalhadores rurais que fossem excluídos terão direito de plantar e colher as safras até o ano de 1989, ou seja dois anos agrícola, além de que as culturas deveriam ser de ciclo curto, um ano agrícola, e que em agosto de 1988, se rediscuta a situação destes trabalhadores rurais (1988, anotações caderneta de campo).

É marcada uma nova assembleia para o mês seguinte, tendo como objetivo único realizar o processo de seleção para ser um assentado da área. Enquanto isso, deveriam ser tomadas algumas providências:

- realizar discussões nas comunidades e na família, para se decidir sobre os critérios da seleção/perfil do assentado;
- convidar para se fazer presente na assembléia e ser fiscal do processo de eleição um representante do STR de Canindé e outro de Itatira.

Chega fevereiro. Começa a assembléia às 9 horas da manhã de um domingo, que se prolongaria até às 21 horas. Estiveram presentes setenta e três famílias, quase 400 (quatrocentas) pessoas, entre jovens, velhos, crianças, mulheres, homens, representantes sindicais (presidente e um delegado sindical de Itatira), vizinhos, amigos e um técnico do IDACE. Participaria com direito a votar e ser votado na seleção um representante de cada família, no caso o chefe de cada família.

Os critérios da seleção, ou o perfil do assentado seriam, os seguintes:

- 1 ser trabalhador rural e morar no imóvel Mato Grosso, Bandeira Velha ou Cachoeira Cercada;
- 2 trabalhador rural que tenha lutado pela posse da terra e fosse comprometido com a reforma agrária;
- 3 agricultor que tivesse responsabilidade;
- 4 obedecesse, também, aos critérios para ser assentado do INCRA, ou seja; a) não ser aposentado; b) não ter terra; c) ter menos de 65 anos.

Surge uma questão crucial: como seria o procedimento da eleição, se a grande maioria era analfabeta? Como poderiam ler e escrever o nome do candidato selecionado. A solução encontrada foi simples e prática. Confeccionar de cartolina e de tons diferentes dois tipos de cédulas. As cédulas de cada tom seriam, ao todo, setenta e três. A cor vermelha significaria que o candidato foi excluído. Pelo branco, o candidato é um assentado. Cada candidato é apresentado e votado

individualmente, sendo feita uma fila indiana; após a votação, é realizada imediatamente a apuração. Estas tarefas foram realizadas, ao todo, oitenta e duas vezes. Concluída a eleição, foi negada a condição de assentado a:

- a) seis famílias que residiam no Mato Grosso, mas, no período da luta, pela posse da terra aliaram-se ao ex-proprietário, isto é, ficaram contra os posseiros;
- b) doze famílias que residiam no Mato Grosso, porém fora da área reformada;
- c) três famílias em que os chefes já eram aposentados, bem como tinham mais de 65 anos, e os filhos foram contemplados como assentados.

Ficaram assentados, ao todo, sessenta e uma famílias, sendo vinte e uma na Cachoeira Cercada e quarenta no Bandeira/Mato Grosso. O ingresso de novas famílias será admitido somente se aprovado em assembléia.

Os processos de arrecadação e desapropriação concebem a área como sendo uma única gleba contínua. As discussões, nas reuniões/assembléias e nas conversas, às vezes fluíam para um questionamento: reunir ou não as comunidades em um único assentamento? E o assentamento com aqueles três nomes — Bandeira Velha, Cachoeira Cercada e Mato Grosso? Esses nomes davam a impressão de ser o lugar um pouco vazio de sentido. Era preciso que o nome do lugar revelasse o sentido da vida, da história dos assentados e do assentamento. Era necessário que, a começar do nome o

lugar guarde em si e não fora dele o seu significado e as dimensões do movimento da história em constituição enquanto movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos (Carlos, 1996, p. 30).

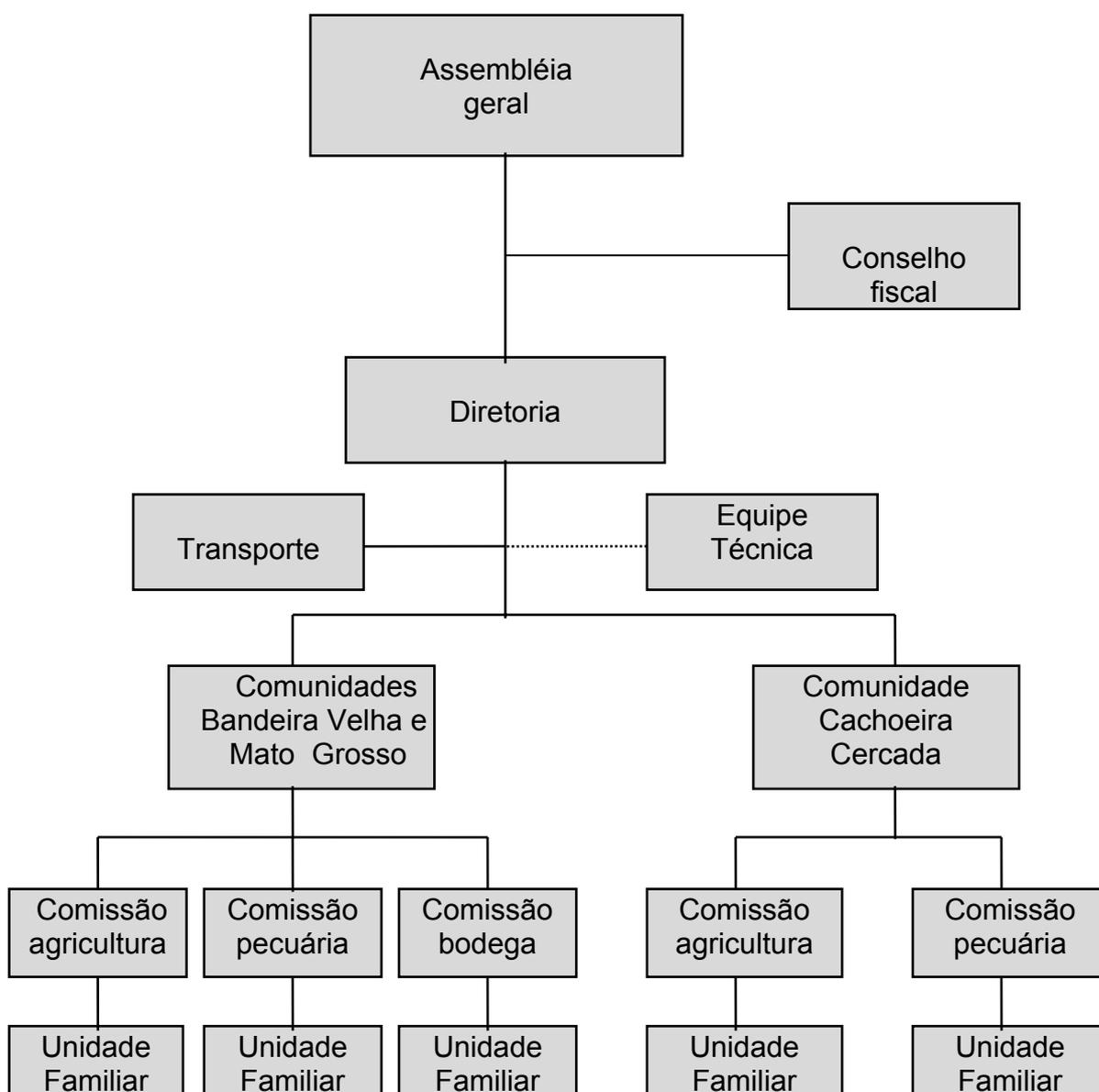
Por isso, em abril de 1988, **o lugar “renasce”** com o nome de **Assentamento Vitória**, como sendo um único espaço de produção, que compreende uma área de 3.274,4 ha. As duas associações também não fazem mais sentido. Como, então, ter única entidade a ser responsável pela gestão do imóvel reformado?

No dia 29 de maio do mesmo ano, é fundada a **Associação dos Assentados da Fazenda Vitória**. Fazem parte dela todos os assentados. A partir de 28 de junho de 1988, torna-se uma entidade formal, legal e de direito, quando tem o seu estatuto publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará, de nº. 14.848 (parte I), e, no dia 2 de agosto do mesmo ano, é registrada no Cartório Melo, de Canindé.

A diretoria da nova entidade é composta por membros das duas comunidades, e para auxiliar esta diretoria, na gestão do assentamento, são criadas algumas comissões de trabalho: agricultura, pecuária, comercialização e apicultura (v. organograma nº.2).

Todavia, a fusão das duas entidades em uma só não perdura por vários motivos: problema de comunicação, acesso precário entre Mato Grosso e Cachoeira, dificuldades administrativas. Ocorre, então, que o imóvel passa a ser administrado por duas associações independentes, autônomas.

Organograma n°.2



3.5. Entendendo a Natureza

*Debulhar o trigo
recolher cada bago do trigo
forjar do trigo o milagre do pão
e se fartar de pão...*

*Decepar a cana
recolher a garapa da cana
roubar da cana a doçura do mel
se lambuzar de mel...*

*Afagar a terra
reconhecer os desejos da terra
cio da terra, propícia estação
e fecundar o chão.*

Milton Nascimento

As atividades agrícola e pecuária, quer seja ela rudimentar, quer seja com o uso de técnicas, ainda é uma das que mais depende das condições do ambiente, da natureza. E, no caso específico dos assentamentos em áreas de reforma agrária, de maneira especialíssima, os que situam-se no espaço do semi-árido do Nordeste brasileiro.

Torna-se, então, fundamental ter estudos profundos sobre o meio ambiente no seu conjunto, a fim de que se possa pensar, de maneira racional e lógica, o uso do imóvel nos seus aspectos econômico / social / político / ambiental, para que se possa ter um imóvel rural de reforma agrária, na perspectiva da construção de um espaço para uma sociedade sustentável.

Por isso, acho importante abordar a problemática ambiental com vistas à sustentabilidade não só dos assentados, hoje, como também das gerações futuras. Ressalto o fato de que todas as informações acerca da natureza do assentamento Vitória e Cachoeira Cercada baseiam-se, fundamentalmente, num trabalho realizado pela Fundação Cearense de Meteorologia (FUNCEME), em convênio com o IDACE, no ano de 1990, intitulado “Levantamento do Potencial Agrícola das Terras do Imóvel Vitória”.

Esta área, com relação às classes de **capacidade de uso do solo**, possui sete tipos de solos:

1. solos de classe III ec — estes solos são muito pouco profundos, com textura superficial arenosa e média, e a sub-superficial média e argilosa, relevo que varia de suave ondulado a ondulado, fertilidade natural média e drenagem boa. Encontra-se neste solo a unidade podzólica vermelho eutrófico;
2. solos de classe IV es — são solos pouco profundos,, textura superficial argilosa, relevo ondulado, fertilidade natural média, pedregosidade de 1% - 10% e drenagem moderada. Tem como fator limitante ao seu uso agrícola a pouca profundidade; a erosão laminar é em sulcos. Também não é recomendado o uso de máquinas por ser um solo raso. Tem como unidade pedológica o bruno não cálcico;
3. solos de classe VI ec — têm como características ser profundo, textura superficial média e a sub-superficial argilosa, relevo que varia de ondulado a forte ondulado, fertilidade natural de alta a média, pedregosidade / rochividade variando de 1% - 10% e 10% - 20%. Tem como fator limitante ao seu uso o relevo acentuado, pedregosidade

e a seca edafológica longa. O podzólico vermelho amarelo eutrófico é a sua unidade pedológica;

4. solos de classe VI es — têm profundidade efetiva rasa a muito rasa, textura arenosa ou média cascalhenta; o relevo vai de suave ondulado a ondulado, fertilidade natural média, pedregosidade/rochosidade variando de 1% - 10% e 10% - 20%, drenagem interna moderada. Apresenta limitações ao uso agrícola em decorrência de erosão laminar moderada, pouca profundidade, seca edafológica, e ao uso de máquinas. A unidade pedológica é o solo litólico eutrófico;
5. solos de classe VI as — estes solos se diferenciam dos demais por ter: profundidade efetiva rasa, textura sub-superficial arenosa, relevo suave ondulado, fertilidade aparente baixa, pedregosidade de 1% - 10%, drenagem imperfeita, que apresenta riscos de inundação ocasional. Tem restrições quanto ao uso agrícola, em razão da pouca profundidade, má drenagem, encharcamento no período de chuvas e ressecamento na estação seca. A sua unidade pedológica é conhecida como planossolo eutrófico solódico;
6. solos de classe VII es — representados pedologicamente pelo litólico eutrófico. Caracteriza-se por ter profundidade efetiva rasa com textura predominantemente arenosa ou média, relevo forte ondulado, fertilidade aparente média e drenagem interna moderada. Apresenta limitações quanto ao seu uso agrícola em decorrência da erosão laminar e em sulcos, pouca profundidade, pedregosidade, seca edafológica longa e não suporta o uso de máquinas agrícolas;
7. solos de classes VIII es — são solos de pouca profundidade efetiva rasa, textura média cascalhenta, relevo montanhoso, fertilidade aparente média, drenagem moderada. Tem como

restrições ao uso agrícola a pouca profundidade associada à pedregosidade / rochoso, relevo movimentado e seca edafológica longa. A unidade pedológica é o solo litólico eutrófico (acerca destas sete classes de solo e da capacidade de uso, ver quadros sinópticos 3, 4 e 5).

Quadro nº 3 — Extensão e distribuição percentual das classes de capacidade de uso em relação à área total e recomendação de uso. Assentamentos Cachoeira Cercada e Vitória, Canindé e Itatira *.

Classe de Capacidade de uso	Extensão (ha)	Participação Relativa (%)	Área Equivalente	Recomendações de Uso
III ec	206	6,2	74,16	<ul style="list-style-type: none"> No período chuvoso, plantio de culturas curtas como feijão, milho e mandioca; Culturas do sistema radicular bem desenvolvido para captação de umidade nas camadas mais profundas, tais como fruteiras.
IV es	874	26,6	188,78	<ul style="list-style-type: none"> Utilizar com culturas perenes, pastagens, reflorestamento; Culturas anuais, desde que obedecidas práticas conservacionistas; Melhor uso será com a pecuária.
VI ec	330	10,0	25,41	<ul style="list-style-type: none"> Impróprias para culturas anuais; Pode ser usado com cultivos permanentes, pastagens e reflorestamento; Práticas conservacionistas devem ser usadas rigorosamente.
VI es	1016	31,0	78,23	<ul style="list-style-type: none"> Apresenta restrições para uso agrícola; Utilizar com pastagens e pasto adaptado às condições locais; Reflorestamento com espécies nativas para produção de cerca e lenha.
VI as	300	9,1	23,10	<ul style="list-style-type: none"> Recomenda-se o seu uso com pastagens e pasto nativo selecionado.
VII es	501	15,3	23,04	<ul style="list-style-type: none"> Imprópria para culturas anuais e mesmo para certas culturas permanentes; Utilização com pastoreio e produção de madeira, com restrições.
VIII es	24	0,7	0,64	<ul style="list-style-type: none"> Imprópria para qualquer cultivo.
Subtotal	3.251	98,9	413,36	—
Espelho	23,4	0,7	—	—

D'agua				
Total	3.274,4	99,6	413,36	—

*Fonte: Relatório do levantamento do potencial agrícola das terras do imóvel Vitória, Itatira - Convênio IDACE / FUNCEME, Fortaleza, 1990.

Quadro nº 4 — Símbolo, extensão, distribuição espacial e percentual das unidades ou solos. Assentamentos Cachoeira Cercada e Vitória, Canindé e Itatira*.

Símbolos das Classes de solos	Solos Componentes Fase e Relevo	Classe de Capacidade de Uso	Extensão (ha)	Percentual Relação Área Total
PE.1	Podzólico vermelho amarelo eutrófico fraco, textura média argilosa fase caatinga hiperxerófila, relevo ondulado e forte ondulado.	VI ec	330	10,0
PE.2	Podzólico vermelho amarelo eutrófico A fraco, textura arenosa média, fase caatinga hiperxerófila, relevo suave ondulado. Podzólico vermelho amarelo eutrófico A fraco, textura média argilosa, fase caatinga hiperxerófila, relevo suave ondulado e ondulado.	III ec	206	6,2
NC	Bruno não cálcico A fraco, textura média argilosa, fase caatinga hiperxerófila relevo ondulado	IV es	874	26,6
NC + RE	Solo litólico eutrófico A fraco, textura média, fase pedregosa ou não, caatinga hiperxerófila, relevo suave ondulado e ondulado, substrato granito e gnaisse.	VI es	554	16,9
RE.1	Solo litólico eutrófico A fraco, textura arenosa e média, fase caatinga hiperxerófila, relevo forte ondulado, substrato granito e gnaisse.	VII es	501	15,3
RE.2	Solo litólico eutrófico A fraco, textura média, fase pedregosa ou não, caatinga hiperxerófila, relevo suave ondulado e ondulado, substrato granito e gnaisse.	VIII es	24	0,7
RE	Planossolo eutrófico solódico A fraco, textura arenosa / argilosa, fase caatinga hiperxerófila, relevo suave ondulado.	VI es	462	14,1
Subtotal	—	—	3.251	98,9
Espelho D'agua	—	VII	23	0,7
TOTAL	—	—	3,274	99,6

*Fonte: Relatório do levantamento do potencial agrícola das terras do imóvel Vitória, Itatira, Convênio IDACE / FUNCEME, Fortaleza, 1990.

Quadro nº 5 — Símbolo, extensão e distribuição percentual das unidades de mapeamento. Assentamentos Cachoeira Cercada e Vitória, Canindé e Itatira*.

Unidade de Mapeamento	Extensão (ha)	% em Relação Área Total
PE.1	330	10,0
PE.2 / PE	103	3,1
NC	874	26,6
NC / RE	554	16,9
RE.1	501	15,3
RE.2	24	0,7
RE.3 / RE	462	14,1
RE.3 / PL	300	9,1
Sub – total	3.251	98,9
Espelho D'água	23	0,7
Total	3.274	99,6

*Fonte: Relatório levantamento do potencial agrícola das terras do imóvel Vitória, Cachoeira Cercada, Itatira, convênio IDACE / FUNCEME, Fortaleza, 1990.

Ao se abordar cientificamente **as condições climáticas** de uma área, é necessário dispor de alguns dados tais, como, precipitação, temperatura, ventos, evaporação e umidade do ar. Porém, como a área em estudo dispõe apenas de dados da precipitação mensal e como o semi-árido é “uniforme”, as demais informações são por extrapolação.

Em uma série histórica de vinte e sete anos (1961 – 1989), a precipitação pluviométrica teve uma média de 679,1 mm, havendo anos como o de 1985, com 1.677,8 mm como o de maior índice da série. Constata-se que ocorre uma concentração de chuvas de janeiro a junho, com 80 % , sendo nos meses de março e abril os meses em que ocorreu mais chuvas nos assentamentos em questão. Já o período mais seco é de setembro a novembro.

O clima, de acordo com a “classificação de Köppen (Brasil, 1973, apud FUNCEME/IDACE), é classificado como o tipo climático BSW h - clima quente e semi-árido, a estação chuvosa se atrasa para o outono, observando-se temperatura superior a 18° C no mês mais frio”, (FUNCEME/DACE)

Para a classificação de “Gausson (Galvão 1967, apud FUNCEME/IDACE), a área se enquadra segundo o tipo bioclimático 4 a Th (termoxeroquimênico acentuado) tropical quente de seca acentuada, com estação seca longa (7 a 8 meses) e índice xerotérmico que varia entre 150 e 200” (FUNCEME/IDACE).

Ao se analisar a paisagem, o elemento **cobertura vegetal**, a caatinga arbustiva (capoeira), característica da zona semi-árida, sobressai, tendo como principais representantes: marmeleiro, juazeiro, jurema, pereira, mandacaru, xiquexique, mufumbo. Resta, ainda, uma pequena área coberta por “mata virgem”, de maneira dispersa com pau branco, angico, aroeira, pau d’arco, sabiá, imburana e catingueira.

Quanto aos **recursos hídricos**, de acordo com o Relatório Técnico da FUNCEME/IDACE, “o sistema hidrográfico da área é formado por riachos e córregos temporários, com regime associados a distribuição das chuvas, construindo uma densa rede de drenagem, pertencendo a grande bacia do rio Jaguaribe (Ceará, 1986)”.

Os assentamentos dispõem de dois açudes — o Novo, com capacidade para 1,8 milhões de m³ e espelho d’agua de 12 ha e o Da Fazenda que armazena 800 mil m³ d’agua num espelho de 3 ha, localizados todos no Mato Grosso. Existem também três pequenos barreiros e duas lagoas, que secam a partir de agosto. O imóvel é cortado pelos riachos : Felão, Cabaças, Pinheiros — na Cachoeira — Oiticiquinha,

Boqueirão, Sabonete, Serragem, Fulapá — Bandeira Velha — Serrote, Cachoeira do rio — Mato Grosso.

O **relevo** apresenta-se com uma altitude média de 400 m, variando de suave ondulado até ao forte ondulado, sendo dominante o processo de pediplanação, caracterizando-se por uma ação erosiva intensa, com predomínio do intemperismo físico, em condições de clima semi-árido.

O relevo suave ondulado corresponde a aproximadamente 20% da área dos assentamento e é formado por colinas de topos levemente arredondados. Já as áreas forte ondulado a montanhoso, forma vales em formato de V fechado, e, em virtude da declividade dos solos, apresenta limitações e restrições ao uso agropecuário, bem como são áreas em processo de erosão intensa, inclusive algumas vezes com afloramento rochoso.

A paisagem do assentamento reflete as formas e o uso que os agricultores fizeram e fazem da natureza, sendo para eles o componente fundamental o solo. Ou seja, é através das **formas e uso do solo** que ocorre a maior interação, ação deste agricultor com a natureza. No ano agrícola 87/88 os assentados ocuparam uma área de 350 ha, principalmente com o milho e o feijão, sendo o algodão arbóreo e mamona em pequena escala. No ano seguinte, são explorados 634,5 ha, sendo 137,5 ha. em roçados comunitários, com as lavouras de mandioca, milho, feijão, algodão, caju, banana, maracujá, goiaba, ata, coco e graviola. Além do roçado comunitário, há uma área de pastagem, de uso coletivo de 1.944,5 ha (v. quadro sinóptico n.º.6). Já a exploração individual, ou seja, da unidade de produção familiar, totaliza 497 ha, estando assim distribuído por comunidade: Bandeira Velha e Mato Grosso, com 383 ha, e Cachoeira Cercada com 117 ha.

Quadro n°. 6 — Culturas por área, ano agrícola 88/89. Assentamentos Cachoeira Cercada e Vitória, Canindé e Itatira *.

CULTURAS	ÁREA (ha)		
	Comunitário	Individual	Total
Mandioca	16	27	43
Mandioca + Milho	3	—	3
Milho + Feijão	53	150	203
Milho + Feijão + Mandioca	—	77	77
Algodão Arbóreo	62	240	302
Caju	2	1	3
Pomar	1,5	2	3,5
Subtotal (1)	137,5	497	634,5
Suporte Forrageiro			
Capim elefante	13,0	2	15,0
Leucena	1,5	—	1,5
Raleamento de Pastagem	60,0	—	60,0
Capoeira Pasto Nativo	1.880,0	—	1.880,0
Subtotal (2)	1.954,5	2	1.956,5
Total Geral (1 + 2)	2.092,5	499	2.591,0

*Fonte: ALENCAR, Francisco amaro Gomes de Alencar, et al. II Curso de Gestão em Áreas de Assentamento, Projeto de Assentamento Vitória, Fortaleza, 1989 (mimeo).

Da preparação dos roçados até a colheita, os assentados fazem da seguinte forma: brocam o mato no mês de julho a setembro, encoivaram, fazem o aceiro e realizam a queimada em outubro/novembro. Preparada a terra, cercam os roçados entre novembro e janeiro. O terreno está pronto para o plantio e só aguarda por chuvas. No primeiro ano, o plantio é feito “no toco”. A semente utilizada, algumas vezes, é selecionada, jogando na cova de três a quatro semente. Se a cultura é de milho e feijão realizam-se de três a quatro limpas por safra, não usam defensivo agrícola, nem adubo orgânico ou químico.

O período de colheita para o feijão ocorre entre julho e agosto, e, se a exploração for consorciada com o milho, tem uma produtividade média de 240 kg/ha. Se explorada isolada (ou solteira), a produtividade é de 600 kg/ha. Para o milho o período de colheita acontece entre os meses de setembro a outubro, e, quando plantado em consórcio com feijão, tem uma produtividade de 720 kg/ha, quando plantado solteiro, é de 1440 kg/ha. No segundo ano consecutivo de uso da mesma área, às vezes é feito destocamento, após o gado pastar nos restolhos das culturas. Quando se procede assim fazem uso de cultivadores de tração animal. Poucas vezes fizeram uso de arado e plantadeira de tração animal. As áreas plantadas com milho e feijão são geralmente usadas por um período de dois anos consecutivos; já a mandioca é plantada por várias anos num mesmo local.

4. DESVENDANDO OS SEGREDOS ÍNTIMOS DOS ASSENTAMENTOS

4.1 Introdução

Está terminando o tempo da inocência e começando o tempo da política. Os pobres da terra, durante séculos excluídos, marginalizados, têm caminhado em silêncio e depressa no chão dessa longa noite de humilhação e proclamam, no gesto de luta, de resistência, da ruptura, da desobediência, sua nova condição, seu caminho sem volta, sua presença maltrapilha, mas digna, na cena da História. (grifos meus)

José de Souza Martins:

Este capítulo cobre os anos de 1988 a 1997, por compreenderem os momentos iniciais da construção dos assentamentos em estudo, na análise dos dados secundários referidos indicadores estão contidos no Projeto Definitivo de Amparo ao Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA), 1989, Projeto de Desenvolvimento Econômico e Social do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE), 1990, II Curso de Gestão em Áreas de Assentamento (1989), Livro de Atas das Reuniões, os Planos de Ações dos Assentamentos Vitória e Cachoeira Cercada (1997), bem como trabalhos acadêmicos sobre os dois assentamentos.

Os dados primários, por sua vez, são resultantes do levantamento empírico, feito com utilização de questionários (1996), de

entrevistas semi estruturadas (1997) e de observação participante⁴³.

A partir de tais procedimentos técnicos, analiso a luta dos assentados para conseguir a posse da terra de trabalho, os momentos pós imissão da posse e produção dos assentamentos.

Este capítulo está composto de três partes: na primeira, discuto os projetos de financiamentos para o imóvel; na Segunda, faço uma reflexão dos resultados dos assentamentos e, por último, procuro desvendar os segredos de uma gestão em uma área de reforma agrária.

⁴³Acompanhei este projeto desde o seu nascimento em novembro de 1987, numa equipe composta por técnicos da EMATERCE — Marcos Aurélio Prata — do INCRA — Maria José — na execução do Plano de 100 dias. De 1988 a 1991 passei a fazer o acompanhamento sistemático deste assentamento juntamente com os técnicos da EMATERCE — Canindé — Zilton Sena Filho e Maria Helena Cordeiro, período em que, às vezes, passava até 20 dias por mês no assentamento. Após 1991, tenho acompanhado a caminhada dos assentados como professor do Departamento de Geografia da UFC, nas aulas de campo de geografia agrária, nos encontros de assentados, nas caminhadas...

4.2 Construindo o Assentamento

As fazendas Mato Grosso, Cachoeira Cercada e Bandeira Velha foram, até 1987, um espaço privado, de conflito, de luta pela posse e uso da terra. Porém, após 1987, transformaram-se em assentamento de reforma agrária, precisando, para tanto, ser construído, a fim de atender às necessidades dos assentados, espaço social, viabilizador de condição digna de vida e de possibilidades para a territorialidade.

Para começar a construção do devir, o Estado fez por meio do IDACE a imissão da posse da terra aos camponeses, entregando 3.374,1438 ha, e alguns investimentos fundiários realizados na área, indenizados pelo Estado aos proprietários. Sobre o demonstrativo das benfeitorias, ver os quadros sinópticos que seguem:

Quadro n.º7- Demonstrativo das benfeitorias pagas ao Sr. Vicente

DISCRIMINAÇÃO	CONSERVAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
Casa de alvenaria	Regular	m ²	64,20
Depósito Construção de tijolo	Regular	m ²	35,28

Quadro elaborado a partir do relatório do engenheiro agrônomo Ernando Vieira de Castro, "Avaliação das Benfeitorias da Fazenda Bandeira Velha", ITERCE, Fortaleza, 05 de novembro de 1987.

Quadro nº. 8 - Demonstrativo das benfeitorias pagas ao Sr. Valdetário*.

DISCRIMINAÇÃO	CONSERVAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
Casa de alvenaria - sede	Bom (+)	m ²	173,99
Casa de alvenaria	Mau	m ²	61,88
Armazém	Bom (+)	m ²	77,90
Garagem	Bom (+)	m ²	35,15
Aprisco de madeira	Mau (-)	m ²	71,12
Curral de madeira	Mau (+)	m ²	218,90
Brete de madeira serrada	Bom (-)	—	—
Açude casa sede	Bom	m ³	8.190
Caixa D'água	Bom (+)	m ³	4
Poço Perfurado	Bom (+)	m	65
Algodão Arbóreo	Bom (-)	ha	66,10
Capineira para Corte	Bom (+)	ha	5,90
Cerca com 4 fios de arame	Bom (+)	m	1.553,30
Cerca com 5 fios de arame	Bom (+)	m	7.107,5
Cerca com 8 fios de arame	Bom (+)	m	2.996,0
Cerca com 9 fios de arame	Bom (+)	m	1.028,0
Cerca de faxina simples	Regular	m	6.803,4
Cerca de faxina simples	Bom	m	505,30

*Fonte: Quadro elaborado tendo como base o relatório do engenheiro agrônomo Ernando Vieira de Castro, "Avaliação das Benfeitorias Fazenda Mato Grosso, Cachoeira Cercada", ITERCE, Fortaleza, 08 de setembro de 1987.

As benfeitorias⁴⁴, citadas, apesar de serem consideradas boas, não eram o suficiente para desenvolver a agricultura/pecuária, uma vez que precisavam de capital⁴⁵ para implementar o processo produtivo e para viabilizar o assentamento. Os assentados sabem que, além da luta pela posse e uso da terra, está a luta pela emancipação econômica, social e política, pois, somente desta forma, se liberta o homem, se viabiliza o assentamento. De acordo com Marx & Engels (1987, p.65),

⁴⁴ Aquele que desejar aprofundar o estudo da construção do patrimônio produtivo de um assentamento, ver os anexos do nº 7 a 12, quadros de nº. 11 a 16.

⁴⁵ Conforme Marx (O Capital; v. I, cap. VI e v. III, cap. VIII) o capital que entra num processo de produção são as categorias de capital: Constante e Variável; Fixo e Circulante ou Fluido, que são categorias distintas. Para Hoffman et al. Administração da Empresa Agrícola. 5ª. ed. São Paulo. Pioneira, 1987. Cap. II — o capital agrário tem uma especificidade que o divide em: 1. Capital Fundiário — solo desprovido de melhoramentos e melhoramentos fundiários, 2. Capital de Exploração — fixo e circulante.

somente é possível efetuar a libertação real no mundo real e através de meios reais: que não se pode superar a escravidão sem a máquina a vapor [...], nem a servidão sem a melhor agricultura; e que não é possível libertar os homens enquanto não estiverem em condições de obter alimentação e bebida, habitação e vestimenta, em qualidade e quantidade adequadas. A 'libertação' é um ato histórico e não um ato de pensamento e é efetivada por condições históricas, pela [situ]ação da indústria do co[mércio], da [agri]cultura, do inter[câmbio].

Os assentados têm consciência de que, para superar a servidão, necessitam tanto de capital fundiário, de capital de exploração e de projetos para financiamento das atividades no assentamento, uma vez que trabalham de sol a sol, e o trabalho rende somente para comer. Trabalham em sistema de cooperação, mutirão, roçados coletivos e apresentam resultados que possibilitam, apenas e simplesmente, sobrevivência, e assim mesmo, precariamente.

O primeiro projeto, elaborado⁴⁶ e aprovado para em 10 (dez) anos, foi o "Projeto Definitivo de Amparo ao PROCERA" (1989)⁴⁷.

⁴⁶ O assentamento foi beneficiado com outros projetos de pequeno porte, tais como: em 1987 o CAP — compra antecipada da produção; em 1988 o PAPP — Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (dentro da linha de financiamento "Programação por Projeto", elaborado e coordenado pela CEPA — CE) que possibilitou a construção de açude, duas bodegas comunitária, dois mini postos agrícola; e em 1989, pelo FDC — Fundo de Desenvolvimento Comunitário — construção de uma escola não concluída. Estes projetos, em virtude do pequeno aporte de recursos, tem uma perspectiva do assentado como unidade de produção familiar, não concebendo o assentamento de maneira macro e nem a longo prazo. Por esse motivo, não participam da minha análise.

⁴⁷ Para elaboração dos PROCERAS para os assentamentos, tanto estaduais quanto federais, o GERA - Grupo Executivo de Reforma Agrária - centralizou a elaboração destes projetos pelas regiões como Canindé, Quixadá, Quixeramobim etc, em forma de mutirão, participando todos os técnicos locais, regionais e estaduais, vinculados ao governo estadual (EMATERCE, ITERCE, EPACE, CODAGRO, CEPA, CEPESCA) bem como os técnicos do INCRA, como forma de otimizar a elaboração dos trabalhos, bem como atender o mais rápido possível aos assentados e usar do momento político propício, conforme descrito anexo n°.6, Box n°.4 — "Governo das Mudanças".

Esse projeto pensou o assentamento numa perspectiva macro e a longoprazo. Isto é, o assentamento foi visto como uma área contínua e única que precisava de entrada de capital ao longo dos anos de sua implantação. A sua Proposta Técnica (p.143 a 207) compreendia os setores econômicos e sociais. A proposta dos componentes sociais, como construção de casas, escolas, posto de saúde, dentre outros, não foi financiada⁴⁸.

Já a proposta econômica, que previa tanto a parte agrícola quanto a pecuária, quer fosse coletivo ou individual, investimento e custeio, foi planejada a liberação destes recursos para os anos de 1989, 1990 e 1991 (ver quadro nº 9), sendo a liberação feita a cada ano, em duas parcelas, conforme os planos de ação, contidos na proposta técnica.

O custeio agrícola individual destinava-se as culturas de algodão herbáceo (6,0 ha), mandioca (26,75 ha), milho + feijão (45,5 ha), plantadas de modo isolado ou consorciado, e cada assentado cultivaria uma área entre 1 e 2 ha. Quanto ao custeio coletivo agrícola, este seria para as culturas de urucum (6,0 ha), algodão herbáceo (40 ha), milho + feijão (60 h

a), caju + mandioca (45 ha). Já os custos operacionais com a pecuária individual eram para manutenção das galinhas, com relação à pecuária coletiva, destinavam-se para os insumos e operações de manejo alimentar dos animais de médio e grande porte. Os investimentos individuais da pecuária se destinariam a aquisição de galinhas (10 cabeças) e um galo. Com relação aos investimentos para a pecuária

⁴⁸ Os assentamentos sob a responsabilidade dos governos estaduais têm direito somente aos recursos federais do PROCERA / FNE. São negados os créditos habitação e alimentação, a que os assentamentos vinculados ao governo federal têm direito, bem como outros recursos para investimentos na área social, como para posto de saúde, escola etc. Os assentamentos estaduais ficam à mercê dos governos dos Estados e dos Municípios.

coletiva estavam previstas inversões fundiárias constantes e inversões fundiárias fixas.

Quadro nº 9 — Resumo dos recursos. Assentamentos Cachoeira Cercada e Vitória, Canindé e Itatira *.

ESPECIFICAÇÃO	VALOR EM NCZ\$ 1,00 * - POR ANO			
	1989	1990	1991	Total
Custeio Individual	30.705,93	24.705,93	—	55.441,86
Custeio Coletivo	28.327,84	24.304,61	29.401,31	82.033,76
Investimento Individual	2.880,00	—	—	2.880,00
Investimento Coletivo	60.411,50	14.042,70	17.214,05	91.688,25
Total	122.325,27	63.053,24	46.615,36	231.993,87

* Fonte: ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de et al. ITERCE, Fortaleza, 1989.

*Valor de março de 1989, salário mínimo correspondia a NCZ\$ 63,90, indexador econômico era a OTN.

Essas liberações dos recursos do PROCERA foram percebidas pelos assentados da forma que seguem:

...o primeiro projeto que entrou aqui foi o PROCERA nós tivemos um lucro, que nós avaliamos que pudesse dar lucro [...] O projeto PROCERA aqui dentro da Vitória, teve um progresso muito grande (Assentado de Vitória, entrevistado em 08/08/97).

Sobre os projetos que têm entrado aqui o melhor foi aquele PROCERA que trouxe toda a liberdade, pra nós, porque veio bem encaminhado (Assentado de Cachoeira Cercada, entrevistado em 07/08/97).

...se fosse que nem o PROCERA, quando nós pagamos se tivesse continuado, tinha vida pela frente, porque nós queríamos uma coisa assim de criar nossos filhos bem despreocupados, nós queríamos uma ajuda para trabalhar porque você sabe: saco vazio não se põe em pé. (Assentado de Cachoeira Cercado, entrevistado em 07/08/97).

Do “Projeto de Amparo Definitivo ao PROCERA”, foram liberadas somente as duas parcelas previstas no cronograma para o primeiro ano, sofrendo logo modificações no programa, cancelamento das

liberações programadas para os anos seguintes. Em substituição ao PROCERA, surge o FNE⁴⁹.

Para atender às normas do programa FNE, é elaborado um novo projeto — “Assentamento Vitória, Projeto de Desenvolvimento Econômico e Social” — em 1990⁵⁰. Este novo plano de ação propõe que a “geração de benefícios e excedentes econômicos comercializáveis se produza através da **Unidade de Produção Agropecuária e Serviços, embrião de uma EMPRESA CAMPONESA DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL** (p.01) (grifos meus). O objetivo desse projeto é “desenvolver o assentamento nos moldes de uma Empresa Agrícola Comunitária de Participação Social” (p.2).

Para que os objetivos fossem atingidos, precisava-se de capital no montante solicitado, conforme quadro sinóptico n°. 10.

⁴⁹O novo programa (FNE) adota uma linha de crédito especial, diferenciada para atender aos assentados via associação ou cooperativa, sendo previstos 10% (dez por cento) do valor dos recursos total deste Fundo para as áreas de reforma agrária. Para ter acesso a esta nova linha de crédito, os assentados precisam ter projetos, elaborados por empresas privadas ou ONG's, que são submetidos à “Comissão do PROCERA/FNE”, composta por representantes do INCRA, do Governo do Estado (do órgão de terras ou da Secretária de Agricultura), do Banco do Nordeste, da Federação dos Agricultores; da Cooperativa Central dos Assentados e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra(MST).Para evitar possíveis confusões de terminologia o programa PROCERA/FNE será chamado, aqui, apenas de FNE.

⁵⁰ Para a elaboração do FNE dos assentamentos num primeiro momento, foram escolhidas dez áreas prioritários, dentre estas o assentamento Vitória. Participaram da elaboração dos projetos dos assentamentos em torno de vinte técnicos que eram os assessores dos assentamentos e que receberam treinamento e consultoria do PNUD.

Quadro nº 10 — Resumo dos recursos. Assentamentos Cachoeira Cercada e Vitória, Canindé e Itatira *.

ESPECIFICAÇÃO	VALOR EM CR\$ 1,00 ** POR ANO			
	1991	1992	1993	1994
Custeio Agrícola Individual	3.158.320,00	—	—	—
Custeio Agrícola Coletivo	1.667.267,50	1.164.813,00	—	—
Custeio Pecuária Coletiva	924.388,30	399.605,19	—	—
Custos Fixos	2.433.188,73	3.389.201,32	—	—
Investimento Coletivo	13.057.803,75	8.899.137,00	3.778.266,25	1.186.473,75
Custeio Agroindústria	536,120,00	54.370,00	—	—
Total	21.777.088,28	13.907.126,51	3.778.266,25	1.186.473,75

*Fonte: ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de, et al. Projeto de Desenvolvimento Econômico e Social, Proposta ao FNE / BNB, IDACE, Canindé, outubro de 1990.

** Valor de julho de 1990, salário mínimo Cr\$ 4.904,75 ; indexador econômico BTN 48,1957.

O modelo de intervenção proposto no “Projeto de Desenvolvimento Econômico e Social” (p.39 a 105) propunha a viabilização do assentamento como unidade de produção, desta feita com características empresariais. Para tanto, a organização do processo produtivo assentamento se deu concomitante, pela via comunitário e individual, com prevalência da primeira. Nos roçados individuais, o tamanho máximo é de 3 ha por unidade de produção familiar, totalizando 222 ha; o destino desta produção é para o consumo interno do assentamento, ou seja, para o consumo do assentado e sua família. As lavouras coletivas ficaram nos melhores solos, sendo as produções destas destinadas à geração do excedente econômico, com as seguintes atividades:

- culturas alimentares — mandioca (40 ha), milho (98 ha) e feijão (45 ha)
- culturas industriais — algodão herbáceo (45 ha), urucum (14 ha) e fruteiras (6,0 ha)

- pecuária — bovino mestiço para corte e leite, caprino e ovinos;
- área de pastagens — capim elefante (37,41 ha); leucena (13,10 ha) palma forrageira (168,60 ha) pasto nativo (252,72 ha) e pasto nativo raleado (1.258,50 ha);
- agroindústria — unidade de mandioca;
- reserva florestal — 352,00 ha.

Em relação ao FNE, os assentados fazem algumas críticas, inclusive em relação à gestão:

Meu primeiro pensamento de ter chegado a esse ponto foi naquele último projeto que nós fizemos, a gente andou tendo um pequeno prejuízo. Eu digo que foi o projeto (Assentado de Vitória, entrevistado em 09/08/97).

Quando passou para o FNE o negócio começou a mudar. O FNE já foi assim um pouco diferente, foi péssimo, onde uma vaca era R\$ 300,00 ou R\$ 400,00, tinha que comprar por R\$ 850,00 por exigência do gerente do banco e exigência do técnico [...] Onde dessas vacas já têm sido vendidas de R\$ 250,00. Isso foi uma queda estrondosa (Assentado de Vitória, entrevistado em 07/08/97).

O FNE não veio como o PROCERA, devido ao problema de nós mesmos os trabalhadores, não sabemos fazer as aplicações logo no banco (Assentado de Cachoeira Cercada, entrevistado em 07/08/97).

Como se pode notar, são identificados comentários negativos ao FNE, quando se compara com os feitos ao PROCERA.

Na elaboração destes dois projetos, PROCERA e FNE I⁵¹, partiu-se de três princípios metodológicos básicos: 1) o projeto deveria refletir as necessidades dos assentados; portanto, era fundamental que os assentados precisavam pensar e definir o futuro deles com clareza e segurança, como sujeitos do projeto, e que os resultados, quer positivos ou negativos, seriam dos assentados; 2) o projeto era dos assentados e não dos técnicos que estavam empenhados em elaborar. Aos técnicos cabia, apenas, o papel de esclarecer, fornecer elementos, componentes técnicos para as discussões, reflexões. Competia aos técnicos colocar o saber acadêmico à disposição dos assentados, como forma de libertação, emancipação plena do assentamento⁵²; 3) o planejamento é dinâmico e a elaboração/execução de um projeto tem que respeitar esta característica.

Do montante solicitado ao PROCERA, somente as três parcelas referentes ao primeiro ano, 1989, foram liberadas, em virtude da entrada em vigor do FNE, que, por sua vez, tem liberado somente as parcelas referentes ao primeiro ano do projeto, 1991. Ambos os projetos sofreram interrupções em decorrência de problemas conjunturais e estruturais do Brasil. Este País não tem apresentado uma política agrária e agrícola coerente, clara e firme para com os camponeses, pequenos e médios produtores rurais.

⁵¹ Foi elaborado um FNE 1991/1992, que era uma atualização do FNE I, porém, não foi aprovado. Atualmente o assentamento Vitória tem o FNE II foi elaborado pelo Dr. Arilo Holanda; encontra-se tramitando na Comissão Estadual do PROCERA/FNE. Quanto ao assentamento Cachoeira Cercada, o FNE II está em processo de elaboração, estando sob a responsabilidade da CCA — Cooperativa Central dos Assentados. Com os recursos oriundos do Projeto São José, do Governo Estadual, foi construído um açude, perfurado um poço profundo e comprados implementos agrícolas, motor e um debulhador de grãos.

⁵² Como mencionado, a metodologia desenvolvida foi a **participante**. A partir dela os assentados tiveram voz e poder de decisão, desde a elaboração do projeto, pois este foi elaborado e desenvolvido em um trabalho de cooperação e de capacitação mútua e de reflexões críticas acerca do avanço e recuo do mesmo. Para que ocorresse a participação efetiva dos assentados, foram usados instrumentos como reuniões, assembléias, discussões, painéis, por setor e por área de produção.

Apesar da liberação apenas de parte dos recursos planejados para a emancipação dos assentados e ainda ter ocorrido períodos de seca neste intervalo⁵³, e a partir de 1991, a ausência de assistência técnica de maneira sistemática e freqüente, mensalmente ao assentamento, ainda assim, os assentados caminharam na trilha da emancipação.

Uma vez que, estes afirmam que a situação de assentado melhorou, pois, dos trinta pesquisados no assentamento Vitória, vinte e quatro afirmam que têm tudo e 100% diz que ser assentado melhorou. Já os assentados da Cachoeira Cercada, dos dezesseis, quinze acham melhor ser assentados, enquanto doze afirmam que têm tudo.

Qual o significado para os assentados “de ter tudo”? Os trinta entrevistados da Vitória declaram que antes de ser assentado, vinte e três não tinham nada e cinco possuíam somente a mulher e os filhos; porém, hoje 100% têm gado, treze afirmam ser proprietário de terras, vinte e dois têm casa de tijolos, inclusive dois possuem carro. Quanto aos assentados de Cachoeira, dos dezesseis que participaram da pesquisa, quinze responderam que não possuíam nada, quatro somente a mulher e os filhos, treze têm gado e oito se dizem proprietário de terras⁵⁴.

A construção do assentamento, também, passa pela forma de como o assentado se vê e qual a diferença entre ele — assentado — e as demais categorias sociais do campo: posseiro, sem-terra, parceiro e outros. Os assentados se vêem como homens “livres”, pessoas que têm

⁵³Os anos de 1987,1990,1992,1993,1996 e 1997 foram caracterizados como de baixo índice pluviométrico, isto é, anos de seca.

⁵⁴Como nas formações sociais capitalistas, as necessidades de concentração, acumulação e de possuir o seu são vitais e aparentemente contraditórias para o desenvolvimento do sistema. Ao dizer que possui gado e terras, o assentado está expressando o poder simbólico/histórico que estes dois bens carregam na cultura do Nordeste latifundiário.

liberdade, paz . Homens/mulheres que realizaram o sonho de ter terra. Pessoas que são importantes.

Diante do exposto, os assentados se colocam como uma categoria social do campo diferenciada, do pequeno produtor rural, do posseiro, do trabalhador rural, uma vez que estes, não têm assistência técnica e linha de crédito especial, não têm liberdade, não são donos dos meios de produção, são empregados, são sofrendores. Essas diferenças tornam os assentados uma categoria social especial do campo, diferenciada.

O que representa ser assentado e qual a diferença entre ser assentado e as demais categorias sociais do campo — traduzem simbolicamente a construção dos assentamentos / assentados como um lugar/espaço/território diferenciado que tem como categoria específica o assentado. Isso vem reforçar a minha idéia, quando afirmo que o assentado é diferente por carregar para o assentamento toda uma história de luta pela posse e uso da terra de trabalho e que cada assentamento contém em si a sua especificidade histórica, cultural, ambiental, política, econômica e social. O assentamento é o novo espaço social, do campo brasileiro, que representa hoje a contradição do capital, dos movimentos sociais do campo e do Estado como mediador. O assentamento representa, hoje, esta perspectiva da construção de novas territorialidades no Brasil rural.

4.3. Consolidando o Assentamento

*...Canta, canta uma esperança
Canta, canta uma alegria
Canta mais
Revirando a noite
Revelando o dia
Noite e dia, noite e dia
Canta a canção do homem
Canta a canção da vida
Canta mais
Trabalhando a terra
Entornando o vinho
Canta, canta, canta, canta
Canta a canção do gozo
Canta a canção da graça.
Chico Buarque.*

É necessário cantar a canção dizendo que os assentamentos representam a esperança, que os assentamentos produzem mais e melhor do que os antigos imóveis que foram desapropriados. Representam: uma opção ao problema da fome e da miséria nacional; a possibilidade concreta de apoio e segurança alimentar; uma diminuição sobre o êxodo rural bem como sobre os serviços urbanos; uma opção de geração de emprego e renda, não só para as categorias sociais do campo excluídas, mas também para um segmento significativo do setor urbano, desde técnicos de nível superior, grau médio⁵⁵ dentre outros.

⁵⁵ Atualmente, estão contratados através do Sistema de Cooperativas para trabalhar no Projeto LUMIAR- CE, aproximadamente, 90 técnicos, sendo 30 de nível superior e sessenta de nível médio, que necessitam mobilizar outras contratações de técnicos para o funcionamento administrativo das Cooperativas. A fim de possibilitar os deslocamentos das equipes locais de campo, as cooperativas adquiriram em torno de dezesseis carros e dezesseis motos; as equipes locais alugaram casas nos municípios para funcionar como local de residência e escritório. E, no caso do Ceará, para atender às necessidades de todos projetos de assentamentos tanto os vinculados ao governo federal quanto ao estadual, precisaria multiplicar estes números, no mínimo, por quatro, somente em termos de contratação de técnicos para atender aos assentamentos. Somente neste ano de 1997, nas áreas de assentamento vinculadas ao INCRA, serão injetados na economia do Município de Canindé recursos em torno de R\$ 2.500.000,00, quantia significativa para a economia do Município, e principalmente num ano de seca.

Esta canção que no caso dos assentamentos, simboliza instantes de alegria, de glória, de avanços, mas também momentos de tristeza, de recuos, momentos que serão explicados através do item gestão⁵⁶,

Ao se analisar a história, tem que se adotar uma perspectiva de não linearidade, mas sim, que a história representa um movimento de avanços, recuos, paradas do homem no seu fazer diário. É assim que vejo os acontecimentos nos assentamentos de Vitória e Cachoeira Cercada. Ambos tiveram, de 1988 até meados de 1992, avanços considerados significativos, sendo por isso tomados como referência estadual, que passava por ter em construção um processo de gestão, referência que se concretizava e se visualizava no patrimônio, na qualidade de vida dos assentados. A partir de 1992 até meados de 1995, verifica-se uma parada no processo de gestão e marcas de crise na história de Vitória; crise da qual os assentados estão procurando tirar proveito. Vejamos.

4.3.1 Gestão

Com a imissão de posse ocorrida em 22 de dezembro de 1987, inicia-se um processo de discussão no assentamento. Procura-se unir as duas associações que haviam conseguido através da luta a posse e uso

⁵⁶ Não se pretende, neste trabalho, apontar culpados, nem “crucificar” alguém. Pretende-se, isso sim, conjuntamente com os assentados, encontrar os equívocos, as variáveis múltiplas determinantes, apontar saídas, intervir na situação problematizadora. Pretende-se aprender com os erros.

da terra, por acreditar-se ser essa forma necessária à manutenção da união dos trabalhadores para o enfrentamento dos desafios e dificuldades que teriam. Além disso, foi proposto um único nome para as três fazendas. Esse objetivo foi atingido, conforme discutido no capítulo I, item 3 — Aprendendo e Ensinando a Construir a Organização.

A nova forma de administrar o imóvel como um todo foi contraditória, apresentou aspectos positivos e negativos ⁵⁷.

Negativos, quando se atentou pouco nos detalhes de unificação, a importância fundamental das diferenciações das duas associações, decorrentes de duas comunidades, dois lugares, dois espaços distintos, que haviam apenas caminhado juntos para o processo desapropriatório. Dois espaços, que do ponto vista físico, são bastante distintos. Os assentados de Vitória se apropriam da renda diferencial I e II porque têm os melhores solos, ficam próximos da BR 020, com acesso durante todo o ano, e os melhoramentos fundiários estão concentrados na Vitória⁵⁸; eram duas comunidades que tinham propostas diferentes de vida, decorrentes de todo um processo histórico, antropológico; duas comunidades em que, em cada uma havia um clã, praticamente uma única família, e que nos processos de votação a família de Bandeira Velha era maior, logo, democraticamente, nos votos, sempre ganhava as propostas. Era na realidade a questão do poder. Embora Cachoeira Cercada estivesse representada em todas as instâncias do modelo de administração, na prática, não exercia o poder. Na prática, executava as decisões das assembleias. O fato é assim expresso por um assentado:

⁵⁷ Maria Conceição D'Incão e Gérard Roy ao escreverem o trabalho, *Nós, Cidadãos aprendendo e ensinando a democracia*, abordam o modelo de organização proposta pelo Estado e a contradição dos técnicos. É uma leitura que deve ser feita para quem tem interesse no estudo da organização dos assentamentos rurais em áreas de reforma agrária.

⁵⁸ Todos os investimentos fundiário (açude, poço profundo, casas, estábulo, currais, dentre outros) do assentamento, que foram indenizados, localizam-se no setor conhecido como Mato Grosso.

Rapaz, no momento que foi juntado as duas comunidades pra fazer uma associação só e as comunidades não era tudo uma família só, hoje a gente acha que foi um erro.[...]. Foi uma felicidade ter se desligado de lá. Agora só ficou mais ruim pra nós, por que ficamos com as piores terras, porque eles ficaram com as terras boas (Assentado de Cachoeira Cercada, entrevistado em 07/08/97).

Além destes problemas, há que se destacar os de ordem funcional da Associação dos Assentados da Fazenda Vitória, como: sobrecarga de trabalho de alguns diretores; não definição clara da função de cada diretor; carência de um regimento interno; problema de comunicação interna e acesso praticamente inexistente entre as duas comunidades.

Como positivos, é que dentro desta adversidade e contradições ocorre a consolidação dos assentamentos, viabilidade econômica, se identificam como assentados e reconhecem a importância política com representatividade em termos de votos para o município⁵⁹.

Pensar um imóvel como todo a ponto de a assistência técnica que era prestada pela EMATERCE - Canindé e de Itatira ser concentrada somente no escritório de Canindé, otimizando a presença da assistência técnica dois dias por semana, e dando o mesmo tratamento as duas comunidades, este tamanho e poder de manobra se refletem nos quadros sinópticos a seguir, quando se descreve o patrimônio produtivo.

Com a separação dos dois assentamentos, existe algo, ainda hoje, não bem resolvido, como é o caso do tamanho físico de cada assentamento, que ainda não está claro. Nesta pesquisa fica

⁵⁹ Os camponeses de Vitória, após imissão de posse, “tornaram-se cidadãos”, participando do processo eleitoral, tendo desde então um representante no poder legislativo de Itatira. Por ocasião da elaboração da Constituição deste município, a comissão de agricultura e da questão agrária foi coordenada por um assentado/vereador o Sr. Evangelista Pereira. Na eleição de 1996, elegeram para vereador o Sr. Luis Gonzaga, sendo um dos mais votados neste pleito.

demonstrado que, dos trinta assentados entrevistados de Vitória, vinte acham que foram os assentados de Cachoeira Cercada que escolheram a separação⁶⁰. Tendo como motivo em comum para as duas comunidades da separação: a distância que as separa (a comunicação é feita contornando os assentamento, pois internamente não há vias de acesso para carro, motocicletas, bicicletas. Sendo inclusive precário, para se ir de uma comunidade a outra até mesmo a pé); em decorrência da diferenciação das duas comunidades, do modo de vida, e até mesmo dos sonhos de cada uma.

Porém, este avanço meteórico, em dois anos, decorre em grande parte do processo de gestão implementado a partir de 1989, que mantém a idéia básica da gestão, mesmo depois da divisão do assentamento em dois. A idéia de gestão contribuiu na construção dos assentamentos, conforme vimos no item anterior.

Pensar a gestão era pensar o assentamento como um todo, porém composto por duas partes, duas comunidades distintas. Era pensar o processo de gestão — o planejar, o dirigir, o organizar, o controlar — diferenciado. Era uma gestão que tinha bastante clareza que o modelo organizativo era de produção, que o assentamento era uma unidade de produção que construía seu modelo de empresa associativa, e que o assentamento não poderia ser pensado como uma coisa familiar, individual.

⁶⁰ A separação das comunidades em assentamentos distintos, após um curto período do ato de imissão de posse esta a merecer um estudo científico aprofundado, antropológico e psicológico, além de que tal tendência se configura em uma fragmentação do assentamento, bem como na quebra de toda uma lógica de geração de lucro. CARUSO (1984) em *A Separação dos Amantes*, discute a separação entre pessoas como sendo “uma das mais dolorosas experiências na vida humana – e talvez a mais dolorosa — é a separação definitiva daqueles a quem se ama. Na verdade, tal fato não é estranho a nenhum ser humano, podendo provocar sentimentos de rebeldia ou de resignação, conforme a história de vida do indivíduo e o seu condicionamento específico. [...]”. Por ser considerado um lugar-comum, essa atitude ainda não mereceu um estudo mais profundo; não se procurou analisar nem seu conteúdo de verdade nem a necessidade absoluta de sua existência(p.12). Talvez, também, a separação entre duas ou mais comunidades seja tão dolorosa quanto a separação dos amantes.

Corroboram nosso argumento as afirmativas dos assentados:

Primeiro organização. A organização é o primeiro passo de um assentamento. A organização do trabalho, da convivência no assentamento. Se organizarem no trabalho, na contabilidade. [...](Vitória fazia isso ?) Fazia[...]. Não era lá tão bem feito, porque nós não sabia trabalhar bem (Assentado de Vitória, entrevistado em 09/08/97).

O que eu entendo que a gestão pra continuar no trabalho organizado, bom, tirando pelo nosso assentamento, quando a diretoria, pra fazer qualquer movimento combinava com os associados, combinava com os trabalhadores, os trabalhadores tinham o gosto de avançar em cada trabalho que nós íamos fazer. Então a gestão funcionava feito, excelente por vários tempos (Assentado de Vitória entrevistado em 07/08 /97).

Organização, trabalhar tudo em conjunto, tudo unido e também tenha um projeto bom, bem realizado nas atividades para fazer (Assentado de Cachoeira, entrevistado em 07/08/97).

4.4. Revelando os Segredos Íntimos da Gestão num Assentamento de Reforma Agrária: o Caso Vitória.⁶¹

No caso do Assentamento Vitória, em Itatira, é exemplar o processo de construção da sua história como assentamento que tem uma gestão funcionando na perspectiva da emancipação política, econômica, social dos assentados; como processo histórico que é feito de avanços, paradas, recuos. Somente desta perspectiva será possível analisar a gestão de um assentamento de reforma agrária. Assim, posso fazer uma análise crítica de um assentamento que até bem pouco tempo (1995) dispunha de um patrimônio que incluía cerca de 240 cabeças de gado coletivo, uma criação de porcos de raça para o abate, bodega comunitária, armazém lotado de milho, feijão, farinha, um caminhão FORD, F 4.000, que trocaram por um caminhão Mercedes Benz, uma Belina, que foi trocada por uma F.1000.

Como nesse assentamento ocorreu uma boa produção, durante a seca de 1992, aconteceu um fato surrealista: alguns assentados procuraram-me e disseram que estavam angustiados com os problemas da seca. Porém, uma das principais preocupações da diretoria da Associação não era com a fome dos assentados de Vitória⁶², a preocupação se voltava para a possibilidade de saque nos seus armazéns, nos seus roçados irrigados ou então que os animais fossem mortos nos cercados, pois os trabalhadores rurais sem terra, os

⁶¹ A exclusão do assentamento Cachoeira Cercada decorre do fato de este estar praticamente nas mesmas condições de quando ocorreu a imissão de posse, tendo agregado pouco a questão econômica; as casas são as mesmas, de taipa; com relação à educação, é precária, a única coisa de que dispõem a mais é a liberdade, serem livres. Portanto, é impossível avaliar o sucesso da gestão, considerando a não sustentabilidade desta área...

⁶²Naquele ano nenhum assentado passou fome, nenhuma criança assentada ficou um dia sem tomar leite.

camponeses, os posseiros, enfim os flagelados da seca das proximidades do assentamento tinham conhecimento da fartura de Vitória.

Em 1997, o impulso de desenvolvimento não existe e as condições do assentamento são preocupantes. É por isso que me interrogo — como pode um assentamento que resiste ao flagelamento da seca (Castro Junior, 1994) estar a se desfazer de quase todo o gado coletivo, (restando aproximadamente em torno de 60 cabeças de gado) e já não possuem mais, caminhão Mercedes-Bens, nem F.1000, já não produzem mais com eficiência? Os armazéns estão vazios! O caixão de farinha já não enche mais! A casa sede encontra-se em estado de abandono por não ser cuidada devidamente, assumindo por isso uma aparência diferenciada de símbolo do poder. A credibilidade do assentamento está abalada, inclusive entre os assentados existe assentado vendendo o que tem e migrando para Fortaleza. Será que não têm mais utopia? Será que o sonho de liberdade acabou? Será que o assentado não acredita mais no assentado construindo a sua sustentabilidade econômica, social e ambiental ?

Não, recuso-me a pensar a questão dessa maneira, pois os assentados ainda têm utopia. Crêem na liberdade. Acreditam na emancipação política do camponês. O que aconteceu no assentamento Vitória e Cachoeira Cercada, infelizmente, já estava previsto na minha hipótese e comprovada pela pesquisa: as áreas de reforma agrária após a imissão de posse devem iniciar um processo de pensar o assentamento como uma empresa associativa, sendo a unidade econômica de produção o assentamento, e com uma a gestão que têm quatro componentes fundamentais: planejamento, organização, direção e controle. Estes elementos são comuns em qualquer processo de gestão, porém em uma área de reforma agrária elas têm uma conotação diferenciada; além da

perspectiva econômica há que se agregar as perspectivas sociais e políticas dos assentados, pois uma gestão se constrói diariamente⁶³.

Todo o funcionamento orgânico do assentamento empresa associativa tem como princípio norteador a participação de todos e a construção de uma democracia interna, e que sejam reconhecidos como donos desta empresa de produção, conhecida como assentamento, os assentados. Este princípio tem o objetivo de consolidar o assentamento como unidade de produção e o empreendimento de uma gestão nos moldes de empresa associativa foram efetivados em VITÓRIA, até meados de 1992/1993. Após 1995, começa a se desmoronar todo um processo construído a partir de luta pela posse e uso da terra de trabalho e pela emancipação dos assentados.

As diferentes situações que levaram a este recuo na caminhada de libertação não são isoladas, e só as compreendo numa perspectiva histórica. Não é um caminhar retilíneo, e ao se (re)velar, estas determinações engendradas em períodos anteriores, e muitos são resquícios da história de vida de cada assentado, de cada comunidade, retratam a sociedade. E só desta forma, vendo-as em conjunto, possa fazer uma análise crítica da gestão no assentamento Vitória.

Ao conversar com os assentados sobre Vitória, eles apontaram como influenciador do atual estágio do assentamento o que se segue:

⁶³ Karl Marx nos chama atenção para esta questão, quando nos diz: “assim como não se julga um indivíduo pela idéia que ele faz de si próprio, não se poderá julgar uma tal época de transformação pela mesma consciência de si; é preciso, pelo contrário, explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Uma organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter, nunca relações de produções novas e superiores se lhe substituem antes que as condições materiais de existência destas relações se produzam no próprio seio da velha sociedade. É por isso que a humanidade só levanta os problemas que é capaz de resolver e assim, numa observação atenta, descobrir-se-á que o próprio problema só surgiu quando as condições materiais para o resolver já existia ou estavam, pelo menos, em via de aparecer”.(1983:25)

1.O uso dos transportes — o assentamento dispunha de um caminhão, uma F.1000 e um trator. O uso destes é disciplinado por um regimento interno de acordo com o plano de desenvolvimento⁶⁴. Este regimento previa, no caso do condutor do veículo causar qualquer danos neste, e fosse constatado que o mesmo (motorista/tratorista) estava dirigindo embriagado ou de maneira irregular, os danos causados seriam por ele pagos. Isso, após 1991, na prática não acontecia. Quando um assentado necessitasse do uso de um dos veículos, pagaria pelo seu uso. No início, sim, com o tempo passou a ser anotado e como não era pago, deixou-se de anotar.

O veículo F. 1000 chegou a fazer até três vezes por dia o percurso assentamento — Fortaleza, o que dá em média 380 km por viagem. Este mesmo carro, se estava indo para Canindé e a “boléia” estava lotada, e ainda tivesse que levar uma única mulher para a cidade, tinha que voltar só para buscar esta assentada, embora a caçamba estivesse vazia. Quem pagava tudo isso, manutenção dos carros, combustíveis, todos estes desmandos? A associação. E isso foi crescendo, crescendo, até chegar ao ponto como aconteceu: em viagem particular de um assentado no caminhão Mercedes, carregado de carvão para ser vendido em Fortaleza, o veículo sofreu um abalroamento. Se já não bastassem o combustível, e a manutenção do carro a Associação ainda teve que arcar com todos os custos do acidente. Como a associação não dispunha de fundo de reserva para estes gastos, pois, já não recebia há muito tempo nenhuma forma de taxa para uso dos transporte, esta toma dinheiro emprestado para cobrir as despesas do acidente. Toma emprestado no mercado R\$ 2.000,00, em dezembro de 1995, a juros estratosféricos de 30% ao mês. O uso do trator também

⁶⁴ De acordo com um assentado a Associação no início da implantação do processo de gestão no assentamento, “expulsamos o Chico Maranguape e o Zé Paulo por não cumprirem o regimento e hoje não se expulsa ninguém e se fôssemos para cumprir o regimento sairia uns 20 assentados”.

passa a ter a mesma lógica ou a não lógica do uso do caminhão, da F.1000. Constata-se que a partir do momento em que o regimento não é cumprido, se inicia o processo de fissura da gestão. O processo organizacional não é mais para atender ao todo, mas ao particular. Confunde-se o privado com o coletivo.

...nós tínhamos trator, nós tínhamos carro, mas cada um era dono do carro, cada um era dono do trator, cada um era dono do que ele tomava de conta e os outros, para serem atendidos, tornava-se muito difícil. Para comparar, esse ano o trator começou a cortar terra no início de fevereiro, e o meu, não sei por qual motivo, só foi cortado no dia 14 de abril. O que eu plantei não vingou e se eu não tivesse um roçado para plantar, então teria ficado prejudicado totalmente este ano (Assentado de Vitória, entrevistado em 07/08/97).

Esse transporte foi uma beleza, mas foi a mola mestre que acabou o assentamento. Foi-se embora a fazenda, não sei por qual lado. Só butando gasolina e óleo nestes transportes sem fazer nada. Acho que por esse lado, nunca ouvi falar de nenhuma farra desses companheiros. Nunca vi falar deles jogando, não bebem, mas infelizmente a maneira de conduzir, não tiveram posição. Os transporte tinham a obrigação de no mínimo manter a cada um, o carro fazer com que mantesse ele mesmo, mas não, rodava um mês e no fim do mês vendia tantas vacas pra pagar o óleo. Se quebrasse qualquer coisa, já sabiam que tantos gados iam ser vendidos, pra pagar o conserto do carro. Isso era o carro, era o trator. Se precisar de pneu, já sabe que eram tantos gados que iam ser vendidos para comprar o pneu, nunca tinha dinheiro do carro pra manter ele propriamente (Assentado de Vitória, entrevistado em 07/08/97).

É, na escrita tem um regulamento muito bonito, só não tem na prática. De início, se cada um de nós precisasse do carro, que era uma F 1000, cada um que precisasse do trator, nós pagávamos uma quantia X com abatimento, porque nós

éramos os verdadeiros donos, mas, pagávamos uma taxa, sim. Mas, essa taxa se foi, desde o início nunca vi prestação de contas, e na hora que precisava do dinheiro pra qualquer peça do carro , não existia dinheiro. Depois passou para ser só o óleo. Depois, passou pra não se dar nada. Eu mesmo usei o carro umas poucas de vezes e fui o que menos usei. Mas, também usei várias vezes sem pagar, porque os outros usavam todo dia sem pagar nada. Usavam e abusavam, passeios e mais passeios no carro sem pagar nada (Assentado de Vitória, entrevistado em 06/08/97).

O assentamento Vitória não dispõe mais dos carros, do caminhão Mercedes e F.1000. Foram vendidos para pagar parte dos débitos contraídos com a manutenção destes. A venda deste dois veículos tem causada alguns comentários negativos com relação ao assentamento. A este respeito afirmam:

É pras pessoas do IDACE, do INCRA, e de Secretarias , das pessoas de fora, que se acham que a reforma agrária, que o progresso da comunidade é possuir carro, estão completamente errados. Por que isso nós pensávamos, também. Vamos tomar dinheiro emprestado, o nosso projeto sai, a gente paga isso em questão de dois ou três meses e continua com mesmo transporte. Só que pra isso hoje nós já estamos com outro plano. Hoje nós não tomamos mais dinheiro emprestado pra botar nem mais um parafuso num carro. E nós, se Deus quiser, dependendo de nosso desenvolvimento, nós ainda vamos comprar um carro. Agora nós comprar um carro, mas para trabalhar em outro sistema. Por que a comunidade, qualquer comunidade do Estado do Ceará pensar em comprar um carro e pensar em fazer o que nós fizemos em termos de carro, então não resta dúvida que toda elas acontece esse problema (Assentado de Vitória, entrevistado em 09/08/97).

2. Buscar recursos financeiros no mercado — como o assentamento não constituiu um fundo de reserva para esses tipos de gastos, nem tão pouco capital de giro, e estavam entrando num processo de descapitalização em decorrência da venda contínua do rebanho bovino, pareceu restar captação de dinheiro junto aos agiotas. E entram numa ciranda financeira: dezembro de 1995 — R\$ 2.000,00, pagos em março de 1996, com dinheiro de empréstimo R\$ 5.500,00, a juros de 20% ao mês. Conseguem um segundo empréstimo: também em março de 96, no valor R\$ 5.000,00, juros de 20% , parte para pagar conserto do trator, que custou em torno de R\$ 3.800,00. A dívida, em junho de 1996, era algo em torno de R\$ 22.000,00; está crescendo em razão aos juros altos. O assentamento já vendeu o caminhão, a F.1000 e parte do rebanho bovino. Este rebanho, aliás, sofreu um descarte de aproximadamente 2/3 para custear os transportes. Sobre o dinheiro que tomaram emprestado, assim se expressou o assentado:

Sim, consertar o trator e o caminhão que depois foi preciso nós vendermos pra pagar a própria dívida deles. Então acho que nós não agimos errado. Quer dizer se qualquer um representante tivesse pegado o dinheiro dum agiota pra consertar um caminhão sem dar o conhecimento o povo, ou então para fazer outra coisa. Mas, nós vendemos o caminhão para pagar a dívida dele.[...].

Que justamente ele mesmo se pagou, porque não era justo, nós pegamos um a gado, que nós tínhamos recebido num projeto, e pegar e vender para pagar uma dívida e ficar com o caminhão. Então se o caminhão, durante o período que nós estivemos com ele, não tinha um fundo de reserva para pagar a manutenção dele, nós resolvemos vendê-lo para pagar o prejuízo (Assentado de Vitória, entrevistado em 08/08/97).

3. A falta de controle ou de registros - a não existência de qualquer tipo de controle ou registro tem gerado desconfiança. Os

assentados não sabem para onde foi o gado, o dinheiro dos empréstimos, pois não têm uma contabilidade. Até o controle mais simples, mais elementar, que é a prestação de contas das mensalidades da Associação, desde 1995 não é feito, mas, também, os assentados não pagam sua mensalidade desde este período⁶⁵. Perguntei aos assentados se eles sabiam o valor da dívida deles e a quem deviam. Vejamos as resposta⁶⁶:

Não, porque nunca perguntei e nem dizem. Eu sei que R\$ 14.000,00 existia lá no Raimundo Almeida, foi dado o carro avaliado em uns R\$ 6.000,00 e ficou R\$ 8.000,00. Tem outras contas [...]

Agora o outro problema que surgiu eu não sei por qual o motivo. Quando foi vendido o gado, o pior de tudo foi o dinheiro emprestado que a turma usou, agora para fazer o que com ele eu não sei, não posso falar (Assentado entrevistado em 07/08/97).

Eu não quero dizer que não exista dívida. Existe talvez nossa pequena dívida. O pessoal se engana muito com a gente, quando eles entram nas coisas sem saber e conhecer e conversam isso, né [...].

Essa definição desse tanto de dinheiro, nem eu posso informar por que têm os meninos aí pra conversar, eles estão mais além dessas coisas do que eu, eles melhor vão informar isso aí,

⁶⁵ O valor da mensalidade era até 1995 de R\$ 0,40 (quarenta centavos). O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itatira cobra a mensalidade a R\$ 1,00 (um real).

⁶⁶ Ao ser informado da inadimplência do assentamento junto ao Banco do Nordeste, agência Canindé, conversei com o gerente desta agência. Esse me afirmou que: "eles estão normalíssimos [...], mas é porque existe uma corrente da sociedade que não vê com bons olhos o atendimento a essas comunidades, é comum a gente ouvir aí por fora que o governo está jogando dinheiro fora, assistindo a vagabundos [...] e esses comentários são de pessoas que gostariam de vê-los arrebatados. Eu acho que a comunidade está de pé.[...] O que há é fantasia, má fé". Entrevista realizada em 06 / 08 / 97. Acerca da crise do assentamento Vitória, os assentados, avaliam que reconheceram novos e/ou velhos inimigos dos assentamentos na região, pois, com a exposição da crise, pessoas que antes pareciam ser aliados, se mostraram como não aliados, e estão gostando, e ridiculizando da situação. Inclusive, ao tomarem transporte, se são reconhecidos, ouvem piadas sobre os carros que possuíam e agora andam de transporte coletivo, que ficaram pobres, etc, etc.

agora eu só quero assegurar que essa dívida, que o pessoal tá dizendo que nós temos de R\$ 100.000,00, nós não temos não (Assentado entrevistado em 08/08/97).

A dívida, nós estamos devendo ainda, talvez nós hoje se nós tivéssemos uns R\$ 15.000,00, hoje talvez nós resolvia todas essas dívidas. Não é essas dívidas que o pessoal por aí fora boato. Não é a dívida que todo mundo acha que o assentamento Vitória tá devendo (Assentado entrevistado em 09/08 /97).

4. A participação, a democracia interna — qualquer assentamento para ter um funcionamento mínimo, exige que seja respeitado o princípio básico da participação, da democracia interna, que todos os assentados participem das discussões e que sejam ouvidos e tenham suas idéias respeitadas. Os erros e acertos devem ser socializados. Por mais que uma diretoria tenha boa fé, vontade em conseguir o melhor para os assentados, se estes não participam, eles não se sentem sujeitos. Se não contribuem com o processo de tomada de decisão, eles não se acham com o poder. Se eles não se vêem como donos do assentamento, enfim não assumem o assentamento como deles e aquela vontade de vencer, de trabalhar, com o tempo começa a desaparecer. E sobre isso, assim eles, assentados, se expressam:

Então a gestão funcionava direito, excelente, por vários tempos, mas, depois parece que essa diretoria se sentiu dona do assentamento e os trabalhadores seriam empregados desse assentamento, por esse motivo pra se comprar uma coisa não precisava combinar com a associação, pra se vender qualquer coisa não precisava combinar com a associação, isso fosse gado, criação, qualquer coisa. [...].

Por esse motivo, vários companheiros aqui do assentamento foram perdendo aquele gosto, aquela opinião de trabalho no assentamento. E por esse motivo o assentamento passou a cair (Assentado entrevistado em 07/08/97).

O que faz um assentamento ir pra frente , primeiramente é a vontade do povo, a ambição que o povo tem de viver em terra própria. Terra própria que eu digo, é se dizendo dono, e todo mundo tem ambição de se organizar e procurar uns aos outros e se juntar para trabalhar em conjunto. Isso já é um grande passo para um assentamento tem para começar (Assentado entrevistado em 10/08/97).

O assentamento Vitória, até os últimos dias, foi modelo no Estado do Ceará, até acredito que pela grande força de vontade que os trabalhadores tinham. Por que esse assentamento pra ser estadual, de um órgão que nunca teve assim uma força de vontade de ajudar esse assentamento.[...]. Então, o desenvolvimento desse assentamento é exatamente a força de vontade dos trabalhadores (Assentado entrevistado em 10/08/ 97).

A discussão interna de temas importantes deve ser considerada para que os assentados tenham condições de se posicionar de maneira firme, segura, favorável ou não às propostas que são encaminhadas pela direção ou por assentado. Por exemplo, uma questão como da criação da Cooperativa de Produção Agropecuária do Assentamento Vitória (COPAVI), alguns não sabem nem o nome, outros o que significa e muitos nem concordam com a sua criação. Então, deduz-se que a forma pela qual foi encaminhado o processo da COPAVI foi truncado, sem uma devida reflexão crítica e amadurecimento pelos assentados, além, é claro, do momento da crise por que passa o assentamento.

Na minha opinião, eu não sei se vou falar mal ou bem, mas na minha opinião, já tive pensando muito. O que veio fazer com que tudo isso acontecesse foi essa história de passar de associação para cooperativa, que, na minha opinião, não era o momento de se criar uma cooperativa. E pelo fato de ter sido criado uma cooperativa, antes foi feito um estudo, mas, a gente notava nas pessoas que muitos não tinham interesse de que

aqui fosse passado assim, a ser uma cooperativa , na minha opinião foi isso.[...].

Bom, eu acho que a cooperativa foi discutida sim, pois, disseram que já estava tudo amadurecido, mas para mim, deveria ter sido feito um estudo mais elevado, né ? Por que muita gente não estava entendendo direito realmente o que era uma cooperativa (Assentada entrevistada, em 11/08/97).

É agora eles passaram a registrar na cooperativa, que eu acho que foi desnecessário no momento. Ter uma cooperativa quando nossa produção está lá embaixo, eu acho que foi desnecessário. E nós aqui já tivemos preparado esse espaço chamado uma cooperativa e qualquer cidadão que chegava aqui dava pra ver por que os armazéns estavam todos cheio, o curral estava cheio de gado, nós tínhamos carro, nós tínhamos trator, tínhamos tudo, mas no momento essa cooperativa, quando estamos por baixo, eu acho desnecessária. Mas, acharam por bem criar a cooperativa e até prejudicou no momento o Projeto São José, que dava prioridade as associações (Assentado entrevistado em 06/08/97).

Nunca ninguém leu em assembléia para pegar bem direito o negócio, mas eu acho que a cooperativa não estava caminhando muito, como caminhava a associação (Assentado entrevistado em 06/08/97).

Outro exemplo da pouca participação dos assentados e da não discussão interna de maneira qualitativa para amadurecer uma idéia, ou então de como a diretoria antecipava se as decisões coletivas estavam no dinheiro que tomaram emprestado no mercado financeiro, conforme o dialogo abaixo:

- Pesquisador – Por que vocês foram tomar dinheiro emprestado sem ser num banco?
- Assentado - Eu não sei nem responder.

- Pesquisador - Mas isso não foi decidido em assembléia?
- Assentado - Não, isso foi da cabeça e problema mesmo dos meninos (Os meninos são os membros da diretoria).

Quando se faz as coisas combinando o que foi acertado, nós aceitamos juntos, quando se faz as coisas sozinhos, um grupinho, não fomos nós todos que erramos, foi fulano, fulano e fulano, não é culpa de todo o pessoal do assentamento não, a culpa está numa parte de gente que os outros coitados, não são culpados (Assentado entrevistado em 06/08/97).

5. A elaboração dos projetos e os créditos agrícola e pecuário — o ato de elaborar projeto de desenvolvimento para um assentamento não é igual ao processo de elaborar projeto para uma empresa qualquer. O assentamento é uma categoria diferenciada e, se assim não for pensado, tanto o projeto quanto os recursos para este alocados trarão prejuízo para os assentados. Pensar o assentamento como algo diferenciado não significa que o projeto tenha parte dos recursos a fundo perdido e a outra seja a contrapartida da comunidade, ou que seja subsidiado. Por que, se só isso bastasse, as falas dos assentados não teriam existido e não teriam importância.

Mas o remédio da coisa mesmo é exatamente a falta de recursos e que seja um recurso de acordo com os pedidos dos trabalhadores. Nós somos beneficiados pelo programa da terra. Quando a gente faz um pedido, a gente faz um pedido num ano e vai sair três anos depois, e os planos que a gente faz do primeiro e segundo ano, esse fica perdido [...]

Quer dizer, durante esse período de projeto de governo existe um, que talvez alguém por aí afora ninguém não fale que o assentamento Vitória recebeu uma pocilga, liberado pelo governo estadual que nós tínhamos pedido a cinco anos. Com cinco anos depois foi que essa pocilga chegou em nosso poder. Aonde quando nós fomos aplicar o dinheiro dessa

pocilga, então quem criava porco, criava suíno, já tinha deixado de criar.[...]. Só que quando a gente anotou na ponto do lápis mesmo, que prejuízo os porcos estavam dando e o rendimento que eles estavam tendo, estavam muito longe de serem pagos. Então por causa disso teve gente que já esteve falando mal do assentamento, que a gente é sabedor disso, né (Assentado de Vitória, entrevistado em 09/08/97).

6. Trabalho coletivo e trabalho individual — este problema com o passar do tempo não melhorou, não foi aperfeiçoado para atender às necessidades. Isso implicava o (re)dimensionamento e (re)planejamento da força de trabalho. Implicava continuar a sensibilizar os assentados para a importância e a necessidade do trabalho coletivo e individual, bem como a importância e o papel que cada atividade desempenha dentro de unidade de produção assentamento. Mas o que aconteceu não foi nem uma estagnação da quantidade de dias e de homens a trabalhar nos roçados coletivos ou individuais. Foi uma redução violenta na quantidade de homens e dias nos roçados coletivos, bem como nos roçados individuais. Um assentamento que deveria ter nos dias de serviços nos roçados coletivos em média 90 homens/dia, esta média fica em torno de 20 homens/dia. Nos roçados individuais, na época da luta pela posse e uso da terra de trabalho, nenhum camponês tinha uma área menor do que dois hectares, além dos roçados coletivos. Hoje encontra-se assentado plantando um hectare, meio hectare. Esta queda na produção é uma decorrência de não estarem sensibilizando os assentados para a necessidade de que a construção do assentamento é constante, dia-a-dia.

A chama da utopia, da esperança não pode se apagar, principalmente naqueles que lutaram décadas para ter uma vida melhor, digna. E a utopia ainda existe, pois dos trinta assentados que responderam ao questionário, dezoito apontaram como sendo o tema relacionado com o trabalho o que mais é discutido, seguido pela gestão,

catorze assentados, agricultura, projeto/crédito. Isto revela a reflexão crítica dos assentados pelo atual estágio do assentamento, e que todos os temas levantados representam as soluções. Ressalvo o fato de que todas as variáveis citadas pelos assentados estão interligadas, logo, é o conjunto que transformou o assentamento, não somente uma variável, ou um aspecto.

Com as entrevistas semi-estruturadas, este ponto também será ratificado pelos assentados, bem como nas conversas informais, inclusive citando nominalmente os assentados de hoje que não gostam ou não querem mais trabalhar, principalmente nas atividades coletivas.

Quando nós fizemos os primeiros trabalhos aqui e enchemos esses armazéns de milho e feijão, não tinha nem um centavo de projeto aqui. O dinheiro quando chegou aqui, parece que fez foi mal e o pessoal endoidaram para andar. Eram homens e mulheres passeando (Assentado entrevistado em 06/08/97).

...hoje vamos dizer assim que nós estamos tendo a mesma frequência que nós antes no coletivo, se eu disser eu estou mentindo e eu espero que meus amigos não digam, porque os trabalhadores desfalcaram. [...]. O que mais ajuda num assentamento é a organização e ambição das pessoas querer ter as coisas. Esse é o segredo da boa gestão (Assentado entrevistado em 09/08/97).

Bom na realidade o assentamento hoje se encontra num processo muito lento e que por cima de tudo a gente tá vendo assim o assentamento, ele não está mais se mostrando como um modelo, é tudo motivo porque há falta de interesse e organização. Então os trabalhadores passaram a não se interessar mais pelo trabalho coletivo, e começou a se desorganizar, a não acreditar mais um no outro, e assim o assentamento hoje está no que está (Assentada entrevista em 10/08 /97).

Rapaz, no trabalho coletivo o trator pega o pessoal no Bandeira às 6:30 e chega na casa sede às 7:00 horas e chega no roçado às 8:30 e trabalham até as 11:00 horas. E a tarde não trabalha mais e isso é duas vezes por semana com 20 ou 30 homens (Depoimento de um assentado em 11/08/97).

7. Assistência técnica — o assentamento, após sua implantação e durante os seus primeiros quatro anos, contou com o apoio da assistência técnica, quer por parte da EMATERCE, quer por parte do IDACE. Depois deste período, a empresa de extensão rural não prestou mais assistência técnica e no caso do IDACE, este chegou a passar até um ano sem prestar qualquer tipo de assistência técnica. Somente a partir de 1996, retornou a ter interesse pelo assentamento; no entanto, com visitas esporádicas, sem nenhuma sistemática de acompanhamento, realizando uma visita por mês, conhecida no jargão extensionista de visita “beija flor”, e isso quando vai. Sendo a assistência técnica como uma atividade de capacitação, um processo educacional e que foi quebrado, isso trouxe conseqüências incalculáveis ao assentamento. Quando da aplicação do questionário, perguntei aos assentados: quais os principais problemas do assentamento? 90% (noventa por cento) responderam que era a falta de uma assistência técnica, e 70% (setenta por cento) a falta de crédito. Se o quisermos eternamente dependente do Estado e das intempéries da natureza, não façamos nada. Sobre o problema da não assistência técnica assim se expressam os assentados:

...é como eu já disse, os técnicos não acompanharam mais a gente e a gente ficou perdido, só, e eu acho que a culpa mais está é no governo, tirou a EMATERCE, aquele povo que trabalhava, IDACE, INCRA, deixou os trabalhadores, os trabalhadores ficaram só, aí perde a cabeça e continuar naquele caminho que estavam seguindo já (Assentado entrevistado em 06/08/97).

Rapaz, o que precisa fazer é ser todo mundo organizado e também com muita presença dos técnicos, porque sem os técnicos a gente está perdido num mato sem cachorro, porque basta ser a presença dos técnicos, que influi muito, porque a gente não sabe fazer o que eles ensinam, porque nós aqui do assentamento Cachoeira Cercada nós fomos esquecidos de todos os técnicos da EMATERCE, IDACE, INCRA, fomos esquecidos de todos (Assentado de Cachoeira entrevistado em 07/08/97).

8. Bens coletivo *versus* os bens individuais. Este problema precisa ser constantemente discutido, esclarecido, dirimidas as dúvidas, por que, a cada etapa do processo de gestão, é necessário se repensar a relação de complementaridade entre o que é coletivo e o que é individual. O que não pode acontecer é, como no caso da Vitória, uma relação conflituosa, e, principalmente, todo e qualquer prejuízo do individual foi coberto pelo coletivo, quando a responsabilidade cabia ao indivíduo, e, se não bastassem as sobras, ou o que não era bom era do coletivo. Ou seja, aconteceu uma inversão de valores apenando o coletivo. Um dos vários exemplos concretos deste fato está quando da compra do gado financiado pelo PROCERA/FNE, 1996: estava o gado no curral e cada assentado tirou a sua vaca que foi financiada individualmente; e o que restou era o rebanho coletivo, ou seja, as piores reses seriam do coletivo. Se isso não bastasse, ainda foi discutido e aprovado que, caso, durante os seis primeiros meses, algum gado do individual morresse por qualquer problema, este assentado teria direito a escolher no rebanho coletivo outra vaca. Conforme o que se segue:

- Assentado — Logo quando começou a morrer as vacas, se colocou essa proposta na reunião e foi aprovado que, dentro de seis meses, a que morresse seria devolvida outra do gado coletivo...
- Pesquisador — E se a do coletivo morresse o que se faria?

- Assentado. — Nada. Morreu, pronto. A proposta foi lançada e foi aceita, seis vacas e oito gados foram devolvidos para o gado individual. Isso foi uma queda estrondosa que a associação sentiu, deles que nem tavam preparados para possui essas vacas. Elas morreram [...] Até a associação teve repondo vacas do coletivo para esses individuais, que a vaca tinha morrido, pra não ficar sem nada, que não era pra ter feito isso.[...] Esse motivo foi assim a queda da associação.

9. Os assentados, com o decorrer do tempo, perceberam que não detêm o poder sobre o assentamento; poder de mando, de decisão, de escolherem o que querem. Por isso, o imóvel reformado é um espaço, pois os assentados somente têm o direito de produzir, consumir, circular produtos. Eles ainda não são os detentores nem do título da terra, e, geralmente, qualquer atividade que exija garantias para ser feito (como, por exemplo, custeio agrícola), depende da anuência do Estado⁶⁷. No caso dos assentamentos estaduais, dependem do IDACE; caso sejam federais, precisam da aprovação do INCRA. Isso me remete ver os assentamentos como categoria de análise geográfica, como sendo um espaço e não um território. Somente quando estes conseguirem ser territórios, terão alcançado a emancipação política. Hoje, o poder que os assentados têm é um poder aparente, simbólico. Alguns assentados, hoje, se consideram como agregados do Estado.

⁶⁷ Ainda à época do Governo Ciro Gomes, a Prefeitura de Itatira destinou uma escola para o assentamento. Todavia, em decorrência da Constituição do Município, a terra onde fosse a escola deveria pertencer ao Município. Como, neste caso, a terra era matriculada em nome do Estado do Ceará, o questão arrastou-se até perderem a verba. Outro caso semelhante aconteceu com o assentamento 10 de abril, no Crato, tanto em relação à construção de uma escola, quanto para construção das casas dos assentados; para esta última, a verba era de uma ONG da Espanha. Resultado: o assentamento 10 de abril perdeu as duas obras.

- Pesquisador — vocês acham que, como assentados da Vitória, vocês têm poder sobre esse lugar, esse assentamento? Vocês mandam aqui?
- Assentado 1 — Não. Até o momento, nós não podemos dizer que temos nenhum poder sobre o assentamento. O poder que nós temos é por ter ocupado a terra, ter onde trabalhar, mas, em termos de documentação, não temos nada. A terra pertence ao Estado, e nós podemos nos considerar até o momento agregado do próprio Estado, e é por isso que expirava cuidado dos companheiros em fazer um bom trabalho, porque nós estando firmados com um bom trabalho em cima do assentamento, como se sabe que é 15 anos agora, eles botam quase como uma experiência para os trabalhadores, pago ou não pago, têm o direito de receber o título da terra ou não tem?
- Assentado 2 — Não... Eu me considero dono do assentamento Vitória e tenho poder sobre o assentamento.[...]. Agora o que me resta dúvida é que esse documento ainda vive bolando em mãos de políticos desse Estado.[...]...então não temos como assegurar que somos os donos do assentamento, ou que tem poder, porque esse documento ainda não chegou em nossas mãos, quer dizer e ele pode ser um assentamento, até pra servir de instrumento da própria campanha do governo, de deputado ou de mais outras pessoas que queira usar o assentamento Vitória como instrumento de campanha deles.
- Assentado 3 — Nós não temos poder [...] porque o melhor que nós podíamos ter, já que foi uma área que nós adquirimos isso não foi malandrando, nós ganhamos isso

aqui foi lutando, derramando suor, foi derramado até sangue por sinal. Era uma coisa que no caso do Estado, eu que por cansado que fossem, já podiam ter dado uma garantia a nós, É massacre que nós pegamos, primeiro nós para criarmos um pequeno projeto aqui, nós dependemos do IDACE, depois do IDACE, quando muito bem quer, é que libera um laudo pra nós fazer um projeto, libera para o banco, libera para o INCRA. E pra aquelas coisas e pra comissões e pra empresa, depois que nós pegamos ainda ficamos na dependência do INCRA, a comissão do INCRA. E será que se nós tivéssemos um título definitivo, um nome pelo menos fosse da Vitória, da associação será que não era mais fácil para nós !? Eu acho que era mais fácil, por isso que eu digo que a nossa segurança ainda não está perfeita, ainda existe muito coisa e essas coisas que existe, essas dificuldades que existe não depende de nós, depende sim do Estado, porque eles estão com tudo lá, eles têm matrícula...

- Assentado 4 — Nós mandamos, mas no mesmo instante nós não mandamos. Porque se nós tivéssemos os documentos do terreno era outra coisa. Então eu acho que não é nosso ainda, porque quando o doutor comprar um carro tem que receber os documentos, porque uma coisa que não tem documento a gente não pode afirmar que é da gente.
- Assentado 5 — Mandamos, mas, agora tem uma coisa, se nós não trabalharmos não manda em nada, mas se nós se organizarmos, nós manda!.

10. Assentamento como unidade econômica e não a unidade familiar — Quando a geração do excedente econômico de Vitória se dava na unidade de produção como assentamento (coletivo), os assentados tinham uma perspectiva econômica, social. O assentado acreditava no assentado, ele se via sujeito da história. A partir do momento em que esta geração de excedente não ocorre mais no assentamento como unidade, emergem as crises e como conseqüentemente, a unidade de produção familiar não é o modelo viabilizador da sustentabilidade do assentamento, e como não consegue dar uma resposta para a crise, a tendência é o agravamento da situação, caso, Vitória não retorne para o seu azimute: de ver o assentamento como unidade de produção.

E, quanto a isso, os assentados já aprenderam com as dificuldades . E acredito que os assentados de Vitória ainda serão modelo de uma gestão, em área de reforma agrária, pois eles não só acreditam no futuro, como sabem que é preciso agir no sentido de concretizá-lo. Este é o futuro de uma sociedade sustentável, que se constrói quotidianamente É por ter essa ação crítica dos assentados que percebo o assentamento Vitória se reposicionar com nobreza e dignidade:

... eu acredito que a Vitória tem como voltar a ser um assentamento modelo, porque nós temos muita mão-de-obra no assentamento e terra boa de trabalhar [...] porque a gente tem o exemplo da organização que tinha antes e ia pra frente (Assentado de Vitória, entrevistado em 08/08/97).

Rapaz, nunca é tarde pra ser feliz. Eu disse os meninos depois de meio dia de conversa: tá perdido, mas, não todos, nós começamos aqui foi do nada, mas esse tempo tinha o entusiasmo para se trabalhar, se vocês com o mesmo entusiasmo, com o mesmo capricho que se tinha naquele tempo[...] por isso tem como a Vitória se levantar, basta o pessoal se entusiasmar e se lembrar que no passado nós começamos foi do nada. Quando nós fizemos os primeiros

trabalhos aqui e enchemos esses armazéns de milho e feijão, não tinha um centavo de projeto aqui... (Assentado de Vitória, entrevistado em 06/08/97).

E essa utopia de (re)tornar a ser um assentamento modelo, para os assentados de Vitória, é concreto, pois, ao conversar com eles e perguntar-lhes qual o segredo de uma gestão ser modelo numa área de reforma agrária, eles responderam com segurança e convicção:

Bom, o que eu acho que deve ter num assentamento para ter uma boa gestão é: primeiro de tudo, interesse de todo aquele que participa de um assentamento; segundo, um bom planejamento e Vitória mostrou que tinha para ser assim, como modelo porque os posseiros se mostravam também muito interessados e trabalhavam em cima de um planejamento, que era feito por eles próprio e assim o assentamento mostrou ser esse modelo (Assentada de Vitória, entrevistada em 10/09/97).

Pelo menos é o que eu sinto e observo que uma organização deve se dar de uma forma que haja a participação de todos, mas, para dar certo, ela deve ser dirigida pela direção e não cada um fazendo o que quer e o que acha que entende. Mesmo que cada um tenha seu direito de participar, mas deve compreender a parte que se dá a direção e organização (Assentado de Pedras, Canindé, Secretário de Política Agrícola do STR de Canindé, entrevistado em 06/09/97).

O que faz um assentamento ir pra frente, primeiramente é a vontade do povo, a ambição que o povo tem de viver em terra própria, que não tem costume de viver em terra própria. Terra própria que eu digo, é se dizendo seu dono, e todo mundo tem a ambição de se organizar e procurar uns aos outros e se juntar para trabalhar em conjunto. Isso já é um grande passo que um assentamento tem para começar. Segundo, além dos recursos, projeto[...] nós já sentamos e discutimos e já estamos atrás de se organizar. Quem quiser se organizar e quem não quiser toma o seu rumo, porque nós estamos vendo que o projeto ajuda, mas o que mais ajuda um assentamento é

a organização e a ambição das pessoas quequer ter as coisas. Esse é o segredo da boa gestão... (Assentado entrevistado em 09/08/97).

Existe vários motivos que talvez dentro duma hora, nós dois conversando e dando essa entrevista, talvez com uma hora nós não saiba decidir o que é uma gestão de um assentamento pra que ele desenvolva bem. Qual o sistema dos projetos que os trabalhadores necessitam para que os assentamentos se desenvolva bem? O assentamento Vitória, até os últimos dias, foi modelo no Estado do Ceará. [...] O que nós tivemos de sucesso é a questão de assistência técnica, [...] teve um pequeno recurso... (Assentado entrevistado em 09/08/97).

As dez variáveis aqui apontadas, bem como essas falas me dizem que os assentados de Vitória, ainda, têm desejos, sonhos de construir o assentamento na perspectiva da gestão do espaço, e, posteriormente do território. Vontade de serem novamente modelo de assentamento para o Estado do Ceará. Essa afirmação, esta respalda na reflexão critica que os assentados de Vitória fizeram e fazem do retrocesso na caminhada da emancipação. Quando humildemente, (re)conhecem os aspectos da derrocada, e, apontam os caminhos a serem seguidos.

5. DESCONSTRUINDO E (RE)CONSTRUINDO A GESTÃO DOS E NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA.

La empresa asociativa, como unidad de producción en América Latina, presenta varias figuras características que la individualizan y la hacen diferente a la "finca" tradicional, objeto de análisis en la mayoría de los estudios sobre administración rural, y a los diversos modelos colectivos de producción que se observan en otras latitudes. Las formas asociativas de producción de la región exigen una profunda adaptación de los conceptos clásicos de la administración de empresas agropecuarias para propiciar la consolidación de una disciplina que haya posible traducir la utilización adecuada de los recursos y los beneficios económicos que se logran - objetivo básico de la administración rural tradicional - en mejoramientos reales de los sistemas de vida del hombre del sector rural. Hector Morcia.

Qualquer que seja o nome usado para a gestão rural — administração, organização, “management”, gerência — o seu pensamento fundante data do início deste século, nas Universidades de Ciências Agrárias (LAND GRANT COLLEGE) dos Estados Unidos da América, com objetivos definidos de verificar viabilidade de técnicas agronômicas.

No Brasil, conforme Souza (1985, p. 1, 2), a administração rural nasce:

como um ramo da economia rural que auxilia na obtenção de informação e aplicação dos resultados. Essa visão ainda persiste em muitas instituições de ensino, pesquisa e extensão,

mas uma nova ótica tem sido dada à administração rural nesses últimos anos, embasada nas teorias de administração de empresas.

Para Hoffmann (1992, p. 2, 3), a administração rural é uma divisão da economia rural e tem duas funções distintas: organização e supervisão. Para ele, a administração rural é “o estudo que considera a organização e operação de uma empresa agrícola visando ao uso mais eficiente dos recursos para obter resultados compensadores e contínuos”.

Tanto a concepção de administração de empresa rural de Souza quanto a de Hoffmann, bem como o que se ensina e se aprende nas escolas, não respondem ou não atendem às necessidades específicas e diferenciadas de uma gestão, em uma área de reforma agrária. O que se tem ensinado e aprendido, de maneira geral, nas escolas sobre a administração rural, é direcionado para a administração de grande ou média empresa rural, onde o detentor dos meios de produção, e os frutos destes meios, são de uma única pessoa.

No caso dos assentamentos rurais de reforma agrária, além dos resultados econômicos que uma empresa almeja, há que se agregar outros componentes, como social, político, ambiental. Some-se a isso a forma pela qual os assentados devem fazer funcionar esta empresa num processo democrático, participativo. Parte dos problemas dos assentamentos Cachoeira Cercada e Vitória, discutidos no capítulo anterior, devem-se à adaptação parcial do modelo de gestão vigente, tradicional, clássico. Daí a necessidade de se **desconstruir** para se **reconstruir** a gestão e assentamentos de reforma agrária. Essa desconstrução/reconstrução tem vários pontos que necessitam de uma reflexão crítica, como forma de se buscar as soluções das dificuldades da gestão, dentro de uma práxis transformadora.

Primeiro, que um processo de reforma agrária tem dois momentos distintos, diferenciados, embora dialeticamente imbricados, ligados umbilicalmente: a) é o da luta pela posse e uso da terra de trabalho. É a luta pela conquista da terra, pela liberdade, para não ser mais oprimido; b) outro momento é o da luta pela manutenção da posse e uso da terra de trabalho. A questão agora é o desenvolvimento da produção. Logo, a organização para a produção é diferente da organização anterior, que era uma organização que tinha como objetivo a luta pela posse e uso da terra de trabalho. A organização de agora tem como objetivo desenvolver e gerar excedente econômico, conseguir o desenvolvimento social, a emancipação política, enfim, ser uma sociedade (comunidade) sustentável. Mas, para tanto, é preciso ter claro que estes dois momentos do processo de organização resultam distintos. O segundo momento, que é o objeto de nosso estudo, a gestão de um projeto assentamento em área de reforma agrária, deverá agir dentro de uma racionalidade tipicamente empresarial, com características adicionais e diferente da empresa padrão. Daí a necessidade de se desconstruir para se reconstruir na caminhada da emancipação o modelo de gestão/organização adequado às necessidades/especificidades de cada assentamento. E este modelo de gestão não é constante, mas, sim, dinâmico, é uma gestão de contexto, que deverá representar os assentados, a utopia, os desejos, os sonhos.

A gestão de um assentamento é um segredo de acordo com o tempo. [...]. E sobre a pergunta da gestão, né? Porque deu certo? Exatamente como os companheiros já falaram, era a ambição dos trabalhadores (Assentado de Vitória, entrevistado em 09/08/97).

Segundo, é uma concepção teórico-metodológica míope achar que os paradigmas clássicos da questão agrária, como por exemplo Lênin, Kautsky e Chayanov dão conta de explicar de *per se*, nestes tempos de globalização. Propor um padrão de desenvolvimento para a

agricultura brasileira dos assentamentos rurais tendo como âncora a unidade de produção familiar, isto é , sendo a agricultura familiar o modelo propulsor viabilizador econômico, social e político dos assentamentos rurais em áreas de reforma agrária, é um abortamento do assentamento como tal.

A forma pela qual a globalização provoca uma nova consciência de que todos habitam o planeta Terra **cria também desafios teóricos**. Além dos valores fundamentais do humanismo laico e religioso, científico e filosófico, a consciência de que o ecocosmo está sendo depauperado pela própria atividade de indivíduos, grupos, classes, governos, empresas e corporações, **essa consciência reaviva ideais humanísticos e defrontam-se com desafios teóricos**. (IANNI,1997, p. 27) (Grifos meus)

Ainda de acordo com Ianni (1997, p.38)

Ao globalizar-se, o mundo se pluraliza, multiplicando as suas diversidades, revelando-se caleidoscópio desconhecido, surpreendente. Ao lado das singularidades de cada lugar, província, país, região, ilha, arquipélago ou continente, colocam-se também as singularidades próprias da sociedade global. Por sobre a coleção de caleidoscópios locais, nacionais, regionais ou continentais, justapostos e estranhos, semelhantes e opostos, estende-se um vasto caleidoscópio universal, alterando e apagando, bem como revelando e acentuando cores e tonalidades, formas e sons, espaços e tempos desconhecidos em todo o mundo. Entrecruzam-se, fundem-se e antagonizam-se perspectivas, culturas, civilizações, modo de ser, agir, pensar, sentir e imaginar. **Tanto se apagam e recriam diversidades preexistentes como formam-se novas**. Ao mesmo tempo que expressa e deflagra processo de homogeneização, provoca diversidades, fragmentações, antagonismos (grifos meus).

Desta forma, os assentamentos em áreas de reforma agrária, a partir do perfil aqui traçado (modelo “novo” de criação de espaços e territórios, bem como de uma categoria social específica no campo brasileiro), devem ser (re)pensados, levando-se em consideração tanto os paradigmas clássicos da questão agrária, quanto os da globalização, da mundialização,

Terceiro, os técnicos, em geral, que trabalham com os assentados, têm uma formação escolar deficiente, teórica e prática: na primeira, ele adquire uma orientação para a administração rural nos moldes da escola americana, que é voltada para a empresa rural-padrão privada. Tal postura favorece o surgimento de carência dos elementos de microeconomia, necessárias ao novo modelo de gestão das áreas de reforma agrária. Isso em razão da importância, complexidade e especificidade que estas áreas apresentam. Assim sendo, é que se obriga à reconstrução/adaptação com base numa teoria crítica da formação escolar. Esse é o caminho que entendo ser possível à formação de técnicos capacitados a compreender, interpretar e trabalhar na perspectiva de uma empresa associativa, com características diferenciadas das atuais. Pelo exposto, a exigência se centra na construção da territorialidade dos assentamentos, na perspectiva de emancipação. Com relação à prática, os técnicos devem ter clareza do seu papel de extensionista rural, na perspectiva de uma capacitação constante e mútua, nos aspectos técnicos específicos, o que é fundamental para um processo de reforma agrária. É a partir da junção da teoria e da prática que se constrói o conhecimento, o saber, produção que é quotidiana, prática e teoria instrumentalizadores da libertação e emancipação dos assentados e técnicos. É como bem salientava o educador Paulo Freire (1988, p.58) a este respeito, ao estudar a reforma agrária do Chile:

Em última análise, a reforma agrária, como um processo global, não pode limitar-se à ação unilateral no domínio das técnicas de produção, de comercialização, etc., mas, pelo contrário, deve unir este esforço indispensável a outro igualmente imprescindível: o da transformação cultural, intencional, sistematizada, programada.

Neste sentido, o *asentamiento*, na reforma agrária chilena, **precisamente porque é uma unidade de produção [...]**, deve ser todo ele, uma unidade pedagógica, na acepção ampla do termo (grifos meus).

Vale ressaltar, a importância dos técnicos para os assentados, importância revelada pelo reconhecimento da necessidade da assistência técnica, quando 90% (noventa por cento) dos entrevistados de Vitória e 100% (cem por cento) dos de Cachoeira Cercada apontaram a ausência da assistência técnica como um dos problemas grave. Esta importância passa pelo apoio na resolução dos problemas, na consideração do técnico como um aliado na busca de soluções. O técnico é um sujeito histórico que, juntamente com o assentado, construirão um novo devir, um novo dia.

...primeiramente, acompanhamento técnico, que logo no começo nós tivemos,[...] era uma boa orientação e hoje a gente ficou só (Assentado de Vitória entrevistado em 07/08/97).

...o que tá faltando para essa organização correr pra valer é um técnico aqui dentro, porque estamos só nós, eu digo, pequeno porque quero dizer, mas está boa. Agora pra pegar mais carreira, **falta um técnico que não falte [...]**. Eles não estão pra ajudar nós a executar a terra, porque com os braços deles nós não fazemos nada, mas com a cabeça deles nós fazemos tanta coisa, porque tem a tecnologia deles, eles têm o saber deles (Assentado de Cachoeira Cercada entrevistado em 07/08/97) (grifos meus).

Quarto: a atividade de elaboração dos projetos para as áreas de reforma agrária precisa ser repensada, pois, a se continuar a elaborar projetos dentro de uma lógica estritamente bancária, ou seja, de uma visão de que havendo capacidade de pagamento, ou viabilidade econômica/financeira, isso basta; e a se continuar a fazer estes projetos utilizando a tradicional e conhecida técnica simplista de levantamento de demanda, em que se falseia a realidade e a necessidade do assentado, tendo em vista o caráter mecanicista da elaboração do projeto, não alcançará o assentamento/assentado a sua sustentabilidade, a longo prazo, econômica, social, ambiental e política. Vejamos a fala do nosso sujeito da investigação, acerca dos projetos elaborados:

Um dos problemas que tem afligidos os trabalhadores dos assentamentos é de que , por exemplo, se entra um projeto para os assentados, uma das coisas que a gente achou que não produziu bastante para efeito de seus projetos nos assentamentos foi nas compras de gado. Muitos gados foram comprados pelo projeto, foram gados trazidos de Minas e que não se deu na nossa região sertão (Secretário de Política agrícola do STR de Canindé, e posseiro em área de conflito, entrevistado em 06/08/97).

Portanto, é preciso se refletir sobre os modelos de projetos, as metodologias empregadas, para que o resultado do projeto seja o desejo do assentado, seja o retrato do assentamento. Isso requer que o projeto que esteja sendo elaborado (PROCERA/FNE ou qualquer outro) deverá estar contido dentro de uma proposta maior que percebe o assentamento como um sistema, que tem, além da sustentabilidade econômica, a sustentabilidade social, política e ambiental. Ou seja, cada projeto elaborado deverá, obrigatoriamente, seguir a um plano de desenvolvimento, que terá que contemplar o assentamento como unidade a longo prazo, não podendo, portanto, ir de encontro a este plano. Claro está que, o plano de desenvolvimento do assentamento não é estático,

muito pelo contrário, deverá estar constantemente sendo atualizado para atender às necessidades do assentamento, em cada estágio de seu desenvolvimento, de sua evolução. Bem assim, a abordagem metodológica utilizada deverá ser a participativa, democracia interna, respeitando as diferenças, pois os donos do assentamento são os assentados, e os assentados devem ter pleno conhecimento dos planos, dos projetos. Afinal este é o instrumento da gestão. E todo e qualquer instrumento, para ser bem utilizado, manuseado, precisa ser conhecido, e muito, para que seja executado com eficiência e eficácia, além do que, possibilitará um aperfeiçoamento e melhoramento da ferramenta da gestão: plano, projeto.

Chamo atenção para o fato de que os planos de desenvolvimentos e os projetos são modelos de intervenção, constituem estratégias que se traça para a emancipação do assentado, para liberdade dele e nossa. Isso faz com que estes instrumentos sejam avaliados, melhorados e aperfeiçoados. Daí ser preciso que se tenha no mínimo os seguintes indicadores de avaliação, antes, durante e após a elaboração/implementação dos planos e projetos:

- Indicadores ambientais — degradação do solo, desflorestamento, índice de uso do solo, produção e produtividade, estado de fertilidade do solo, eficiência produtiva e energética (consumo/produção), uso de insumos externos, uso de insumos internos, práticas de conservação/manejo de solo, fontes e formas de posse e uso dos recursos hídricos;
- Indicadores econômico/financeiros — relação benefícios/custos, taxa interna de retorno, valor líquido atualizado, custo da mão-de-obra e distribuição, depreciação e necessidade de reposição da infra-estrutura; recursos

financeiros *versus* retorno econômico e social (alimentos, fibras, medicamentos, etc)

- Indicadores sociais — distribuição dos benefícios, nível de solidariedade e organização social, consumo alimentar, ocupação da mão-de-obra e distribuição no assentamento, custo da assistência técnica, participação da mulher, dos jovens e velhos nas atividades produtivas do assentamento, lazer/divertimento, resgate da cultura local; indicadores de : educação, capacitação (para o processo produtivo), saúde, habitação e saneamento, êxodo rural;
- Indicadores políticos — consciência de classe, da importância dele como sujeito histórico na construção da sociedade, solidariedade com os movimentos sociais do campo e da cidade, participação efetiva nas organizações da categoria, compreensão de poder.

Quinto: um dos sistemas mais populares da escolha, entre as opções da forma de uso e posse da terra, bem como dos demais meios de produção num assentamento se coletivo e/ou individual⁶⁹, se dá através da votação⁷⁰. É um processo democrático que, no caso dos assentamentos em áreas de reforma agrária, é muito utilizado, tendo os

⁶⁹ Meu interesse neste item não é uma discussão teórico-metodológica dos termos, mas apontar que os técnicos e os assentados, ao se utilizar em trabalhos de campo, precisam ter a definição do que representam coletivo e individual, e, principalmente, destas práticas da sustentabilidade, qual é a considerada como a principal e como se articula com a secundária.

⁷⁰ De acordo com Frohlich e Oppenheimer (1978), o problema da escolha através do sistema de votação é estudado desde o século XVIII, quando Condorcet, Borda, Dodson, Black e Arrow começam a estudar os resultados políticos numa democracia, chamando do paradoxo do voto ou problema cíclico das maiorias, “o que algumas vezes (pode ser) inadequado como meio de produzir escolhas não arbitrarias pelo grupo, contrárias às preferências individuais” (p. 27). Arrow propõe cinco condições para se avaliar como razoável o processo democrático do voto a escolha do grupo se coletivo ou individual: “1. Ausência de restrições às preferências individuais; 2. Coerência ou associação positiva; 3. Independência das alternativas irrelevantes; 4. Soberania popular; 5. Inexistência da ditadura”.

assentados optado pelo modelo em que se combinam, de maneira articulada o coletivo e o individual. No entanto, tal modelo, por não ser discutido suficientemente e explicitado o seu funcionamento no cotidiano dos assentamentos vê-se minimizada a sua importância como coletivo e individual. Tais problemas decorrem da necessidade de se:

a) definir com clareza o que são os bens coletivos e bens privados, bem como ter consciência de que os coletivos são indivisíveis e que têm como objetivo atender às necessidades comuns daquele assentamento. Isso é, deve fornecer benefícios para os membros da empresa associativa. Precisa-se, também, ter clareza de que o coletivo, sozinho, não possibilita ações coletivas efetivas, pois devem associar-se a ele outros incentivos para motivar os assentados. Esses incentivos são seletivos, excludentes e têm um preço;

b) fazer uma articulação harmônica entre o individual e o coletivo, para que estas formas não sejam vistas como antagônicas, uma vez que se completam num modelo de gestão empresarial associativa do assentamento;

c) fazer opções éticas, democráticas e fraternas nas discussões,

respeitando as individualidades, as idéias do individual e do coletivo.

Vejamos a necessidade da (des)construção e (re)construção dos conceitos de coletivo e individual, a partir da fala de alguns assentados:

Um dos pontos que nós sentimos mesmo, não podendo se evitar dele, é o individual. O individualismo, nós sentimos como uma doença e colocamos como um vício, de certa forma importante, pensar “isso é meu”, isso “não é meu”, é nosso, não sou só eu, somos nós. [...]. Então ter que ter uma

compreensão para que isso não é meu, é nosso. **Pode ser isso um passo para isso não dar certo.** As pessoas querem mais o individual, não compreendem o que é socialismo, um coletivo, o que faz parte, não sou, somos, isso pode se dá de dois processo: pode dar bem, pode não dar bem, e aí é uma observação que se tem aonde é assentado, aonde a gente conhece que alguma coisa se dar por conta desse individualismo (Assentado de Pedra e Secretário Sindical de Canindé, entrevistado em 05/07/97).

Isso fez com que o coletivo caísse, o senhor sabe que a força do assentamento seria o coletivo, porque o individual cada um é dono, pode vender, pode usar como quiser, agora o coletivo era pra ser explicado tanto na hora de vender, quanto na hora de comprar (Assentado de Vitória, entrevistado em 07/08/97).

Fica claro, nos dois assentamentos, a necessidade da (re)construção dos termos coletivo e individual, bem com da sua relação orgânica. De acordo, com a pesquisa de campo, os assentados compreendem o trabalho individual como sendo: produto dele (50%), representa liberdade (35%), trabalho para viver/representa o assentado (24%).

Com relação ao trabalho coletivo, significa que é a união de todos (50%), organização (35%), representa a comunidade (21%), projeto/crédito, falta liberdade e é importante (9%). Da compreensão sobre o que é coletivo e individual para o assentado, percebo que estes termos se confrontam, quando deveria não haver, pois estes trabalhos se completam, um necessita do outro; ambos representam e significam o assentado / assentamento, organização, liberdade...

Sexto: a gestão dos assentamentos deve ser numa perspectiva empresarial. Não se concebe ter uma propriedade rural, que têm um ônus para a sociedade como um todo, e se pensar esta como uma organização sem fins lucrativos. Isso nos remete a (re)pensar os conceitos de empresa

associativa rural, levando em consideração o caráter dos assentamentos rurais, incorporando as seguintes especificidades:

a) participação dos assentados, democracia interna, pois os donos da empresa são os empregados, no caso os assentados;

b) os assentamentos são resultantes da contradição de uma política de Estado, do capital e dos movimentos sociais, carregando consigo uma variável complexa;

c) os assentados representam nova categoria social do campo brasileiro, logo necessitam de que os modelos tradicionais sejam adaptados a sua realidade;

d) o assentamento, como categoria nova, precisa incorporar ao seu estudo o instrumental de análise geográfica lugar/espço/território;

e) o assentamento é uma unidade social, que exige que os resultados da eficiência econômica sejam traduzidos em melhoria da qualidade de vida dos assentados e de suas famílias, como ocupação da mão-de-obra em tempo integral, problemas relativos a saúde, lazer, cultura, educação, religiosidade;

f) é uma unidade jurídica que tem estatuto, regimento, normas que estabelecem os direitos, os deveres, as obrigações; em cada lugar, espaço, território, comunidade, o assentamento deve ter o seu retrato específico, para atender as suas necessidades que muitas vezes entrarão em choque por terem sido elaboradas pelo dono dos meios de produção (o assentado). Deve respeitar e cumprir, o que, algumas vezes, será amargo;

g) a divisão dos rendimentos, a participação nos lucros é socializada de acordo com o que está previsto nas leis do assentamento;

h) deve ter sustentabilidade ambiental, ou seja, uma relação harmônica assentado — natureza, que consiste em se ter um sistema de produção agrícola e pecuária adaptado a cada região, de acordo com seu potencial, recursos financeiros, tecnológicos e humanos, mantendo a produção por longo período.

Isso posto, passo a ser obrigado a (re)conceituar o instrumental teórico **gestão**⁷¹ para que se adeque ao assentamento como unidade de produção associativa. Isso se faz necessário porque tanto a gestão quanto a empresa foram pensadas e construídas historicamente sobre uma base epistemológica mecanicista, que não atende às novas categorias do campo brasileiro assentado/assentamento. A gestão de agora é de orientação, de sujeito para sujeito, entre iguais, num processo de aprendizagem. Com isso, os elementos desta gestão (planejamento, organização, direção e controle) devem funcionar adequando-se à realidade de cada assentamento, de cada lugar, de cada comunidade.

O novo significa que está transitando uma mudança; representa um processo de germinação de novos valores, novas simbologias, (Bergamasco e Ferrante; In: Guanziroli, et al. org. 1994), implica a construção de um novo modelo de gestão empresarial associativa que atenda as especificidades deste novo sujeito histórico do campo brasileiro. Este novo sujeito precisa saber que o assentamento é uma unidade de produção econômica, que precisa ser eficiente e eficaz do ponto de vista econômico, social, político e ambiental. Para tanto, deverá esta gestão ter os seguintes elementos, que são os básicos: PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO, DIREÇÃO E CONTROLE⁷². Estes

⁷¹ O tema gestão é discutido, também, por Moisés e seu sogro Jethro no Êxodo 18, versículo 13 - 27. Jethro sugere a Moisés os elementos que uma gestão deve ter: planejar, organizar, dirigir e controlar.

⁷² Rodolfo Hoffmann et al: Administração da Empresa Agrícola; 1978; A administração rural tem duas funções distintas: organização, coordenação e supervisão (p. 2). Já David R. Hampton; Administração Processo Administrativos; 1990; Os processos básicos da administração são: planejamento, organização, liderança e controle.

elementos ocorrem concomitantemente para que a gestão tenha êxito, bem como todos são importantes, têm função específica e são dinâmicos. Os três primeiros ocorrem com maior freqüência em uma área de assentamento, embora de maneira às vezes, improvisada “**gestão da hora**”, de maneira frágil, sem um planejamento prévio, elaborado, sem um bom sistema de registro, a organização não atende ao planejado; conseqüentemente dela resulta uma “**gestão reflexa ou uma gestão perambulante**”(Lorino,1992, p.16). Apesar de ter todos estes problemas para implementar uma gestão e os assentamentos, o controle é o mais carente; pois, na grande maioria, não é feito e pouquíssimos são os assentamentos que têm o controle bem feito, e organizado. Parece-me que os outros três elementos perceberam um processo maior de investigação, de estudo crítico, de propostas opcionais, sendo, inclusive, mais valorizados, também, pelos assentados.

Neste sentido, creio, precisa-se discutir criticamente os mecanismos de controle dos assentamentos, por ser esta uma atividade que tem duas subdivisões que são os controles contábeis e os não contábeis. Precisa-se ter em conta o fato de que, nesta atividade, controlar ocorrem também três questões fundamentais: o que controlar? Como controlar? Quando e por que controlar? Ao ter respostas para estas questões, o controle não contábil poderá ser feito por assentados ou por

técnicos (não contador), pois o controle contábil é inerente aos contadores.

O contador, por sua vez, utiliza os instrumentos universais da contabilidade tradicional, tipo dupla partida, “registra apenas fenômenos monetários e empobrece o real excluindo todos os dados não financeiros” (Lorino,1992, p.127), dificultando o seu entendimento para os assentados, e principalmente, mecanismos que não atendem às necessidades da

empresa associativa assentamento, porque, além da eficiência e eficácia econômica, há os componentes sociais e ambientais. Por isso, entendo que é necessário se ter um controle criativo, tanto contábil, quanto não contábil.

mensurando apenas aquelas características do desempenho, medidas na prática contábil tradicional, os controles administrativos podem criar uma ilusão de bem-estar. Esta ilusão pode ser especialmente perigosa porque as práticas que fazem com que os números sejam registrados em níveis satisfatórios, podem refletir danos reais, porém desconsiderados a verdadeira capacidade de a organização humana apresentar desempenho (Hampton,1940, p.470).

O perfil que defendemos para o assentamento como unidade de produção, como uma empresa associativa que, ao mesmo tempo, visa ao lucro, tem também objetivos sociais, ambientais, ratifica a importância dos controles, da contabilidade⁷³, e isso faz-me lembrar Marx, 1988,V. III, livro Seg. p.93) quando diz:

A contabilidade como controle e síntese ideal do processo torna-se tanto mais necessário quanto mais o processo transcorre em escala social e perde o seu caráter puramente individual; é, portanto mais necessária na produção capitalista do que na produção dispersa do empreendimento artesã e camponês, mais necessária na produção comunitária do que na capitalista. Mas os custos da contabilidade se reduzem com a concentração da produção e quanto mais se transforma em contabilidade social.

⁷³ Acerca do controle na unidade de produção familiar, a pesquisa revelou que, tanto o controle contábil, quanto o não contábil, cem por cento não a utilizam; logo, não dispõem de mecanismos para um processo de avaliação, usando como instrumento de medição o empirismo: se aumenta ganho; na prática; difícil saber; pensa que ganha; é o inverno quem diz; se anotar migra.; se não morre ganho etc.

No diálogo com os assentados, fica, em cada fragmento de suas falas, evidenciada a compreensão que eles têm, como assentado, do tema gestão:

É uma das coisas que pode causar problemas para esses assentamentos (referido-se aos assentamentos Vitória e Cachoeira Cercada) e até para outros assentamentos, que as vezes causam um pouco de prejuízo para os assentados é essa questão da gestão. Tem uma direção que assume uma gestão por 2 ou 3 anos, por acaso, aí, se não dá certo, aquela pessoa não sabe fazer um trabalho organizativo, fazer aplicação dos projetos dos assentados para aplicar no seu assentamento, isso também traz um desastre, não um desastre, mas um grande atraso para os assentamentos. Muitas vezes os trabalhadores deixam que é a diretoria da associação que articula, que busca, vai lá e trás, mas a gente vê que isso pode trazer problemas, quando não é bastante participativo, porque falta um e os outros porque não estão participando do projeto, como está o restante todinho dos projetos do seu assentamento? Então, a gente está vendo como fazer um trabalho de esclarecimento com os trabalhadores para que este seja um trabalho de todos. Realmente tem que ter uma coordenação, que haja um repasse e que todos fiquem bem informados e até se possível capacitados para que no momento da falta de um, se um não está assumindo, então fulano vai assumir (Secretário de Política Agrícola do STR de Canindé e posseiro de área de conflito no município, entrevistado em 05/09/97).

Para uma boa administração é preciso puxar a cabeça mais pra um lugar, fazer mais reunião com seus membros e **criar outro tipo de organização** para a sociedade dizer lá fora que os meninos de Cachoeira Cercada pegaram outro embalo, agora este embalo é conversando com todos lá dentro e já está aqui na cidade contando a situação deles como é que passam o dia a dia, mas eles estão levando tudo de braço erguido e

lutando mesmo, fazendo as coisas (Assentado de Cachoeira, entrevistado em 06/09/97).(Grifos meus)

Sétimo: um processo de reforma agrária (mesmo no caso brasileiro) em que se efetiva de forma acanhada, tímida, é impossível não se pensar, concomitantemente, reforma agrária, agricultura e meio ambiente. Porém, o que se tem constatado é uma minimização do problema ambiental, a tal ponto que mesmo os organismos internacionais, como é o caso da FAO, que apresenta em relatório (coordenado por Guanzioli et al, 1994), não pensou sequer em analisar os impactos dos assentamentos sobre o meio ambiente (Dulley & Carvalho; In:Guanzioli et al, 1994).

Para que não ocorra esta irrelevância, em relação ao contexto ambiental, é fundamental que todo e qualquer plano de desenvolvimento para os assentamentos tenha no seu conteúdo um EIA-RIMA, por mais simples que seja, a fim de se ter parâmetros para fazer uma avaliação dos impactos ambientais que as atividades agrícolas e pecuárias trarão. Para tanto, é necessário, de acordo com Dulley e Carvalho (1994, 147,148), sejam respeitados os quatro aspectos fundamentais do planejamento ambiental, a saber:

A — Macrozoneamento ou ordenamento territorial, que aplicado à reforma agrária, volta-se à questão da escolha da área para o assentamento de acordo com a sua aptidão, para a atividade, que os beneficiários planejam e têm condições técnicas e financeiras para desenvolver.

B — A tecnologia não é encarada na perspectiva da produtividade, mas privilegiada em função do seu impacto em termos da quantidade e qualidade do emprego gerado, da viabilidade financeira.

C — Análise de impacto da atividade produtiva, como vem sendo desenvolvida pelos beneficiários. Este segmento carece de informações [...] É necessário analisar se os assentamentos respeitam as áreas de reserva, se realizam uma extração não predatória do patrimônio natural, animal e vegetal, se desenvolvem práticas agrícolas conservacionistas — plantio em nível, terraços, diversificação de culturas, quebra-ventos etc — e se outras atividades são consideradas como opções de produção.

D — Educação ambiental — O modelo tecnológico predominante traz uma conjugação de valores que não inclui a preocupação com a preservação dos recursos naturais. Além disto, se o beneficiário se vê diante de um meio natural, com o qual manteve experiência de vida, e/ou não pode usufruir de conhecimentos tradicionais acumulados por gerações o papel educativo do extensionista e dos planejadores, assim como do ensino formal para seus filhos, é fundamental na viabilização de uma estratégia de ocupação, que seja ambientalmente adequada.

Ainda de acordo com estes autores, “há evidências de que os projetos de Reforma Agrária no Brasil não obedecem a nenhum dos quatro pilares da metodologia de planejamento ambiental” — citados anteriormente (p.151). Esse descaso, também, é verificado na população assentada, uma vez que esta demonstra certa preocupação com: erosão e a área de reserva (59%), recursos hídricos e curva de nível (43 %), não se preocupa com nada (9%) e em não fazer queimada (5%).

Aprofundando mais a discussão sobre a questão ambiental, para a preparação dos roçados, limpeza e colheita, cem por cento dos assentados responderam que adotam os métodos tradicionais, e que têm sido passados de geração a geração: broca, encoivamento, aceiro, queimada, destocamento (80%). Com relação a limpeza dos roçados: a enxada é o instrumento usado por 100% dos assentados, por sua vez, nenhum assentado utiliza o herbicida, já o cultivador é usado somente pelos assentados de Vitória (76%). Quanto a colheita é realizada cem por cento de maneira manual.

Na pesquisa da FAO, coordenada por Guanzioli (1994), que trata a questão ambiental de maneira irrelevante, a proposta de reforma agrária do Brasil e os projetos de desenvolvimento elaborados estão a exigir um repensamento do conceito de reforma agrária, de modo que esse conceito seja articulado com o ambiente⁷⁴, em especial se levando em conta o fato de que todo e qualquer processo produtivo no assentamento depende de uma relação harmônica do assentado com a natureza; e, pensando desta forma, há que se rebater o desenvolvimento sustentável.

⁷⁴ O critério atual de indenização para os imóveis rurais que forem desapropriados estabelece que os imóveis desmatados, desflorestados, têm um maior valor, pois significa que ao solo foi incorporado valor. Isso significa que para os proprietários rurais é melhor que as suas terras sejam desapropriadas sem nenhuma vegetação, uma vez que desta forma elas se tornam mais valorizadas. Com isso, o proprietário ganha duas vezes, vendendo a madeira e com a elevação dos preços de suas terras. A sociedade perde duas vezes: quando paga mais caro pela preço das terras e quando sofre com os problemas ambientais decorrentes dos desmatamentos/ desflorestamentos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Quanto tempo
Duram as obras? Tanto tempo
Ainda não estão completadas.
Pois enquanto exigem trabalho
Não entram em decadência.*

*Convidando ao trabalho
Retribuindo a participação
Sua existência dura tanto quanto
Convidam e retribuem.*

*As úteis
Requerem gente
As artísticas
Têm lugar para a arte
As sábias
Requerem sabedoria
As duradouras
Estão sempre para ruir
As planejadas com grandezas
São incompletas.*

*Ainda imperfeitas
Como o muro que espera pela hera
(Ele foi incompleto
Há muito, antes de vir a hera, nu!)
Ainda pouco sólida
Como a máquina que é utilizada
Mas não satisfaz
Mas é promessa de uma melhor
Assim deve ser construída
A obra para durar
Como a máquina cheia de defeitos.
Bertold Brecht.*

Um projeto, um programa ou um plano de reforma agrária é uma atividade processual, é um trabalho inacabado que ultrapassa o acesso à terra e os projetos de assentamentos. Se assim fosse, à época do PNRA e do PRRA's, momento em que o Estado do Ceará em termos de metas atinge o maior percentual nacional (desapropriou 8,66% da área e assentou 6,38 das famílias previstas) estariam esses assentamentos, hoje, em uma situação de sucesso.

Entendo que a luta do trabalhador rural sem terra, que já ultrapassa cinco séculos, não é um problema apenas de acesso à terra ou ao crédito bancário: é uma luta para dividir o poder, compartilhar do poder. É uma luta por justiça social, política.

Trata-se de uma luta que começa com a imissão de posse, que marca o fim e o início de um novo tempo, geralmente festivo, dotado de dois significados. Para o Estado, o assentamento é uma forma de festejar a “distribuição” de terra, de quantificar metas atingidas, ao tempo que se constitui uma mediação entre o Estado e as lutas dos movimentos sociais. Para os trabalhadores rurais, que lutaram pelo uso e posse da terra de trabalho, é a celebração do início da caminhada de emancipação, de liberdade. Este momento mágico representa a história da vitória dos movimentos sociais. O problema, agora, está na travessia, para conseguirem ter uma comunidade sustentável. O problema, agora, é da caminhada no chão da noite (Martins, 1989), para, no raiar do dia, ser simplesmente um homem, que possa olhar para trás ao pôr-do-sol e ter esperança na vida, no dia vindouro para os filhos, netos. Esta é a dificuldade.

Os resultados deste estudo me permitem afirmar que, a luta de agora, dos assentados, para se afirmarem como sujeitos e produtores rurais, será, paradoxalmente, árdua e tentadora. O início é de festa, com a presença de governador, secretários de Estado, deputados estaduais e federais, prefeitos, vereadores, sindicalistas, em palanque e discursos.

A partir do momento histórico por mim analisado, tenho condições de afirmar que necessário se faz usar da criatividade e do espírito crítico dos assentados e técnicos para criar modelos de empresa associativa e gestão, em conformidade com a realidade de cada assentamento. Tenho observado nos assentamentos, o que existe é a cópia, inconseqüente, sem criatividade nenhuma, dos modelos de

associações e de regimentos, estatutos sem levar em consideração as especificidades, as diferenciações.

Para que se organize uma empresa associativa em uma área de reforma agrária não basta ter assentados, assentamento. É necessário que se criem mecanismos para atender, de maneira diferenciada, os movimentos sociais do campo. Assim sendo, percebo com maior clareza que a forma de gerir os assentamentos de reforma agrária, no semi-árido cearense, com vistas à emancipação econômica, social e política dos assentados/assentamentos, deve passar pela compreensão do assentamento como território, tendo como modelo a empresa associativa ou a cooperativa de produção e de serviços. As normas da administração rural devem ser adaptadas, a fim de atender à especificidade dos assentados/assentamentos, tais como:

a) uma política agrária e agrícola;

b) a assistência técnica, seja como um processo de capacitação/educação, de maneira constante, sistemática, direcionada à solução dos problemas da gestão no assentamento e à satisfação das necessidades dos assentados;

c) o processo de gestão é formado pelo planejamento, organização, direção e controle, elementos dialeticamente relacionados, apesar de suas funções serem diferenciadas, e fundamentais para a viabilização de uma gestão transformadora. Para que a gestão seja considerada eficiente e eficaz, são necessários o respeito à lógica do processo de gestão e o princípio elementar de articulação e de continuidade entre estes elementos. Uma boa gestão contempla não somente os aspectos da sustentabilidade econômica da empresa, mas, também, a sustentabilidade social, ambiental e política.

Ressalto o fato de que o aspecto ambiental dos assentamentos é na atualidade, o mais relegado, carecendo de um plano que permita ao assentamento/assentado ter uma sustentabilidade ambiental. Isto significa:

- utilizar a natureza de acordo com a sua capacidade/aptidão;
- atividades agrícolas e pecuárias devem ser distribuídas de acordo com as recomendações de uso da terra e de sua capacidade de renovação;
- e que sejam definidos para cada assentamento os indicadores de avaliação da sustentabilidade ambiental.

Em síntese, podemos dizer que o primeiro passo é o planejamento, — ato dinâmico, composto de diagnóstico, de planos estratégicos e de planos operativos. São planos decorrentes do planejamento — as ferramentas da gestão — que funciona como uma bússola a orientar e dar a forma de gerenciamento, sustentando o sistema de tomada de decisões. O segundo passo é a organização para a produção. Esta deverá atender aos planos, e não como normalmente tenho visto: primeiro, se cria a organização para depois adaptar os planos à organização. Isso é irracional, improdutivo. Não se cria primeiro uma organização, para, em seguida, se planejar o que ela faz. Faz-se o contrário. Esta organização tem que, no mínimo, atender a três pontos: ao processo produtivo, retratar o problema da espacialidade do assentamento (comunidades) e sua funcionalidade.

O terceiro passo é a direção para execução do que foi planejado — dos planos. Tem-se dois níveis de direção: associativo, que responde pelo projeto do ponto de vista macro, pela gestão do assentamento como unidade de produção e a direção executiva que é a responsável pela produção, ou seja, é quem trabalha com a agricultura e

pecuária. Não desconheço os problemas advindos de tal atividade, como a não compatibilização entre os papéis simultâneos de ser dono e empregado; a exigência nas transparências das informações e atitudes reivindicatórias dos diretores do nível associativo. Por último, o controle que deverá operar nos níveis associativo e executivo. Este último será formado pelos registros contábil e não contábil. Aqui se avalia a performance do assentamento, a sustentabilidade do assentamento social, econômica e ambiental.

Estes elementos da gestão funcionam simultaneamente, tendo uma interdependência orgânica. No caso dos assentamentos, o que verifico é que ocorrem alguns desses elementos, e, quando ocorrem, é o que eu chamo “gestão da hora”, considerando seu amadorismo e sua imaturidade.

Constato, também, que, nos assentamentos, na maioria absoluta, o que se tem é uma gestão do espaço e não uma gestão do território. É uma questão do espaço social porque os assentamentos são locais onde se realiza uma produção, boa ou ruim, com lucro ou não. Mas, se há produção, ocorrem troca, circulação e consumo de produtos, carregando consigo a história de uma luta pela posse e uso da terra.

Porém, os assentados ainda não realizam uma gestão do território, pois estes ainda não são os detentores do poder nos assentamentos. Os assentados, hoje, têm um poder simbólico, de aparência, porque, na prática, tudo passa pelo crivo do Estado, pela mediação do Estado; quem decide, em última instância, quem dá a última palavra é o Estado. Isso passa, inclusive, pelo título da terra, porque com a titulação alguns, arames farpados da sujeição seriam cortados, e seria iniciada a “destruição” do Estado aliciador. Isso porque, somente quando os assentados tiverem o poder de decidir quem manda e como manda,

com o título na mão do espaço rural assentamento, ai ocorrerá uma gestão do território.

Porém, o que tenho visto é que o Estado, por intermédio dos seus mecanismos, tem procurado cooptar os movimentos sociais no campo, no tocante à questão agrária e agrícola, quando propõe como forma de gerir os assentamentos os modelos tradicionais e arcaicos de associativismo sem fins lucrativos e estimula a idéia de a unidade econômica, assentamento, ser na unidade de produção familiar.

Claro que pode funcionar nestas condições. O problema é que, desta forma, o Brasil não resolverá as questões de miséria do assentado/assentamento; não resolverá o problema de sua dependência paternalista crônica ao Estado. Não resolverá o problema de seu desenvolvimento (in)sustentável. E um caminho tão importante quanto a busca da "*pax agrarie*" para os movimentos sociais é o padrão de desenvolvimento do capitalismo no campo, para "os novos" sujeitos do rural, resultante do confronto entre os movimentos sociais, capital e Estado. Neste sentido, entendo que a idéia da gestão empresarial associativa do território deve ser mais estudada, questionada, uma vez que esta pode ser um dos caminhos opcionais de sustentabilidade a médio e a longo prazo, e permitir que o assentado tenha, simultaneamente, uma relação familiar e patronal.

7. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**; São Paulo, Rio de Janeiro e Campinas; HUCITEC, ANPOCS E UNICAMP; 1992.

_____. **Eles chegaram lá o que fazer agora**. Revista Veja, ano 30, n. 16, 16 – 23 abril, 1997. P. 35.

_____. **Reforma Agrária a experiência do Ceará**. Curso : Reforma Agrária e Desenvolvimento. Universidade Aberta / Fundação Demócrito Rocha. Fascículo n.12, Fortaleza: S. d.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia** — as bases científicas da agricultura alternativa. Tradução de Patrícia Vaz. Rio de Janeiro: PTA /FASE, 1989.

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1987.

AMIN, Samir , VERGOPOULOS, Kostas. **A Questão Agrária e o Capitalismo**. Tradução de Beatriz Resende. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Lutas Camponesas no Nordeste**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **A Terra e o Homem no Nordeste**. 4. ed. São Paulo: Liv. Ed. Ciências Humanas, 1980.

ANDA, Gustavo Gordillo de. **Autogestion Campesina: Política Economica y Praticas Sociales**. [S. d.] (mimeo).

- ARGUMEDO, Manuel Alberto. **Apoio a Organização dos Trabalhadores Rurais**: uma proposta metodológica. Brasília, Fortaleza: CEPA-CE / IICA, 1987.
- BARREIRA, César. **Trilhas e Atalhos do Poder**: conflitos sociais no sertão. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.
- BARRACLOUGH, Solon, FERNÁNDEZ, José Antonio. **Diagnóstico de La Reforma Agrária Chilena**. [S.d.] (mimeo).
- BASTOS, Lília da Rocha et al. **Manual para a elaboração de projetos e relatórios de pesquisa, teses e dissertações**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1993 .
- BÍBLIA Sagrada: Êxodo 18, versículo 13 – 27. 46 ed. Tradução dos originais pelo Centro Bíblico Católico. São Paulo: “Ave Maria”, 1984.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil, 1989.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Pesquisa Participante**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. **Repensando a Pesquisa Participante**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BERGAMASCO, Sônia Maria, NORDER, Luiz Antonio Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BOFF, Leonardo. Ecologia: **Grito da terra, grito dos pobres**. São Paulo: Ática, 1995.

- BOSERUP, Ester. **Evolução Agrária e Pressão Demográfica**. Tradução de Oriwaldo Queda, João Carlos Duarte. São Paulo: HUCITEC, POLIS, 1987.
- BURSZTYN, Marcel. **O Poder dos Donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CALAZANS, Maria Julieta Costa. Questões Ambientais no Centro da Modernização Agroindustrial Brasileira; In: **Cadernos CEDES**, No. 29 , Educação Ambiental. Campinas: UNICAMP / Papyrus, 1993.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Lugar no / do Mundo**. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- CARUSO, Igor. **A Separação dos Amantes**.(Introdução - Definição do Problema). Tradução de João Silvério Trevisan. São Paulo: Diadorim / Cortez, 1989 .
- CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- CARNEIRO, Palmyos Paixão. **Iugoslávia: cooperativismo e autogestão**. Belo Horizonte: Veja, 1983.
- CASTRO, Guillermo Williamson. **Guia para Capacitadores em apoio à Organização de Pequenos Produtores Rurais**. Programa Nacional de Capacitação Técnica INCRA / PNUD / SUDENE. Recife:1992.
- CUNHA, Antonio Geraldo da et al. **Dicionário etimológico Nova fronteira da língua portuguesa**. 6^a impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994
- D'INCAO, Maria Conceição, GÉRARD, Roy. **Nós, Cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST - Formação e Territorialização**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

FROHLICH, Norman, OPPENHEIMER, Joe A. **Economia Política Moderna**. Tradução de Ana Maria Schiavenatto, Luís de Toledo Filho. Brasília: Editora da UNB, 1982.

FREIRE, Aldenor Nunes. **Eleições Estaduais 86** - Governador, Senadores, Deputados Federais e Estaduais. Fortaleza: [S.d.]

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **Educação e Mudança**. 18. ed. Tradução de Moacir Gadotti, Lilian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

GARCIA JR., Afrânio Raul. **O sul caminho do roçado**: estratégia de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero, 1989

_____. **Terra de Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GERMER, Claus. **A Irrelevância prática da agricultura “familiar” para o emprego agrícola**. Curitiba: 1996, (mimeo).

GERBOUIN, Pierre, REOLLE, Pascale. **Resultados del diagnóstico preliminar del sistema agrário y su utilización en la implantación del proyecto de desarrollo de San Dinisio en Nicaragua**. S. d. (mimeo).

- GITTINGER, J. Price. **Análisis económico de proyectos agrícolas**. Madrid: Editorial Tecnos, Instituto de Desarrollo Economico e Banco Internacional de Reconstruccion y Fomento, 1973.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Os sem-terra, ONG's e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização**. São Paulo: Cortez, 1997.
- GONI, Arturo Jordan, CASTRO, Guillermo Williamson. **Guia metodológico para elaboração de projetos em áreas de assentamento**. Programa de Capacitação Técnica INCRA / PNUD / SUDENE. Recife: 1990.
- GOLDENBERG, Mirian. (Coord.). **Ecologia, Ciência e Política**. Rio de Janeiro. Revan: 1992.
- GUANZIROLI, Carlos. (Org.). **Reforma agrária: produção, emprego e renda. O relatório da FAO em debate**. Rio de Janeiro: Vozes / IBASE / FAO, 1994.
- GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes / FASE, 1987.
- GORGEN, Frei Sérgio. (coord.). **Uma foice longe da terra**. Petrópolis: VOZES, 1991.
- _____, STÉDILLE, João Pedro.(org.). **Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária**. Petrópolis: Vozes, 1991.
- GRAZIANO NETO, Francisco.; **Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- HAMPTON, David R. **Administração: processos administrativos**. Tradução de André Olympio Mosselman Du Chenory Castro. Revisão Técnica Eunice Lakava Kwasnicka. São Paulo: McGraw-Hill, 1990.

HOFFMANN, Rodolfo, et al. **Administração da empresa agrícola**. 7. ed. São Paulo: Pioneira, 1992.

IANNI, Octavio. **O mundo agrário**. In: A era do globalismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

LARRABURE, Jaime Llosa. **La pequeña producción en una formación social capitalista**. [S.d.] (mimeo).

_____. **La autogestion en las empresas asociativas campesinas**. [S.d.] (mimeo).

LORINO, Philippe. **O economista e o administrador**: elementos de microeconomia para uma nova gestão. Tradução de Ronaldo Antonelli. São Paulo: Nobel, 1992.

LAMARCHE, Hughes. (Coord.). **A agricultura familiar**: comparação internacional. Tradução de Angela Maria Naoko Tijiwa. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

LEITE, Sérgio Pereira. **A face econômica da reforma agrária**: Estado e assentamentos rurais em São Paulo na década de 80. Projeto de Pesquisa; Rio de Janeiro: UFRRJ / CPDA, 1989.(mimeo).

KARL, Marx. **O capital**. Tradução de Régis Barbosa, Flávio R. Kothe. 3. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1988. V. I e III.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Maria Helena Barreira Alves. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____, ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã (I - Feuerbach)**. Tradução de José Carlos Bruni, Marcos Aurélio Nogueira. 6. ed. São Paulo: HUCITEC, 1987.

- MAOS, Jacob. **O planejamento físico e organização espacial na colonização de terras**. Tradução Armando Sanford Lima. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1978.
- MARTINS, José de Souza. (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- _____. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1983.
- _____. **A reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”**. São Paulo: HUCITEC, 1986.
- _____. **Caminhada no chão da noite**. São Paulo: HUCITEC, 1989.
- _____. **O poder do atraso**. São Paulo: HUCITEC, 1994
- _____. **Expropriação e violência : a questão política no campo**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1991.
- MARTINS, Mônica Dias. **Os desafios da cooperação nos assentamentos de reforma agrária do Ceará**. Fortaleza: BNB / ANCA, 1994.
- MARQUES, Nilson. **A luta de classes na questão fundiária : posse x propriedade**. Instituto de Apoio Jurídico Popular / FASE, 1987.
- MENDEZ, Maria Julia, TINOCO, Jesus Enrique. **Guia para gestão em áreas reformadas**. Programa de Capacitação Técnica INCRA / PNUD / SUDENE. Recife: 1990.
- MEDEIROS, Leonilde (Org.) **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista e Prisma, 1994.

- MOURA, Margarida Maria. **Os deserdados da terra** : a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- MOLLINEDO, Sergio. **Metodologia para la promocion y desarrollo de empresas asociativas de producion agropecuaria**. In:“ Seminario para Ejecutivos del Sector Público Agropecuario, del 31 de agosto al 4 de septiembre de 1981, (mimeo).
- MORCIA, Hector. **Administración de empresas asociativas de producción agropecuária**. IICA. San José, Costa Rica: 1979. (mimeo).
- OLIVEIRA, Arioaldo de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.
- PAULA, Luiz Antonio Maciel de. Análise da utilização do autodiagnóstico em áreas de reforma agrária: o caso do assentamento estadual Vitória-Ce. In: **Anais** do 35^a. Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Natal, 1997.
- _____. O autodiagnóstico em assentamentos de reforma agrária: investigação e construção de uma ação transformadora. In: **Anais** do 35^a. Congresso de Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Natal, 1997.
- PHILIPPE, Adant. **Formação dos pequenos e médios produtores para a gerência de empresas agrícolas**. Tradução de Peri Reis. Brasília: Embrater, 1987.
- PINARE, Angel Gabriel Vivallo, FUENTES, César Osvaldo Williams. **Pequenos Agricultores**. Brasília; EMBRAPA / CPATSA / SEPLANTEC / CAR; Departamento de Difusão de Tecnologia, 1987. V. 1, 4 e 5.

PRESSBURGER, Miguel. **A propriedade da terra na constituição**. Rio de Janeiro: Apoio Jurídico Popular / FASE, 1986.

_____. **Questionando a justiça agrária**. Rio de Janeiro: Apoio Jurídico Popular / FASE, 1986.

QUEIRÓS, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do contestado**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1981.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

ROBERTS, Wess. **Segredos de liderança de Átila, o Huno**. Tradução de arlindo Piva. São Paulo: Best Seller, 1989.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1993

_____. **Criação de Cooperativas faz 5 anos**. Revista Sem Terra, ano 1, n.º 1, jul – set, 1997, p.25.

SANDOVAL, Leopoldo. **Formas de organizacioan de los pequenos produtores**. Série proposições, resultados e recomendações de eventos técnicos, No. 246. Brasília: IICA, 1982, (mimeo).

SAUER, Sérgio. **Inserção e prática pastoral das Igrejas: acampamentos e assentamentos desafios para a CPT**. Cadernos de estudos no. 6, CPT. São Paulo: Loyola, 1993.

SETUBAL, Aglair Alencar. **Re-Pensar para quê?** São Paulo: PUC, 1993, (mimeo).

- SOUZA, Maria Adélia A de et al (Org.). **Natureza e sociedade de hoje:** uma leitura geográfica - O novo mapa do mundo. São Paulo: HUCITEC / ANPUR, 1993.
- SOUZA, Ricardo de. **Moderna administração da empresa rural.** Minas Gerais: MEC, Escola Superior de Agricultura de Lavras, Departamento de Economia Rural, 1985, (mimeo).
- SPOSATI, Aldaíza de Oliveira;(Org.). **Renda mínima e crise mundial:** saída ou agravamento. São Paulo: Cortez, 1997.
- STÉDILE, João Pedro (Coord.). **A questão agrária hoje.** Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS, 1994.
- _____, GORGEN, Frei Sérgio. **A luta pela Terra no Brasil.** São Paulo: Página Aberta, 1993.
- THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação.** 4. ed. São Paulo: Cortez; 1988.
- TINOCO, Jesus Enrique. Atualização em gestão de assentamento. Programa de capacitação em apoio à reforma agrária INCRA/ PNUD, 1994.
- TRAGTENBERG, Maurício. **Administração, poder e ideologia.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 1989.
- VIOLA, Eduardo J. et al. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania:** desafios para as Ciências Sociais. São Paulo: Cortez,
- VEIGA, José Eli da. **O desenvolvimento agrícola :** uma visão histórica. São Paulo: EDUSP, HUCITEC, 1991.

DISSERTAÇÃO

AZEVEDO, Helena Selma. **Identidade resgatada ou nova identidade?**

Identidade e cotidianidade de famílias de áreas de assentamentos.
Fortaleza: UFC / Sociologia, 1992. (Dissertação de Mestrado).

BARQUETE, Paulo Roberto Fontes. **Assentamentos rurais em áreas de reforma agrária no Ceará: miséria ou prosperidade ? o caso Santana.** Fortaleza: UFC / Economia Rural, 1995. (Dissertação de Mestrado).

CASTRO JÚNIOR, José Lima. **Assentamentos coletivos, resistência e flagelamento no semi - árido cearense: o caso da fazenda Vitória.** Campina Grande: UFPb / Campus II, 1994. (Dissertação de Mestrado).

NASCIMENTO, Edna dos Anjos. **Terra liberta? :a luta pela desapropriação da Fazenda Monte Castelo – Quixadá - Ce.** Fortaleza: UFC / Sociologia, 1986.(Dissertação de Mestrado).

PAULA, Luís Antonio Maciel de. **Reforma agrária como estratégia de desenvolvimento.** Fortaleza: UFC / Economia Rural, 1991. (Dissertação de Mestrado).

RODRIGUES, Maria de Fátima Ferreira. **A terra camponesa como (re)criação :genealogia do lugar e da paisagem.** São Paulo: USP / Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, 1994. (Dissertação de Mestrado).

TEÓFILO FILHO, Francisco Edson. **Assentamentos da reforma agrária, agricultura familiar e exclusão social.** Fortaleza: UFC / Sociologia, 1995. (Dissertação de Mestrado).

DOCUMENTOS

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de, et al. Ante - projeto de assentamento da Fazenda Monte Castelo, Quixadá – Ce: Versão Preliminar. Fortaleza: CETREDE, 1986.

____. II Curso de Gestão em Áreas de Assentamento - Projeto de Assentamento Vitória. Fortaleza: INCRA/PNUD/SUDENE, 1989(mimeo).

____. Projeto Definitivo de Amparo ao PROCERA - Fazenda Vitória. Fortaleza: ITERCE,, 1989, (mimeo).

____. Assentamento Vitória - Projeto de Desenvolvimento Econômico e Social.(Proposta ao FNE/BNB).Fortaleza: IDACE, 1990, (mimeo).

LIVROS de Atas da Associação Comunitária dos Pequenos Produtores de Cachoeira Cercada. Livro no. 01, 5 nov. 1988. Livro no. 02, 22 jun. 1989 / 04 fev. 1991. Livro no. 03, 27 jun. 1992 / 06 jun. 1993.

LIVRO de Atas da Associação dos Assentados da Fazenda Vitória. 22 maio 1988 / 29 maio 1997.

CEARÁ. Governo Plano dos 100 dias. Estado do Ceará, Governo Tasso Jereissati, Secretária de Planejamento e Coordenação, IPLANCE; Fortaleza, 1987.

CEARÁ. Governador; 1995 - 1998 (Tasso Jereissati). Plano de desenvolvimento sustentável do Ceará - 1995 – 1998. Fortaleza: SEPLAN, 1995.

PROJETO ÁRIDAS. Nordeste: uma estratégia de desenvolvimento sustentável. Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento, 1995.

ITERCE. Relatório Técnico de Avaliação de Benfeitorias da Fazenda Mato Grosso. Fortaleza: setembro de 1987.

ITERCE. Relatório Técnico de Avaliação das Benfeitorias da Fazenda Bandeira Velha. Fortaleza: novembro de 1987.

IDACE / FUNCEME. Levantamento do potencial agrícola das terras do imóvel Vitória. Fortaleza: 1990.

IDACE. Abordagem participativa de elaboração de planos de assentamento e reassentamento rural. SEARA / IDACE. Fortaleza: março de 1997.

IDACE. Assentamento estadual Cachoeira Cercada - Plano de ação. SEARA / IDACE. Fortaleza: janeiro de 1997.

IDACE. Assentamento estadual Vitória - Plano de ação; SEARA / IDACE. Fortaleza: janeiro de 1997.

IPLANCE. O desempenho do setor agropecuário do Estado do Ceará. Fortaleza: 1996.

IPLANCE. Informações Básicas Municipais: Itatira. Fortaleza: 1993.

IPLANCE. Informações Básicas Municipais: Canindé. Fortaleza: 1993.

IPLANCE. Informações Básicas do Estado do Ceará. Fortaleza: 1994.

PROPOSTA de Programa Emergencial de Reforma Agrária. Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária / INCRA. Brasília: abril de 1993.

PROGRAMA Emergencial de Reforma Agrária 93/94. Ministério da Agricultura do Abastecimento e da Reforma Agrária / INCRA. Brasília: 1993.

CONTRIBUIÇÃO para uma política nacional de capacitação em apoio ao desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária (documento para discussão). Brasília: INCRA, 1994.

DIRETRIZES para o Programa Nacional de Reforma Agrária (Versão preliminar). Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma agrária / INCRA. Brasília, INCRA, 1995.

DIRETRIZES Operacionais para a implantação de Projetos de Assentamentos no Estado do Ceará. INCRA / S R - Ce; Fortaleza, agosto de 1993.

PROGRAMA de capacitação em apoio à implementação de projetos associativas de produtores rurais. Convênio BNB / PNUD; novembro, 1992.

PROPOSTA do programa de apoio a gestão de organizações de pequenos produtores rurais. MAARA / SDR / DENACOOOP / IICA, junho de 1993.

POLÍTICA de Assentamento. MIRAD / INCRA/ Diretoria de Assentamento. Brasília: 1987.

PLANO Nacional de Reforma Agrária. MIRAD / INCRA / DR. 02. Brasília: 1985.

PLANO Regional de Reforma Agrária do Ceará. MIRAD / INCRA. 1986.

PROGRAMA da Terra; Ministério da Agricultura e da Reforma Agrária / INCRA. Brasília: 1992.

4^o. CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS – Conclusões. CONTAG; Brasília, 25 a 30 de maio de 1985.

6º. CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS -
Comissão de Reforma Agrária e Meio Ambiente. [S. d.] (mimeo).

GRITO da Terra Brasil 1996. Valorização da agricultura familiar, reforma agrária e emprego. Pauta estadual de reivindicações (Versão preliminar). CUT / FETRAECE / STR's.; Fortaleza: 23/05/96.

ESTATUTO da Terra. Ministério da Agricultura / INCRA. Brasília.

AVALIAÇÃO Financeira de Projetos Comunitários. Programa de treinamento rural / SUDENE / PNUD / Banco Mundial. Recife: 1987.

REVISTA / JORNAL

REVISTAS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA (ABRA). Campinas, ano 16, n. 2 ago. 1986, ano 16 n. 3 dez. 1986 / mar. 1987; ano 17, n. 1 abr. / jul. 1987, ano 17, n. 3 dez. 1987 / mar. 1988; ano 18 n. 2 ago. / nov. 1988, ano 18 n.1 abr. / jul. 1988; ano 19 n. 2 ago. / nov. 1989; ano 19 n. 3 dez. 1989 / 1990; ano 20 n. 1 - 3 abr. / dez. 1990; V. 21 n.1 jan. / abr. 1991; V. 22 n. 1 jan. / abr. 1992; V. 23 n. 3 set. / dez. 1992; V. 23 n. 01 jan. / abr.1993; V. 1 n. 1 abr. 1993; V. 23 n. 2 mai. / ago. 1993; V. 23 n. 3 set. / dez. 1993; V. 25 n. 2 / 3 mai. / dez. 1995.

A LUTA continua – como se organizam os assentados. Cadernos de formação. São Paulo: MST., n. 10, 1986.

ELEMENTOS sobre a teoria da organização no campo. Cadernos de formação. MORAES, Clodomir Santos. 2 ed. São Paulo: MST, n. 11, 1986.

A COOPERAÇÃO agrícola nos assentamentos. Cadernos de formação. São Paulo, MST, n.20, 1993. Cooperativas de produção – questões práticas. 2^a ed. Caderno de formação. São Paulo: CONCRAB / MST, n.21, [S. d].

PERSPECTIVAS da cooperação agrícola nos assentamentos. Cadernos de cooperação agrícola. São Paulo: CONCRAB, n.4, 1995.

SISTEMA cooperativista dos assentados. Caderno de cooperação agrícola. São Paulo: CONCRAB, n. 5, 1997.

COOPERATIVA Agraria de Producción - Villa Hermosa. Fundo Caqui; Memoria 1973 – 1975. Huaral, Aucallama. Peru: n. 274, 1975.

UNIVERSIDADE Aberta. Curso de Reforma Agrária e Desenvolvimento. V.1 – 14. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, Jornal O Povo, [S. d.].

ADIADO Assentamento das 76 famílias de Itatira. O Povo. Fortaleza, 10 dez. 1987.

IDACE inicia assentamento de 76 famílias em Itatira. O Povo. Fortaleza, 20 dez. 1987.

ASSENTAMENTO de 76 famílias é feito em Itatira. O Povo. Fortaleza, 22 dez. 1987.

CRIADO quatro projetos de assentamento no interior. O Povo. Fortaleza, 22 dez. 1988.

40 MILHÕES para sistema agrário - são os trabalhadores rurais da Fazenda Vitória, em Canindé, que querem desenvolver agricultura. O Povo. Fortaleza, 11 nov.1990.

FESTA vai marcar o aniversário de um projeto de assentamento. Diário do Nordeste. Fortaleza, 10 nov, 1989.

ASSENTAMENTOS conseguem êxito no Ceará. Diário do Nordeste. Fortaleza, 26 – 30 ago. 1997.

8. ANEXOS

ANEXO nº 1

**DIAGRAMA DO FLUXO DE TRABALHO PARA CRIAÇÃO E
IMPLANTATAÇÃO DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS
DE REFORMA AGRÁRIA**

ANEXO nº 2

**SITEMATIZAÇÃO DE CRIAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E
IMPLEMENTAÇÃO DOS PROJETOS DE REFORMA
AGRÁRIA**

ANEXO nº 3

BOX 1

DESENVOLVIMENTO (IN)SUSTENTÁVEL

No final da década de 60, a degradação do meio ambiente começa a preocupar os países desenvolvidos. Por ocasião da XXIV Assembléia Geral da ONU, em Estocolmo, 1969, ficou resolvido a realização de uma Conferência Internacional sobre Meio Ambiente. Como consequência desta Assembléia, foram criados: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o Programa de Observação da Terra (Earthwatch) e a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD).

Foi uma comissão composta de representantes de 21 países membros da ONU (que trabalhou de 1983 a 1987) presidida pela Primeira Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtlan, produziu um documento, que ficou conhecido como “Relatório Brundtland” ou “Nosso Futuro comum”.

Este relatório é fundante da expressão “Desenvolvimento Sustentável”, sendo, a partir dele, que a denominação celebrou-se no meio científico e, posteriormente, popularizou-se. Para o “Relatório Nosso Futuro Comum” (1991, p. 46, 49), “Desenvolvimento Sustentável” é:

- “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às próprias necessidades”.
- “em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de que atenda às necessidades e aspirações humanas”.

Esta preocupação com a sustentabilidade, com a questão ecológica, com o meio ambiente do Planeta é uma decorrência do modelo de desenvolvimento capitalista, que necessita de novas bases para continuar a incrementar a taxa de acumulação, pois, a teoria desenvolvimentista dos anos 60 já não respondia ao momento presente, e o processo de globalização exigia “nova ordem internacional”. Como o discurso ambientalista estava em moda e a teoria desenvolvimentista já não respondia às necessidades que se apresentavam, o termo **sustentabilidade** que, até então, era de uso quase que exclusivo dos ecólogos, é apropriado.

Com isso, “sustentabilidade” dará sustentação às necessidades do crescimento econômico, que, até então, a teoria desenvolvimentista dos EUA da década de 60 havia viabilizado. Agora, a nova roupagem do desenvolvimento desigual na formação social capitalista significa **desenvolvimento sustentável, ecodesenvolvimento, capitalismo verde...**

Neste relatório, em que se fundamenta toda a lógica do discurso do desenvolvimento sustentável, encontram-se vários argumentos que escamoteiam a “crise” dos anos 70. Esses argumentos são os alicerces de toda a fundamentação teórica e da concepção da expressão desenvolvimento sustentável. Conforme Herculano (1992, p. 26), vejamos dois exemplos: primeiro são as causas apontadas do problema ambiental — uso de tecnologias degradantes/poluição; aumento demográfico; incremento e expansão da miséria; segundo, as soluções propostas — reorientação tecnológica e institucionalização de meios de fiscalização internacional; controle populacional para o Terceiro Mundo, política de ajustes e de ajuda financeira dos países ricos aos pobres.

Ou seja, há uma desvinculação de pobreza, degradação ambiental em relação ao modo de produção, com as relações sociais de produção. Pobreza e degradação ambiental são acidentes de percurso possíveis de contornar com e na ordem vigente.

Quanto às definições das palavras **desenvolvimento sustentável**, hoje existem dezenas, desde o ponto de vista dos ecologistas sociais ou eco-políticos até os eco-capitalistas. Tem-se as definições da ONU, FAO, PNUMA / WWF, CEPAL, enfim sobre a expressão existem controvérsias, que atendem a todos os matizes políticos, ideológicos, econômicos, culturais, religiosos.

Além disso, o problema ambiental, conforme Santos (1995, p. 296), é o problema mais transnacional:

“De todos os problemas enfrentados pelo sistema mundial, a degradação ambiental é talvez o mais intrinsecamente transnacional e, portanto, aquele que, consoante o modo como for enfrentado, tanto pode redundar num conflito global entre o Norte e o Sul, como pode ser a plataforma para o exercício de solidariedade transnacional e intergeracional [...]. As perspectivas não são, no entanto, animadoras. Por outro lado, o Norte não parece disposto a abandonar os seus hábitos poluidores do Sul, que são mais uma questão de necessidade que uma questão de opção [...]. Para além de muitas outras razões, e por absurdo que pareça, depois do colapso do comunismo, a capacidade de poluição é talvez a única ameaça credível com que os países do Sul podem confrontar os países do Norte e extrair deles algumas concessões”.

Seguindo a concepção da CMMAD, da Conferência Internacional sobre Impactos de Variações Climáticas e Desenvolvimento Sustentável (ICID) em Regiões Semi-Áridas, que aconteceu em Fortaleza, 1992, e da Conferência do Rio, em 1992, para o Nordeste do Brasil é elaborada “Uma Estratégia de Desenvolvimento Sustentável”— PROJETO ÁRIDAS. Para o “Áridas” (1995, p.33):

“... o desenvolvimento sustentável alcança crescente relevo, passando a integrar, como questão central, a pauta maior da política internacional, bem como contribuindo para consolidar, no espaço público mundial, forte consciência ecológica. [...].

Com efeito, em sua concepção original, o desenvolvimento sustentável tem como objetivo a conciliação do crescimento e da conservação da natureza.

Não se trata, portanto, de frear o crescimento. Trata-se de assegurar-lhe permanência, na medida em que esse objetivo se estriba numa visão intertemporal do progresso humano, com significado tanto pragmático como altruísta: o de assegurar às atuais e futuras gerações a base de recursos naturais necessária a seu bem-estar...”

Ainda de acordo com o Projeto Áridas, ter uma visão mais ampla de desenvolvimento sustentável não deve esgotar-se na dimensão geoambiental. Portanto,

“Argumenta-se que, ao mesmo passo em que o desenvolvimento é processo global, sua sustentabilidade também deve ser considerada globalmente, constituindo uma totalidade indissociável. E que, portanto, a sustentabilidade do desenvolvimento deve conter, além da geoambiental, ao menos outras três dimensões, que lhe são igualmente essenciais: a dimensão econômico-social, a científico-tecnológica e a institucional, todas elas consideradas dinamicamente, ou seja, em perspectiva intertemporal” (Projeto Áridas, 1995, p.34).

O projeto Áridas (p. 105 – 108) propõe seis Áreas Estratégicas, através das quais se viabilizará o desenvolvimento sustentável do Nordeste, a saber: 1) conservação da natureza e proteção ambiental; 2) ordenamento do espaço regional; 3) transformação produtiva e crescimento acelerado; 4) capacitação de recursos humanos e equidade; 5) avanço científico-tecnológico e inovação e ação política; 6) gestão e controle social. A área estratégica que contempla a questão agrária é o **Ordenamento do Espaço Regional**, que com o sub — programa prioritário — Reorganização do Meio Rural (p. 132):

“...é o rebatimento espacial, no campo, de toda a estratégia de desenvolvimento sustentável do Nordeste. Incorpora, explícita e deliberadamente, como essencial ao êxito da estratégia o **reordenamento do espaço rural. Espaço**

compreendido como o *locus* onde se operam as múltiplas relações entre sociedade e natureza, partes indissociadas de um mesmo e complexo sistema, em especial aqueles que envolvem o uso dos recursos naturais nas atividades diretamente produtivas”. (grifos meus).

Este sub – programa é composto por duas diretrizes: a primeira, ocupação demográfica e produtiva compatível com a capacidade de suporte dos recursos da terra e da água; a segunda — **reestruturação fundiária** — compreende a revisão dos módulos rurais básicos, a redistribuição de terras, o reforço da infra-estrutura econômica-social, a criação de opções para o reassentamento da população excedente e a descentralização executiva.

A reforma agrária é importante para a estratégia do Áridas, desde que:

“... os esforços do governo e da sociedade sejam orientados para resultados objetivos, procurando **conciliar os diversos interesses e baseando-se, na medida do possível**, em sistema de incentivo e desincentivo que motivem e orientem a iniciativa descentralizada dos diversos agentes sociais envolvidos, particularmente os candidatos a beneficiários.

Instrumentos como o crédito fundiário e o Fundo de Terras são importantes para uma reforma agrária efetiva, capaz de conciliar o papel de promoção do governo com a capacidade realizadora dos mecanismos de mercado” (Áridas, 1995, p. 133) (grifos meus).

Uma proposta de reforma agrária concebida nestes moldes é para amansar os trabalhadores rurais, é não ter uma compreensão de que a luta pela posse e uso da terra não é simplesmente pela posse da terra, é também uma luta política, de emancipação dos posseiros, sem terra, camponeses... Além de que não atenderá às necessidade deste conflito, pois o próprio documento reconhece como preocupante a situação social, e afirma:

“Os pobres do Nordeste agrário correspondem a 63% da pobreza rural do país e a 32% dos pobres brasileiros. Eles são 9% dos brasileiros mas recebem menos de 1% da renda familiar nacional” (p. 52).

A segunda área estratégica é a “Transformação Produtiva e Crescimento Acelerado” que é composto de três programas prioritários, sendo o programa “Modernização e Expansão Agropecuária” o que aborda o campo. Este programa tem quatro segmentos: 1. Relativo ao desenvolvimento da agricultura irrigada, com ênfase na região semi-árida; 2. Modernização da agropecuária de sequeiro; 3. A agricultura das regiões mais litorâneas, tradicionalmente dedicadas a monoculturas de exportação, e, 4. Contempla as áreas de fronteiras mais recentes.

Seguindo as orientações da CMMAD, ICID, Conferência do Rio e o Projeto Áridas, no Ceará, o Governo do Estado

Elabora seu plano de ação — Plano de Desenvolvimento Sustentável — para o período 1995 a 1998, que tem como objetivo principal:

“... melhorar a qualidade de vida de todos os cearenses. O crescimento econômico será buscado concomitantemente com a melhoria na distribuição de renda, procurando a adaptação tecnológica que maximize a criação de empregos sem prejuízos da sustentabilidade dos empreendimentos (p. 35).

Ainda de acordo com o plano do “Governo Avançando nas Mudanças”, com relação à reforma agrária e assentamento, é feita menção no item 10. “Programa Estruturante na Área de Reordenamento do Espaço”, sub item 10.2 Organização Fundiária”, que tem como finalidade:

“definir e executar a política agrária do Ceará, com vistas a democratizar a posse e otimizar o uso da terra, através de um conjunto de ações voltadas a promover a reestruturação fundiária, fortalecendo e expandindo, em um enfoque de sustentabilidade, a agricultura familiar cooperada [...]

O programa deverá criar condições políticas, jurídicas institucionais para dinamizar o processo de reforma agrária através do estabelecimento de parceria com o INCRA, com os municípios, com organizações não governamentais e com instituições creditícias para a conclusão do processo no que se refere a redistribuição de terras, assistência técnica, educação, saúde, infra-estrutura, organização e capacitação gerencial dos produtores” (p. 54, 55).

A concepção de desenvolvimento sustentável como instrumento de planejamento e política para se chegar a uma melhoria da qualidade de vida da população, conforme os padrões dos países dito desenvolvidos, tendo como alicerce os atuais paradigmas, é praticamente impossível, uma vez que, a cada dia, fica insustentável.

Assim sendo, é preciso se pensar um outro conceito como por exemplo de “**sociedade sustentável**”. Este conceito apóia-se em Chambers, que defende a tese dos pobres serem sujeitos e não objeto do desenvolvimento, bem como natureza e desenvolvimento são meios não um fim em si. Neste sentido, Ter-se-á sociedades sustentáveis, ou seja, cada sociedade se estrutura em termos de sustentabilidade própria, conforme sua cultura, religião, história.

Para Altieri (1989, p. 207), o desenvolvimento sustentável com relação a agricultura e a pecuária,

“... tem agravado os problemas no campo, com o uso de ‘tecnologias ocidentais, desenvolvidas sob condições ecológicas e sócio econômicas específicas’, estão a implorar por uma agricultura sustentável, que tem como princípios os de um agroecossistema sustentável”.

Assim sendo, entendo o desenvolvimento como insustentável.

ANEXO nº 4

BOX 2

CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO

Normalmente, ao se falar do Município de Canindé, associamos logo a São Francisco, em virtude de ser esta cidade, um dos grandes santuários brasileiros de peregrinação de romeiros, de ser um espaço de fé do sertanejo, de religiosidade. E, realmente, quase tudo, na cidade gira em torno de São Francisco. Mas, o Município de Canindé tem outras coisas, que precisam ser conhecidas, como forma de se poder contextualizar os assentamentos em questão.

Canindé situa-se na Região Norte do Ceará, tem uma extensão de 2.883 km². O acesso da sede para Fortaleza é pela BR 020, com uma distância de 113 km. Tem uma população de 61.650 habitantes (1991), sendo que 31.627 estão na zona rural. A densidade demográfica é de 21,38 hab/km². Tem uma população economicamente ativa (PEA) de 24.039 (1990), estando o setor primário com 12.637 pessoas. Ocupa no *ranking* cearense a 49ª posição em renda interna, e com uma renda *per capita* de Us\$ 145 dólares, é 105º município do Estado.

O clima varia de 32° C a 24° C, com uma pluviometria média de 756,1mm. Tem como cobertura vegetal: a caatinga arbustiva densa (60%), matas secas (38%) e matas úmidas (2%). Encontram-se as seguintes classes de solo no Município: litólico, podzólico vermelho amarelo eutrófico e distrófico, bruno não cálcio e planossolo solódico. Estes solos tem um uso potencial para as seguintes culturas: feijão, milho, algodão, mandioca, caju e pecuária. A produtividade média destas lavouras, de acordo com o IBGE, no ano agrícola de 1992 foi de: algodão arbóreo 74 kg/ha, feijão 90 kg/ha, mandioca 6.000 kg/ha, mamona 151 kg/ha e o milho 252 kg/ha. Com relação aos projetos de irrigação, o Município tem uma área de 320 ha irrigados, sendo projetos governamentais, e deste total 240 ha são considerados como projetos de pequeno porte.

Com relação à estrutura fundiária usarei para interpretá-la as categorias de análise do IBGE e do INCRA, que me permitem constatar que:

- 1) de acordo com os dados do IBGE, 1985, que utiliza nas suas pesquisas **estabelecimento rural**, tem-se que **a)** no Município 5.587 estabelecimentos rurais, numa área de 240.609 ha sendo que, no intervalo de 0 > 10 ha, encontram-se 3.816 estabelecimentos, o que corresponde a 68,30%, ocupando uma área de 16.155 ha, equivalente a 6,71%, que representa uma área média de 4,23 ha. Já no intervalo acima de 1.000 ha tem-se que 42 estabelecimentos, o que corresponde a 0,75%, ocupam uma área de 99.934 ha, o que equivale a 41,53%, tendo estes estabelecimentos uma área média de 2.379,38 ha. **b)** já de acordo com a condição do produtor rural, constata-se que 1.689 produtores são proprietários, o que representa 30,23%, e que eles detêm a propriedade privada de 207.881 ha, o que corresponde a 86,39%. Os parceiros estão presentes em 2.452 estabelecimentos, o que representa 43,90%, numa área de 15.507 ha, correspondendo a 6,44%. Somando-se as condições do produtor arrendatário, parceiro e ocupante tem-se que eles estão presentes com 3.898 estabelecimentos, o que equivale a 69,76%, ocupando uma área de 32.728 ha, ou seja, 13,60%, e com uma área média de 8,39 ha.
- 2) Interpretando a estrutura fundiária utilizando as categorias de análise do INCRA — **imóveis rurais, minifúndio, empresa rural, latifúndio por dimensão e por exploração** — constato no ano de 1991 que: **a)** o Município tem 1801 imóveis rurais, numa área de 319.305 ha, sendo que, deste total, são minifúndios 853 imóveis, isto é, 47,36%, ocupando uma área de 24.072 ha, o que corresponde a 7,54% da área do Município, tendo cada minifúndio, em média, 28,22 ha; por sua vez os latifúndios por exploração participam com 768 imóveis, o que representa 42,64%, porém ocupam uma área de 214.393 ha, ou seja, 67,14%, e tem uma área média de 279,15 ha; **b)** relativa a condição jurídica destes imóveis, percebe-se que 912 são ocupados pelos proprietários, o que equivale a 50,63% ocupando uma área de 233.294 ha, isto é, 73,06%. Já os posseiros representam 836 imóveis, o que corresponde a 46,41%, numa área de 60.376 ha, ou seja, em 18,90%. **c)** Com relação ao aproveitamento destes imóveis, verifica-se que 1.799 propriedades têm possibilidade de aproveitamento total, o que representa 99,88%, numa área de 269.926 ha, isto é, 84,53%. Todavia, são explorados 1.746 imóveis, o que representa 97,05%, numa área de 168.704 ha, o que corresponde a 62,50%, aproveitáveis mas não exploradas são 1.311 propriedades, 72,87%, numa área de 101.222ha.

No tocante aos projetos de assentamentos em áreas de reforma agrária, localizam-se neste Município nove áreas de reforma agrária vinculadas ao IDACE (abril de 1997), ocupando 9.607 ha, estando assentados 216 famílias (ver mapa n° 1); já subordinada administrativamente ao INCRA (abril de 1997) existem dezenove projetos de assentamentos, com 1.226 famílias, assentadas numa área de 46.529 ha (ver mapa n° 2). Somando-se os projetos de assentamentos estadual e federal tem-se vinte e oito projetos de assentamentos, ocupando uma área de 56.136 ha, ou seja, as áreas de reforma agrária em Canindé ocupam 17,58% da zona rural do Município; nestas áreas, encontram-se assentadas 1.442 famílias. Hoje, Canindé, talvez, seja o Município brasileiro que tem o maior número de projetos de assentamentos.

ANEXO nº 5

BOX 3

ITATIRA

O Município de Itatira localiza-se no Centro-norte do estado, tem uma área de 514 km², ficando a sede do Município a 201 km de Fortaleza. Este percurso é feito pela BR 020, CE 366 e CE 341. Tem uma população de 13.788 pessoas (1991), sendo predominantemente rural, com 9.802 pessoas, 71,09%. A densidade demográfica é da ordem de 26,82 hab/km². A população economicamente ativa (PEA) é de 4.948 (1990), estando 3.447 pessoas no setor primário. Com relação à renda interna, ocupa no *ranking* do Ceará o 149^o lugar (1991), enquanto sua renda *per capita* é de Us\$ 61 dólares, o que coloca o Município na 157^a posição estadual.

Tem uma temperatura que varia de 34° C a 18° C. A média pluviométrica é de 807,8 mm. Possui uma cobertura vegetal do tipo caatinga arbustiva densa (70%) e mata seca (30%). Os solos encontrados são: podzólico vermelho amarelo eutrófico e distrófico e o bruno não cálcico. Pode ser usado potencialmente com culturas de milho, feijão, algodão, fruteiras e pecuária. A produtividade média destas lavouras, de acordo com o IBGE no ano de 1992, foi para: algodão arbóreo – 72 kg/ha; feijão – 97 kg/ha; mamona – 288 kg/ha; mandioca – 5.600kg/ha; e o milho – 293 kg/ha. Dispõe de uma área irrigada de 180 ha, que é privada. As informações acerca da estrutura fundiária são do IBGE (1985), que trabalha com o termo **estabelecimento rural** e a do INCRA (1991) que utiliza os termos **imóveis rurais, minifúndio, empresa rural, latifúndio por dimensão e por exploração** com base nestas categorias distintas, tem-se que:

- 1) De acordo com o IBGE, Itatira tem 1.914 estabelecimentos rurais, ocupando uma área de 66.860 ha, e que - **a** - no intervalo de 0 > 10 ha encontram-se 1.344 estabelecimentos, 70%, ocupando uma área de 5.297 ha, o que equivale a 7,92% da área, tendo cada estabelecimento, em média, 3,94 ha. Com área acima de 1.000 ha existem apenas seis estabelecimentos rurais, 0,3%, numa área de 9.987 ha, o que representa 14,93%, sendo que a área média destes estabelecimentos é de 1.644,5 ha. - **b** - As condições

do produtor rural: 594 estabelecimentos têm 59.980 ha, o que equivale a 89,70%; os parceiros representam 50,52%, ou seja, se fazem presentes em 967 estabelecimentos rurais, ocupando uma área de 4.925 ha, 7,36%. - **c** - Somando as condições do produtor rural arrendatário, parceiro e ocupante, temos 1,320 estabelecimentos rurais, 68,96%, ocupando uma área de 6.880 ha, ou seja, 10,29%, com uma área média por estabelecimento de 5,21 ha.

- 2) Conforme o INCRA, o Município tem 562 imóveis que ocupam uma área de 78.655 ha, onde verificamos que: - **a** - os minifúndios ocupam uma área de 5.589 ha, 7,44%, com 244 imóveis, que corresponde a 40,39%, tendo uma área média de 25,81 ha, já os latifúndios por exploração participam com 294 imóveis, 52,31%, ocupando uma área de 61.928 ha, o que representa 78,73%, com uma área média de 210,63 ha; - **b** - a condição jurídica me diz que 281 imóveis são privados, 50%, ocupando uma área de 54.674 ha, 69,50%; já os posseiros aparecem como detentores de da posse de 251 imóveis, 44,66%, numa área de 16.578 ha, 21,07%; - **c** - com relação ao aproveitamento das áreas, é que os 562 imóveis podem ser explorados, utilizando uma área de 71.110 ha, o que representa 90% da área, porém, estão sendo explorados 537 imóveis, 95,5%, com uma área de 39.964 ha, 56,20%; os imóveis aproveitáveis, mas não sendo explorados, são 498, 87,90%, ocupando uma área de 31.146 ha, isto é, 43,79% da área do Município poderiam estar sendo explorados, mas não estão.

Neste Município, encontram-se três projetos de assentamentos (abril de 1997), ocupando uma área de 4.588 ha com 120 famílias assentadas, sendo que dois destes assentamentos estão sob a responsabilidade do INCRA, ocupando uma área de 2.081 ha com 70 famílias assentadas. O IDACE tem uma área, no caso, o assentamento Vitória, o primeiro projeto de assentamento do Município, uma vez que sua criação data de 20 de dezembro de 1987.

ANEXO nº 6

Box 4

“GOVERNO DAS MUDANÇAS”

A primeira eleição do empresário Tasso Ribeiro Jereissati para o Governo do estado do Ceará foi como do candidato do PMDB, numa coligação com o PDC, PCB e o PC do B, em 1986. Nesta eleição, a figura do jovem inteligente, administrador/empresário bem sucedido, rico e bonito, derrota a coligação do PFL, PDS e PTB, que tinha como candidato ao Governo do estado o Coronel Aduino Bezerra. Além dos atributos “particulares” do empresário Tasso Jereissati, a sua campanha foi embalada pelo plano econômico eleitoral do Ministro Dilson Funaro, do Governo Sarney.

Antes de ser candidato ao Governo do Estado do Ceará, o empresário Tasso Jereissati dirigiu o Centro Industrial do Ceará (CIC). Juntamente com o seu grupo político (dentre outros, os hoje senadores Beni Veras e Sérgio Machado), participou ativamente da Campanha das Diretas Já e do pacto político que elegeu Tancredo Neves à Presidência do Brasil. Esses componentes deram ao primeiro Governo Tasso, 1987 a 1990, com tom aparente de ruptura com o passado arcaico, conservador dos coronéis.

O seu primeiro mandato teve como *slogan* “Governo das Mudanças”. Para causar impacto, ou dar mesmo a idéia de mudanças, é elaborado um “Plano de Ação”, para o “primeiro quadrimestre da nova administração (e) que se divulga [...] consubstancia apenas a programação das atividades prioritárias a serem executadas ou deflagradas pelo novo governo ao longo dos primeiros 100 dias de sua administração”(Plano de 100 dias, 1987, p. 3). Este Plano ficou conhecido como o “Plano de 100 dias”, sendo o azimute da nova administração.

O que está diretamente relacionado com o meu tema de investigação neste plano é o item “IV — Ações Prioritárias na Área Sócio-Econômica”. Este item diz o seguinte sobre a reforma agrária e os assentamentos:

A) “Programa e / ou Projetos já em Execução — Entre os programas ou projetos que já se encontram em execução destacam-se pela dimensão e relevância, o Projeto Nordeste, o Programa de Reforma Agrária e o Programa de

Irrigação do Nordeste (PROINE)” (P. 24).

Acerca do Programa de Reforma Agrária, o Plano de 100 Dias (p. 24), compreende que:

“Constitui-se outra iniciativa do governo federal cuja elevada prioridade coincide com a relevância que a nova administração estadual também lhe atribui e inclui à determinação de se envidarem todos os esforços que se fizerem necessário no sentido de possibilitar que as metas fixadas no Plano Regional de reforma agrária (**PRRA**) sejam efetivamente alcançadas no Estado”.

“Neste sentido, a própria mudança da denominação da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (**SAAB**) para Secretaria de Agricultura e de Reforma Agrária (**SEARA**). Já representa uma indicação da importância que o Governo do Estado empresta ao projeto. Tal providência, todavia, constitui apenas um primeiro passo em busca do alcance dos resultados esperados: os esforços de grande vulto e de largo espectro serão deflagrados de imediato, envolvendo toda a estrutura daquela Secretaria e órgãos a ela vinculados, além da cooperação de outras entidades estaduais, em estreita articulação com a Delegacia Regional do **INCRA** “ (negrito no original).

B) “Projetos a serem executados no período de 100 dias”. Sendo que especificamente sobre assentamento (p. 25):

“f) assentamento de 1.000 famílias de agricultores em áreas já desapropriadas pelo Programa de Reforma Agrária”.

Ainda de acordo com o Plano de 100 Dias (p. 32 a 55), na “Descrição Sumária dos Programas e Projetos, Segundo as Secretarias”, o único programa e / ou projeto iniciado e concluído no período de 100 dias foi o “Projeto de Assentamento de 1.000 famílias”.

Algumas questões: 1. Por que só este projeto/programa conseguiu ser executado cem por cento? 2. Como conseguiu tal façanha? 3. O que tinha de extraordinário/excepcional nesta área?

Simplesmente, no primeiro momento do “Governo das Mudanças”, havia uma aparente intenção de apoiar o processo de reforma agrária, pois a questão agrária e agrícola toda ela girava em torno do PNRA/PRRA.

Este compromisso começa por nomear para ser o Secretário de Agricultura e Reforma Agrária o deputado Eudoro Santana, ex-superintendente do INCRA-CE, que tem uma história de vida engajado com os movimentos sociais. Para o segundo e terceiro escalão da SEARA, e, de suas vinculadas são nomeadas pessoas comprometidas com a reforma agrária, com o pequeno produtor rural.

Este conjunto de fatores externos e internos faz com que o sistema de agricultura como um todo funcione de maneira articulada, harmônica, pois existe uma identificação política

e ideológica com os movimentos sociais, do *staff* que detém o poder de mando, de execução.

Contextualizando um pouco mais este momento político no Ceará, e, o Sistema de Agricultura é criado o Grupo Executivo de Reforma Agrária (GERA), que tinha como objetivos otimizar, desburocratizar, agilizar toda e qualquer ação referente ao processo de reforma agrária, assentamento/assentado. Este grupo era composto pelos diretores técnicos da cada vinculada à SEARA, a representação dos trabalhadores, BNB, INCRA.

Neste período, também, é realizada a 1ª Feira de Reforma Agrária, no mesmo local onde se realizam as feiras agropecuárias. Participaram desta feira todos os assentamentos do Ceará, colocando os seus produtos à venda e com preços competitivos, como forma de urbanizar a reforma agrária, mostrar a viabilidade e a importância de um processo de reforma agrária. Paralela à feira aconteciam debates, discussões, trocas de experiências... Além dos assentados do Ceará, participaram da feira assentados de vários Estados do Brasil, bem como técnicos de outros Estados que trabalhavam com a questão agrária.

Foi, então, este conjunto de fatores que possibilitou, por um período de aproximadamente três anos, que o setor reformado avançasse no seu processo de viabilizar a reforma agrária. Foram, também, estes fatores que permitiram ao Ceará, na vigência do PNRA/PRRA-CE, o Estado que mais desapropriação realizou.

É resultante deste primeiro momento, do Plano de 100 dias, os assentamentos Vitória (Itatira) e Cachoeira Cercada (Canindé). Este momento do primeiro Governo Tasso, Governo das Mudanças, e do Secretário Eudoro Santana foi de relevância política ímpar. Foi um momento com que se sonhou. Foi um momento de utopia, dos apaixonados pela reforma agrária.

ANEXO N° 7

Quadro N°. 11 – Terra e melhoramentos fundiários – inversões fixas ativas coletivas: Assentamentos Vitória e Cachoeira Cercada, Municípios de Itatira e Canindé *.

DESCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
Curral entrançado	m ²	300
Curral de faxina	m ²	218
Curral de arame	m ²	200
Brete de madeira	um	01
Aprisco de madeira	m ²	100
Aprisco suspenso	m ²	45
Cocheira de alvenaria	um	04
Açude (dois)	m ³	2.600.000
Cerca de arame – 3 fios	km	1,5
Cerca de arame – 4 fios	km	10
Cerca de arame – 5 fios	km	14
Cerca de arame – 6 fios	km	2,2
Cerca de arame – 8 fios	km	5,8
Cerca de arame – 9 fios	km	8,5
Cerca de faxina – lombo	km	13
Armazém de alvenaria	m ²	35
Armazém de alvenaria	m ²	66,30
Armazéns de alvenaria (dois)	m ²	96
Mini postos agrícola (dois)	m ²	91
Bodegas de alvenaria (duas)	m ²	48
Casa de farinha (duas)	m ²	150
Garagem de alvenaria	m ²	33,15

*Fonte: ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de Alencar, et al. 1990.

ANEXO N°.8

Quadro N°12 – Inversões operacionais de exploração – semi fixas mortas coletivas. Assentamentos Vitória e cachoeira Cercada, Municípios de Itatira e Canindé*.

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
Máquina forrageira n°.02	uma	01
Motor Yanmar – 16 HP	um	01
Motor Tobata – AS 50	um	01
Motor Agrale – AR	um	01
Debulhador de feijão	um	01
Debulhador de grãos BC- 40	um	01
Trator Massey Ferguson 234 – 90, ano 1989	um	01
Caminhão Ford, F 4.000, ano 1986	um	01
Pick-up Ford, F 1000, ano 1986	um	01
Balança Filizola grande	uma	02
Balança Filizola de balcão	uma	02
Cultivador tração animal	um	07
Grade trator	uma	01
Plantadeira tração animal	uma	02
Carroça tração mecânica – 90	uma	01
Carroça tração animal	uma	10
Carro de mão	um	17
Aplicador de formicida	um	02
Pulverizador costal 20 litros	um	10
Tambor de 200 litros	um	18
Balde de zinco 10 litros	um	06
Balde de leite de 15 litros	um	08
Balde de latão de 40 litros	um	01
Caixão de farinha para 50 sacos	um	01
Ferramentas de trabalho (enxada, foice, etc)	um	345
Cultivador	um	02
Rodas para cultivador	um	04
Terno de entrada para cultivador	um	02
Povilhadeira	um	04
Mata bicheira	um	05
Prensa da casa de farinha	um	02
Serradeira	um	02
Celote, pescoçeira, corrente	um	03
Cangalha	um	03
Roupa de couro	um	04
Masoapa, bota, luva, roupa	um	04
Seringa e pistola	um	01
Arreios completo	um	08

*Fonte: ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de Alencar, et al. 1990.

ANEXO N°9

Quadro N°13 – Terra e melhoramentos fundiários – inversões fixas ativas coletivas. Assentamentos Vitória e Cachoeira Cercada, Municípios de Itatira e Canindé*.

DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
Algodão arboreo	ha	81,0
Fruteiras	ha	3,0
Leucena	ha	1,5
Capim elefante	ha	11,0
Pastagem raleada	ha	50,0
Área desmatada	ha	69,0
Pasto nativo	ha	1.474,0
Área de reserva	ha	302,0
Capoeira	ha	289,0

*Fonte: ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de Alencar, et al. 1990.

ANEXO N° 10

Quadro n° 14 – Inversões operacionais de exploração – semi fixas vivas coletivas. Assentamentos Vitória e Cachoeira Cercada, Municípios de Itatira e Canindé*.

DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
BOVINOS		
Matrizes	Cabeça	78
Reprodutores	Cabeça	04
Novilhos	Cabeça	33
Garrotes	Cabeça	36
Bezerros	Cabeça	49
OVINOS		
Matrizes	Cabeça	58
Reprodutores	Cabeça	08
CAPRINOS		
Matrizes	Cabeça	73
Reprodutores	Cabeça	12
Burregos	Cabeça	76
ANIMAIS DE TRABALHO		
Burro	Cabeça	10
Cavalo	Cabeça	04
Jumento	Cabeça	08

*Fonte: ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de, et al. 1990.

ANEXO N°11

Quadro n° 15 – Uso agrícola das terras: coletivo e individual. Assentamentos Vitória e Cachoeira Cercada, Municípios de Itatira e Canindé*.

DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
Área individual com cultura anual		
Milho + feijão	ha	123,0
Mandioca + milho	ha	4,6
Feijão + algodão herbáceo	ha	0,5
Milho + mandioca + algodão	ha	2,0
Algodão herbáceo	ha	30,5
Mandioca	ha	18,5
Milho	ha	1,0
Feijão	ha	1,0
SUB-TOTAL	ha	181,1
Área coletiva com cultura anual		
Milho + feijão	ha	31,0
Mandioca + feijão	ha	4,0
Mandioca	ha	9,0
SUB-TOTAL	ha	44,0
Área coletiva com cultura perene		
Fruteiras (caju, banana, ateira, coqueiro.)	ha	3,0
Algodão arbóreo	ha	81,0
SUB-TOTAL	ha	84,0
Área de pastagem coletiva	ha	1.536,5
TOTAL GERAL	ha	1.845,6

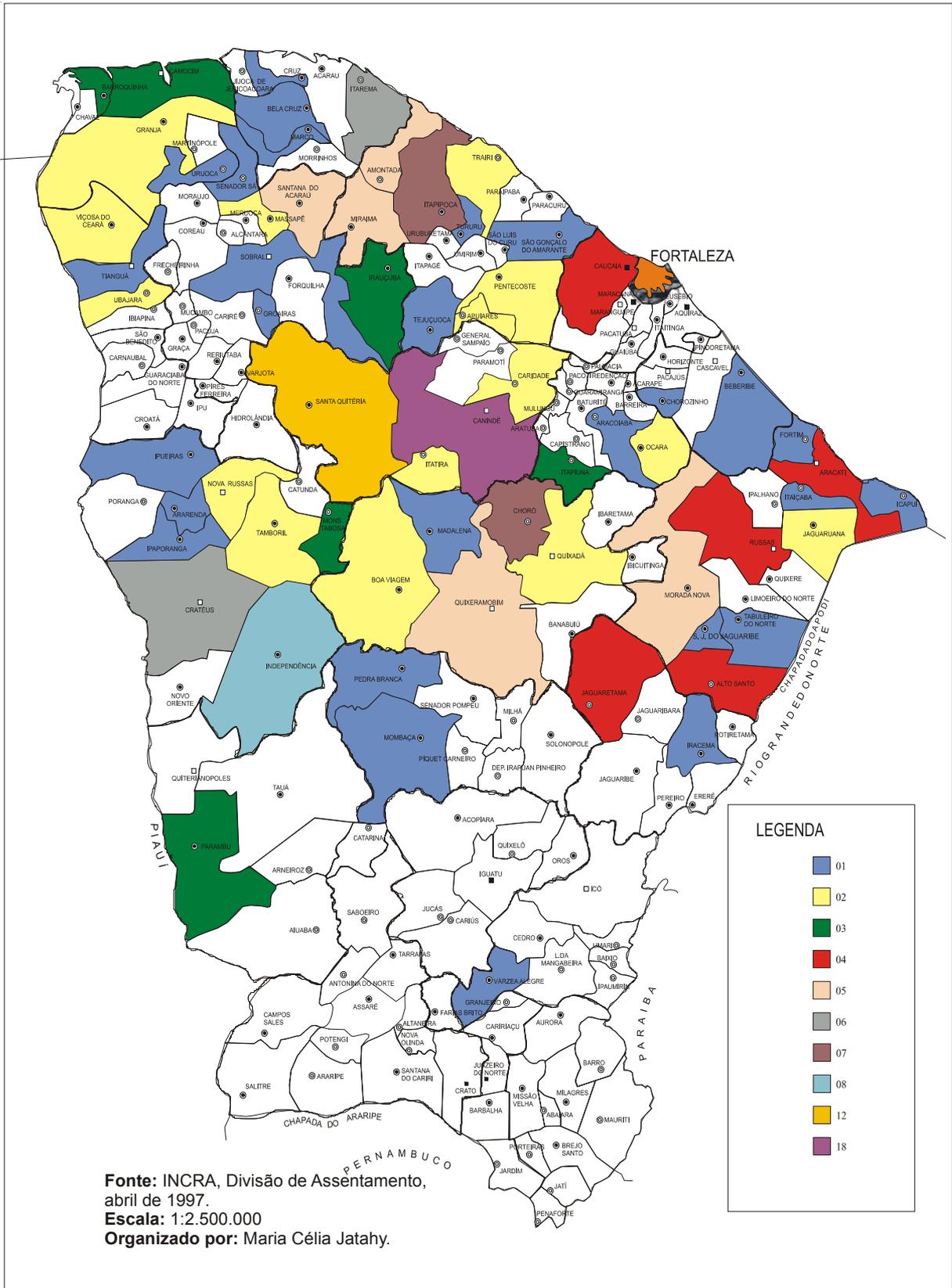
*Fonte: ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de, et al. 1990.

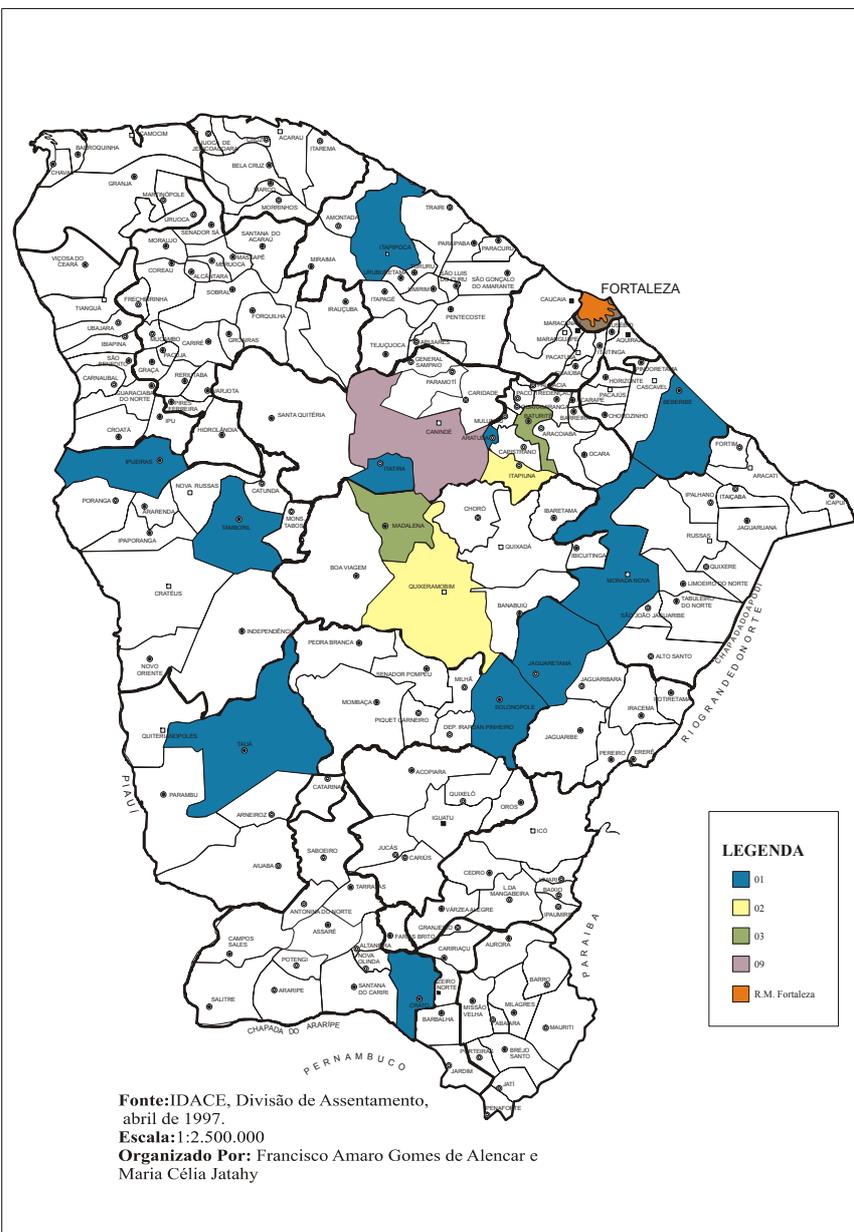
ANEXO N° 12

Quadro n° 16 – Consumo dos assentamentos por produto agrícola. Assentamentos Vitória e Cachoeira Cercada, Municípios de Itatira e Canindé*.

PRODUTO	UNIDADE	PRODUÇÃO	CONSUMO	%
Milho	Saca	1.127	734	65,12
Feijão	Saca	294	283	96,25
Mandioca	Saca	162	114	70,37

* Fonte: ALENCAR, Francisco amaro Gomes de, et al. 1990.





LEGENDA

01	02	03	09	R.M. Fortaleza
----	----	----	----	----------------

Fonte: IDACE, Divisão de Assentamento, abril de 1997.
 Escala: 1:2.500.000
 Organizado Por: Francisco Amaro Gomes de Alencar e Maria Célia Jatthy